

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## Organização Administrativa



**Presidente:** Gabriel Granjeiro

**Vice-Presidente:** Rodrigo Calado

**Diretor Pedagógico:** Erico Teixeira

**Diretora de Produção Educacional:** Vivian Higashi

**Gerente de Produção Digital:** Bárbara Guerra

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

**CÓDIGO:**

251111389371



**DIOGO SURDI**

Diogo Surdi é formado em Administração Pública e é professor de Direito Administrativo em concursos públicos, tendo sido aprovado para vários cargos, dentre os quais se destacam: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (2014), Analista Judiciário do TRT-SC (2013), Analista Tributário da Receita Federal do Brasil (2012) e Técnico Judiciário dos seguintes órgãos: TRT-SC, TRT-RS, TRE-SC, TRE-RS, TRT-MS e MPU.

**GRAN**  
CONCURSOS

# SUMÁRIO

|                                                                                           |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Apresentação .....                                                                        | 5         |
| <b>Organização Administrativa .....</b>                                                   | <b>6</b>  |
| 1. Entidades Políticas e Entidades Administrativas .....                                  | 6         |
| 2. Sentidos da Administração Pública .....                                                | 8         |
| 2.1. Administração Pública em Sentido Amplo .....                                         | 8         |
| 2.2. Administração Pública em Sentido Estrito .....                                       | 9         |
| 2.3. Administração Pública em Sentido Material, Objetivo e Funcional .....                | 9         |
| 2.4. Administração Pública em Sentido Formal, Orgânico e Subjetivo .....                  | 10        |
| 3. Centralização e Descentralização Administrativa .....                                  | 12        |
| 3.1. Centralização .....                                                                  | 12        |
| 3.2. Descentralização .....                                                               | 12        |
| 4. Concentração e Desconcentração Administrativa .....                                    | 14        |
| 4.1. Concentração .....                                                                   | 14        |
| 4.2. Desconcentração .....                                                                | 14        |
| 5. Relação entre Centralização, Descentralização, Concentração e<br>Desconcentração ..... | 15        |
| 6. Órgãos Públicos .....                                                                  | 17        |
| 6.1. Características .....                                                                | 18        |
| 6.2. Classificação .....                                                                  | 19        |
| 7. Administração Direta .....                                                             | 22        |
| 8. Administração Indireta .....                                                           | 24        |
| 8.1. Disposições Constitucionais .....                                                    | 24        |
| 8.2. Características Comuns das Entidades da Administração Indireta .....                 | 26        |
| 8.3. Autarquias .....                                                                     | 27        |
| 8.4. Fundações .....                                                                      | 37        |
| 8.5. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista .....                               | 43        |
| <b>Resumo .....</b>                                                                       | <b>53</b> |

|                           |    |
|---------------------------|----|
| Questões de Concurso..... | 62 |
| Gabarito .....            | 95 |
| Gabarito Comentado.....   | 97 |

## APRESENTAÇÃO

Olá, aluno(a), tudo bem? Espero que sim!

Na aula de hoje, veremos todos os detalhes acerca da **organização administrativa**, assunto bastante exigido nas provas de Direito Administrativo.

Grande abraço e boa aula!

*Diogo*

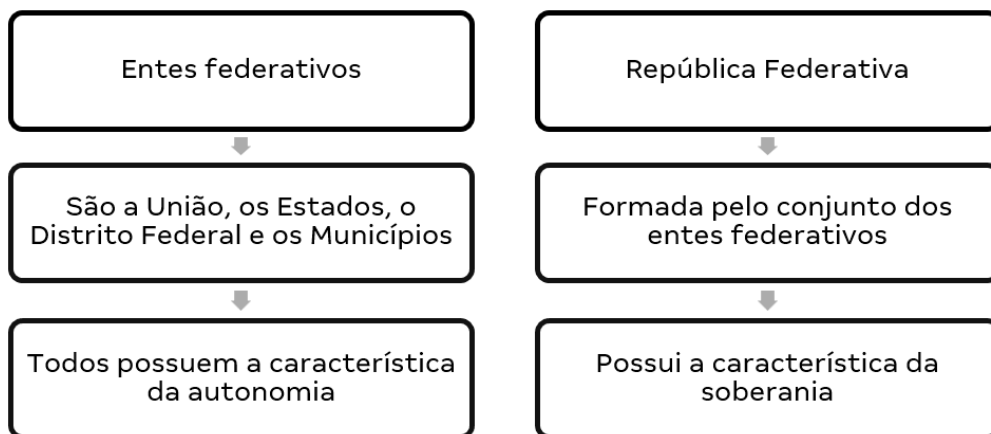
# ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

## 1. ENTIDADES POLÍTICAS E ENTIDADES ADMINISTRATIVAS

A organização administrativa é a parte do Direito Administrativo que estuda a estrutura da Administração Pública e dos órgãos e pessoas jurídicas que a compõem. Para compreendermos essa estrutura, no entanto, precisamos conhecer e saber diferenciar as entidades políticas das entidades administrativas.

As **entidades políticas** nada mais são do que os entes federativos previstos na Constituição Federal. São eles a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Tais entes são predominantemente regidos pelo Direito Constitucional e detêm uma parcela do poder político. Por isso mesmo, costuma-se dizer que esses entes são autônomos, organizando-se, cada um deles, para alcançar as finalidades previstas na Constituição.

Neste sentido, a autonomia não pode ser confundida com a soberania. Enquanto a autonomia consiste na possibilidade de cada um dos entes federativos organizar-se internamente, elaborar suas leis e exercer as competências que lhes são atribuídas pela Constituição Federal, a soberania trata-se de uma característica que apenas está presente no âmbito da República Federativa do Brasil, que é formada pelos mencionados entes federativos.



Entretanto, seria bastante complicado para cada um desses entes conseguir alcançar todos os objetivos necessários dispondo apenas de um órgão central.

### EXEMPLO

Tomemos como exemplo o Município de Florianópolis. De acordo com a Constituição Federal, diversas são as competências atribuídas a tal ente. Assim, deve ele, por exemplo, arrecadar recursos, fiscalizar as atividades dos particulares, cuidar do saneamento e administrar a previdência e a assistência dos servidores.

Caso todas essas atividades sejam desempenhadas diretamente pelo ente, teríamos a utópica situação em que as necessidades primordiais da comunidade (tais como a saúde e a educação) seriam atendidas com a mesma prioridade que atividades sem o mesmo grau de essencialidade. Assim, em todas as atividades (sendo ou não essenciais), a administração teria que dispor de pessoal e de recursos públicos, onerando sobremaneira a máquina pública. Para que isso não ocorra, os entes federativos criam, diretamente por lei ou por meio de autorização, as entidades administrativas, pessoas jurídicas de direito público ou privado que ficam encarregadas de exercer certas atividades originalmente previstas para os entes estatais.

Assim, as entidades administrativas constituem a própria Administração Indireta, composta (taxativamente) **pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.**

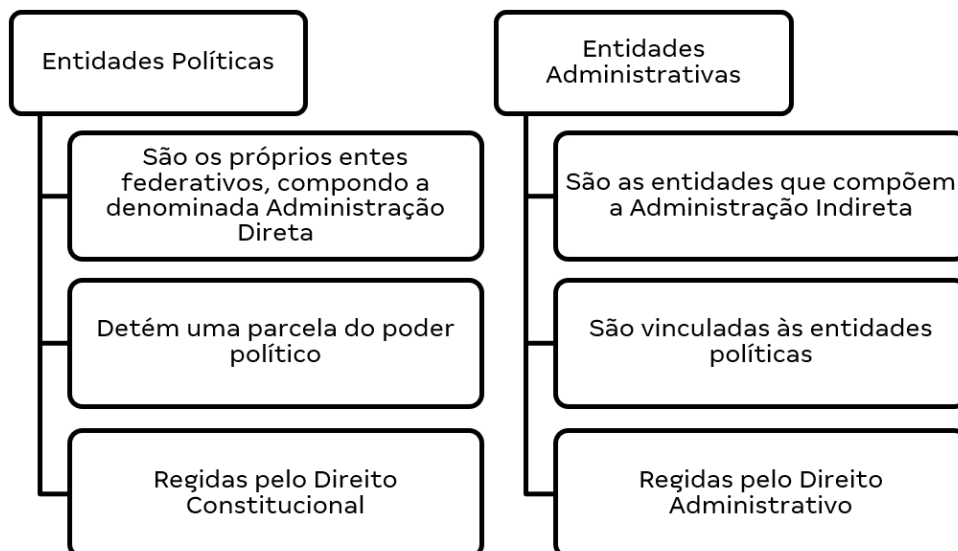
#### EXEMPLO

Determinado candidato é aprovado em concurso público de um município com alto índice de IDH. Dentre outros benefícios, terá direito à assistência à saúde e ao plano de previdência. Assim, para que o próprio município possa se dedicar a outros assuntos prioritários (como saúde e educação), ele cria uma autarquia para gerenciar e administrar a previdência e a assistência à saúde dos servidores.

Tais entidades, ao contrário das pessoas políticas, são reguladas predominantemente pelo Direito Administrativo, não detêm poder político e estão vinculadas à entidade política que as criou.

Importante salientar que não há hierarquia entre as entidades da administração pública indireta e os entes federativos responsáveis pela sua criação. O que ocorre, em tais situações, é uma mera vinculação administrativa, de forma que os entes federativos apenas controlam se as entidades da administração indireta estão desempenhando corretamente as atividades para as quais foram criadas.

Podemos sintetizar as diferenças apresentadas entre os dois tipos de entidades por meio do seguinte quadro:



## 2. SENTIDOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Modernamente, a expressão “**administração pública**” pode ser conceituada por meio de diferentes sentidos ou acepções. Da mesma forma, poderemos fazer uso da expressão em seu **sentido amplo (lato)** ou em **sentido estrito (stricto sensu)**.

### 2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SENTIDO AMPLO

Dizemos que, em sentido lato (ou amplo), a administração pública compreende, além da função administrativa, os órgãos de governo, que exercem funções políticas.

De acordo com esta acepção, a administração pública abrange desde a elaboração e fixação das diretrizes a serem seguidas na formulação das políticas públicas até a própria execução de todas essas políticas. A elaboração compete à função política, enquanto a execução compete à função administrativa.

#### EXEMPLO

Teremos a elaboração de uma política pública quando o Poder Legislativo edita uma lei determinando a adoção de certas medidas com a finalidade de manutenção do bem-estar coletivo (tal como ocorre, por exemplo, com a edição de uma norma que estabelece que certos estabelecimentos comerciais apenas podem permanecer abertos até determinado horário). Teremos a execução de uma política pública quando o Poder Executivo, por meio de seus agentes públicos, fiscaliza se a norma em questão está sendo observada pelos proprietários dos estabelecimentos comerciais.

Adotando o conceito de administração pública em sentido amplo, as duas situações são consideradas “administração pública”.



Ressalta-se, no entanto, que a utilização do sentido amplo de administração pública não é predominante em nosso ordenamento jurídico.

## 2.2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SENTIDO ESTRITO

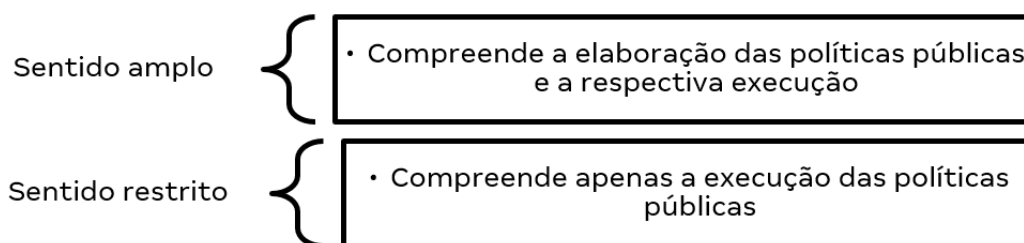
Já a administração pública, em sentido estrito, compreende somente os órgãos e os agentes necessários à **execução** das políticas públicas, sem qualquer referência àqueles que atuam na sua elaboração.

É esse o sentido que estará presente em todo o nosso estudo, sendo **a base de toda a organização administrativa**. Dele derivam, por exemplo, todas as prerrogativas (poderes) e sujeições (obrigações) que os agentes possuem na gestão do patrimônio público.

### EXEMPLO

Se tomarmos como referência o exemplo anterior, apenas a execução das atividades necessárias à verificação do cumprimento do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais é considerada administração pública. Em sentido oposto, a elaboração da mencionada lei não se enquadra no conceito estrito de administração.

O sentido estrito é o adotado em nosso ordenamento jurídico, de forma que apenas serão consideradas administração pública as atividades destinadas à execução das políticas públicas.



## 2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SENTIDO MATERIAL, OBJETIVO E FUNCIONAL

Em sentido material, objetivo e funcional, a administração é composta pelas atividades e funções que **normalmente** são classificadas como administração pública. Por meio do critério material, devemos nos perguntar quais são as atividades que são consideradas administração pública em nosso país.

Ainda que a resposta varie muito de autor para autor, as atividades que usualmente são reconhecidas como administração pública são: **fomento, serviços públicos, polícia administrativa e intervenção**.

## EXEMPLO

Fomento: Incentivo à iniciativa privada para determinadas funções públicas (tal como ocorre com um incentivo fiscal concedido para que uma organização social atue em uma atividade pública, auxiliando a administração);

Serviços Públicos: Prestação de determinadas atividades para toda a população, regidas pelo direito público (como o serviço postal e o serviço de telecomunicações);

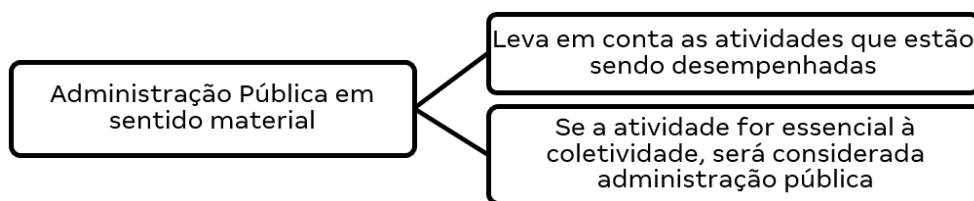
Polícia Administrativa: Restrição de algum direito particular em prol do benefício de toda a coletividade (como a apreensão de mercadorias vencidas em um supermercado, evitando uma possível intoxicação generalizada);

Intervenção: Quando o Estado intervém em determinadas atividades privadas (tal como ocorre quando é realizada uma desapropriação para fins de reforma agrária).

Pelo critério material, não temos uma lista taxativa de atividades que são consideradas administração pública, mas podemos afirmar que todas as atividades listadas acima possuem algo em comum: são áreas importantes para o bem-estar da população e para a preservação do interesse coletivo geral.

Dessa forma, tal sentido não leva em conta quem é o responsável pela prestação da atividade, mas sim quais atividades são consideradas administração pública.

De acordo com o critério material, uma concessionária de serviço público, ainda que não faça parte das entidades que compõem formalmente a administração, será considerada administração pública, uma vez que desempenha serviços públicos muitas vezes essenciais à população. Em sentido oposto, o desempenho de certas atividades, ainda que por intermédio de uma das entidades que compõem a administração indireta, não será considerado administração pública. O motivo para tal, conforme já mencionado, é que o critério material apenas leva em conta as atividades que são desempenhadas (a matéria) e não os responsáveis pela sua execução.



## 2.4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SENTIDO FORMAL, ORGÂNICO E SUBJETIVO

Já, em sentido **formal, orgânico e subjetivo**, a administração pública é o conjunto de órgãos e agentes incumbidos das mais diversas atividades administrativas. Por intermédio do critério formal, devemos nos perguntar **quem** é a administração pública em nosso país.

A resposta é que apenas as entidades, órgãos e agentes que o nosso ordenamento jurídico estabelece como administração pública serão considerados parte desta, independentemente da importância da atividade exercida.

Pelo critério formal, que é o adotado em nosso país, fazem parte da administração pública todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta.

Dessa forma, ainda que uma atividade não seja de suma importância para a população, ela será considerada administração pública pelo critério formal, bastando, para tal, que seja exercida pela administração direta ou indireta.

### EXEMPLO

Tomemos como referência a atividade financeira desempenhada pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista.

Ainda que tal atividade não seja de extrema importância para a manutenção do bem-estar coletivo (e prova disso é que diversos bancos privados também a desempenham), a mesma será considerada administração pública pelo critério formal, uma vez que é desempenhada por uma das entidades que compõem a administração indireta.

Podemos sintetizar os quatro sentidos em que a expressão “administração pública” pode ser utilizada por meio do seguinte quadro sinótico:

|                                                                         |                                                                                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Administração pública em sentido amplo</b>                           | Abrange as atividades de elaboração e execução das políticas públicas.                                                                              |
| <b>Administração pública em sentido estrito</b>                         | Abrange apenas as atividades de execução das políticas públicas.                                                                                    |
| <b>Administração pública em sentido material, objetivo e funcional.</b> | Compreende as atividades que normalmente são classificadas, pela sua importância, como administração pública.                                       |
| <b>Administração pública em sentido formal, subjetivo e orgânico</b>    | Compreende os órgãos, agentes e entidades que o nosso ordenamento jurídico identifica como administração pública (administração direta e indireta). |

## DIRETO DO CONCURSO

**001.** (INQC/COMP/CPTRANS/2024) A modalidade da administração pública, em sentido material, que representa as restrições impostas por lei ao exercício de atividades privadas em benefício do interesse público denomina-se:

- a) fomento.
- b) intervenção.
- c) serviço público.
- d) polícia administrativa.



As restrições impostas por lei ao exercício de atividades privadas, e que têm como fundamento o benefício do interesse público, são denominadas polícia administrativa.

**Letra d.**

### 3. CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Tanto a centralização quanto a descentralização referem-se à forma como a atividade administrativa é desempenhada para a população. Por meio dos institutos, verifica-se que a atividade administrativa pode ser realizada tanto por órgãos da administração direta quanto por entidades da administração indireta.

#### 3.1. CENTRALIZAÇÃO

A **centralização** ocorre quando a atividade administrativa é totalmente desempenhada por órgãos e agentes de um único ente federativo. Nessa situação, o Estado executa as tarefas que lhe são atribuídas pela Constituição Federal de forma direta, ou seja, por intermédio dos agentes e dos órgãos públicos componentes da administração direta.

Ressalta-se que a administração direta, conforme exposto anteriormente, é composta pelos entes federativos, motivo pelo qual é correto afirmarmos que, com a centralização, ocorre a prestação da atividade administrativa diretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Na centralização, a administração direta pode fazer uso da repartição interna de competências, dando ensejo à criação de órgãos públicos. Caso isso ocorra, os órgãos criados encontram-se subordinados à autoridade superior, uma vez que a hierarquia é inerente a toda e qualquer organização dentro de uma mesma pessoa jurídica.

#### 3.2. DESCENTRALIZAÇÃO

A **descentralização**, por sua vez, ocorre quando qualquer um dos entes federativos exerce suas atribuições por intermédio de outras pessoas jurídicas. Em tais situações, ao contrário do que ocorre na criação dos órgãos públicos, não teremos hierarquia ou subordinação, mas sim mera vinculação entre a pessoa jurídica criada e o ente federativo que a instituiu.

Dada a importância dos dois conceitos, vamos sedimentar o entendimento:

| Centralização                                                                                                                             | Descentralização                                                                                                                                         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pode ou não exigir a edição de lei</li> <li>• Pautada na hierarquia e na subordinação</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deve ser feita por meio de lei</li> <li>• Não há hierarquia ou subordinação, mas sim mera vinculação</li> </ul> |

A descentralização pode ser feita de duas formas: a descentralização por outorga (também conhecida como descentralização por serviços ou legal) e a descentralização por delegação (negocial ou por colaboração).

### 3.2.1. DESCENTRALIZAÇÃO POR OUTORGA (POR SERVIÇOS OU LEGAL)

A descentralização por outorga ocorre quando o ente federativo transfere **tanto a titularidade quanto o exercício de determinada competência**. Tal descentralização é feita por meio de lei, sendo por intermédio desse instituto que as entidades da administração indireta são criadas.

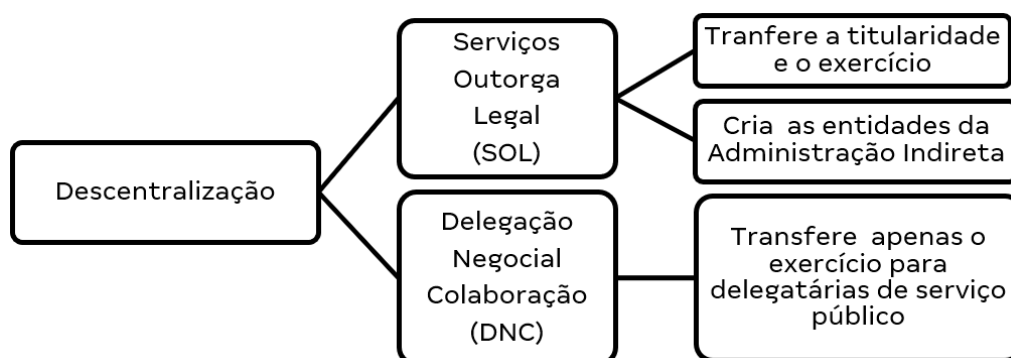
Quatro são as entidades, conforme veremos em momento posterior: as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista. No caso das autarquias, a criação se dará diretamente por meio de lei. Nas demais entidades, a lei apenas autorizará a respectiva criação.

### 3.2.2. DESCENTRALIZAÇÃO POR DELEGAÇÃO (POR COLABORAÇÃO OU NEGOCIAL)

A descentralização por delegação ocorre quando **apenas o exercício da competência é transferido a outra entidade**, ficando a titularidade com o ente originalmente competente. Por meio dela, as concessionárias, permissionárias e autorizatárias assumem o exercício de algumas atividades administrativas.

Se a descentralização for para uma concessionária ou permissionária, dizemos que a transferência do exercício é por prazo certo, oportunidade em que teremos a licitação prévia e a formalização de um contrato administrativo. Caso a descentralização ocorra para uma autorizatária, tal procedimento poderá ocorrer por prazo indeterminado, uma vez que a característica do instituto é a precariedade e a possibilidade de revogação a qualquer tempo pelo Poder Público.

Aprofundaremos bem este ponto quando estivermos estudando os serviços públicos. Por enquanto, é necessário apenas a distinção entre as duas formas de descentralização, que podem ser melhor visualizadas por meio do gráfico a seguir:



## DIRETO DO CONCURSO

**002.** (UFMT/SG/CBM MT/BOMBEIRO MILITAR/2021) Os entes da administração indireta nascem, instrumentalizados por meio de leis específicas, da modalidade de descentralização administrativa por

- a) desconcentração.
- b) território.
- c) outorga.
- d) delegação.
- e) avocação.



A descentralização por outorga ocorre quando o ente federativo transfere **tanto a titularidade quanto o exercício de determinada competência**. Tal descentralização é feita por meio de lei, sendo por intermédio desse instituto que as entidades da administração indireta são criadas.

**Letra c.**

## 4. CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO ADMINISTRATIVA

A atividade administrativa também poderá ser desempenhada de forma **concentrada** ou **desconcentrada**, situações em que teremos a prestação da atividade com ou sem a divisão interna de competências, materializada por meio da criação dos órgãos públicos.

### 4.1. CONCENTRAÇÃO

A **concentração** trata-se de uma situação que apenas é possível na parte teórica, uma vez que implicaria no desempenho de uma atividade administrativa sem a criação de órgãos públicos. Assim, nessa situação, tanto a administração direta quanto a indireta teriam que desempenhar suas atividades sem a possibilidade de reparti-las internamente.

Claramente, percebe-se que tal forma de prestação das atividades administrativas não encontra amparo nos dias atuais, uma vez que, cada vez mais, estamos diante de uma administração gerencial pautada na celeridade da prestação dos serviços à coletividade.

### 4.2. DESCONCENTRAÇÃO

A **desconcentração**, por sua vez, é a **técnica administrativa** por meio da qual são criados os órgãos públicos. Com isso, as atividades podem ser desempenhadas de forma

especializada, por órgãos integrantes de uma mesma entidade superior. A desconcentração – e isso é extremamente importante – por operar-se no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, pressupõe **hierarquia e subordinação**.

Nesse ponto, é importante salientar que existe desconcentração tanto na administração direta quanto na administração indireta, uma vez que, em ambas, as entidades podem ter órgãos públicos.

## DIRETO DO CONCURSO

**003.** (FGV/TAD/TCE-RR/2025) Diante da notícia de que importantes competições esportivas internacionais ocorrerão em seu território no próximo ano, um município do norte do Brasil decidiu criar, em sua estrutura organizacional, um órgão responsável pelo planejamento esportivo, com o objetivo de otimizar os benefícios gerados pelos eventos.

Nesse contexto, a criação desse órgão deve ser realizada por meio de um processo denominado

- a) desconcentração administrativa.
- b) concentração administrativa.
- c) descentralização administrativa.
- d) centralização administrativa.
- e) privatização por colaboração.



Na medida em que o Município criou, em sua estrutura organizacional, um órgão público responsável pelo planejamento esportivo, ocorreu a técnica da **desconcentração administrativa**.

**Letra a.**

## 5. RELAÇÃO ENTRE CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

Para não restar dúvidas entre os quatro importantes institutos apresentados, relacionam-se abaixo as possíveis formas de prestação da atividade administrativa, exemplificando cada uma das situações com casos concretos:

### EXEMPLO

Centralização concentrada: é a situação em que um ente federativo (administração direta) atua sem nenhuma divisão de competências. Como mencionado, tal forma de atuação da administração pública existe apenas em teoria.

Centralização desconcentrada: é o caso de uma entidade da administração direta (a União, por exemplo) atuando por meio de órgãos públicos.

Descentralização desconcentrada: é o caso de uma entidade da administração indireta (uma sociedade de economia mista, por exemplo) atuando por meio de órgãos públicos;

Descentralização concentrada: situação em que uma entidade da administração indireta (fundação pública, por exemplo) atua sem a criação de órgãos públicos.

|                         |                                                                            |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| <b>Centralização</b>    | Atuação da administração direta                                            |
| <b>Descentralização</b> | Atuação da administração indireta ou das delegatárias de serviços públicos |
| <b>Concentração</b>     | Atuação sem a presença de órgãos públicos                                  |
| <b>Desconcentração</b>  | Atuação com a presença de órgãos públicos                                  |

## DIRETO DO CONCURSO

**004.** (FGV/TFA/ADAB/2024) A Faculdade de Direito XYZ, em parceria com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado Alfa, convidou representantes de uma sociedade de economia mista e de uma fundação estatal de direito público, além de integrantes da Secretaria do Meio Ambiente (órgão público), para ministrarem palestras no início do ano letivo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a sociedade de economia mista, a fundação estatal de direito público e a Secretaria do Meio Ambiente são manifestações, respectivamente, das seguintes técnicas de organização administrativa:

- a) Desconcentração administrativa, desconcentração administrativa e desconcentração administrativa.
- b) Desconcentração administrativa, desconcentração administrativa e descentralização administrativa.
- c) Desconcentração administrativa, descentralização administrativa e desconcentração administrativa.
- d) Descentralização administrativa, descentralização administrativa e desconcentração administrativa.
- e) Descentralização administrativa, descentralização administrativa e descentralização administrativa.



A criação da sociedade de economia mista e da fundação estatal de direito público, que são exemplos de entidades administrativas, decorre da descentralização. Já a criação da Secretaria do Meio Ambiente, que é um órgão público, decorre da desconcentração.



A sequência correta, desta forma, é **descentralização administrativa, desconcentração administrativa e descentralização administrativa**.

Letra d.

## 6. ÓRGÃOS PÚBLICOS

Diversas foram as teorias, ao longo dos tempos, que tentaram explicar o fundamento lógico para que um agente público pudesse atuar em nome de uma determinada entidade estatal.

A primeira delas foi a **teoria da identidade**, segundo a qual o agente e o órgão público seriam uma unidade inseparável, de forma que o órgão público era o próprio agente. Não tardou para que tal teoria fosse contestada e descartada. *Se admitíssemos a sua existência, como explicar a manutenção do órgão com a possível morte do agente público?*

Posteriormente, tivemos a **teoria da representação**, fortemente influenciada pelo Direito Civil, que afirmava que o Estado nada mais era do que um ser incapaz, necessitando, assim, de representação por parte do agente público. *Mas, se tal teoria fosse levada a sério, como explicar o fato de o Estado, sendo incapaz, poder nomear seus próprios agentes?*

Pela **teoria do mandato**, Estado e agente atuavam em uma espécie de contrato de representação, com o agente recebendo delegação para atuar em nome do Estado. Foi uma teoria que trouxe alguns avanços importantes, mas que não conseguiu explicar, por exemplo, **em qual momento e de que forma seria realizada a outorga do mandato**.

Por fim, surgiu a **teoria do órgão**, também conhecida como teoria da imputação, segundo a qual o agente público, ao exercer suas atribuições, atua em nome do Estado e do órgão no qual exerce suas funções. Assim, se houver qualquer tipo de prejuízo ou lesão na atuação do agente, o órgão – e não o agente – será responsabilizado por tal atuação. Esta teoria é atualmente aceita por praticamente todos os autores brasileiros, sendo, por isso mesmo, a utilizada em nosso ordenamento jurídico.

|                                |                                                         |
|--------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <b>Teoria da identidade</b>    | O Estado e o agente são uma unidade inseparável.        |
| <b>Teoria da Representação</b> | O Estado é incapaz e deve ser representado pelo agente. |
| <b>Teoria do mandato</b>       | A atuação do agente ocorre por meio de contrato.        |
| <b>Teoria do órgão</b>         | A atuação do agente é a própria atuação do órgão.       |

**005.** (CESPE/CEBRASPE/TEC MIN/MPE TO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2024) Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

Mesmo sendo parte integrante da estrutura do Estado, os órgãos públicos têm personalidade jurídica e vontade próprias.



Os órgãos públicos são repartições internas de competência, não possuindo, por isso mesmo, personalidade jurídica própria. Os órgãos se diferenciam das entidades, que, por serem fruto da descentralização, possuem personalidade jurídica e integram a Administração Indireta.

**Errado.**

**006.** (QUADRIX/FISC/CRT SP/2021) Julgue o item, relativos às diversas teorias sobre os órgãos administrativos.

Segundo a teoria do mandato, Estado e agente se uniriam por um vínculo jurídico representado somente pelas eleições.



Diferente do que afirmado, pela **teoria do mandato**, Estado e agente atuavam numa espécie de **contrato de representação**, com o agente recebendo delegação para atuar em nome do Estado.

**Errado.**

## 6.1. CARACTERÍSTICAS

Para compreendermos as características de um órgão público, podemos associá-lo ao corpo humano. Os órgãos, assim, seriam as partes do corpo, de forma que apenas uma parte, por si só, seria incapaz de movimentar o todo. Apenas com a vontade conjunta de todos os órgãos é que o **“corpo”** consegue adquirir movimentos.

Desta característica principal (a de serem incapazes, sozinhos, de manifestar a vontade do todo) decorrem as demais.

### **DICA**

Assim, os órgãos públicos:

Surgem por meio da técnica da desconcentração administrativa;

São consideradas repartições internas de competência;

São entes despersonalizados, ou seja, não possuem personalidade jurídica, uma vez que apenas são uma parte da pessoa jurídica que os criou;

Podem estar presentes tanto na administração direta (entes federativos) quanto nas entidades da administração indireta;

Como regra, não possuem capacidade processual.

## 6.2. CLASSIFICAÇÃO

Os órgãos públicos podem ser classificados de acordo com diferentes critérios. Neste ponto, é necessário fazer uso das disposições de Hely Lopes Meirelles. Para este autor, os órgãos podem assumir três tipos de classificação: **quanto à posição hierárquica, quanto à estrutura e quanto à atuação funcional.**

### 6.2.1. QUANTO À POSIÇÃO HIERÁRQUICA

**a) Independentes ou primários:** são aqueles originários da Constituição Federal, estando na cúpula de cada um dos poderes. Tais órgãos não estão sujeitos a nenhum tipo de subordinação, possuindo ampla liberdade de atuação e tendo a maioria de suas atribuições previstas na própria Constituição.

#### EXEMPLO

Como exemplos de órgãos independentes, temos a Presidência da República, o Ministério Público, os tribunais do Judiciário e os parlamentares.

Todos os órgãos em questão ocupam o posto máximo dos respectivos Poderes, possuindo ampla liberdade no que se refere à forma como devem exercer suas atribuições.

#### DICA

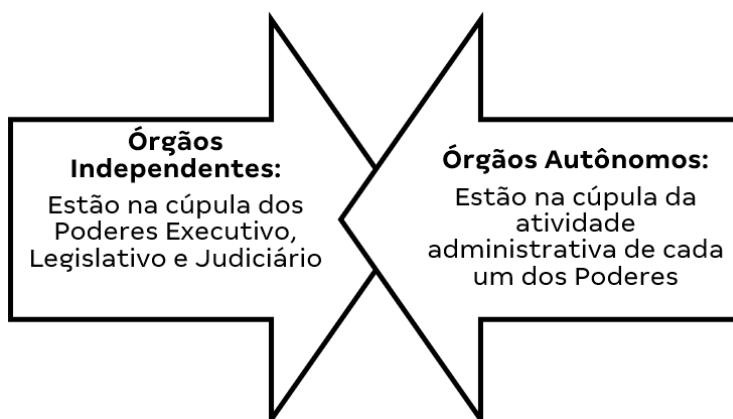
Ainda que a doutrina majoritária considere o Ministério Público como órgão independente, a FGV classifica-o, em suas questões, como autônomo.

**b) Autônomos:** estão imediatamente abaixo dos órgãos independentes, possuindo autonomia e capacidade de planejamento de suas ações com certa liberdade. Tais órgãos estão localizados na cúpula da atividade administrativa, possuindo, ainda, como peculiaridades o fato de terem autonomia administrativa, financeira e técnica.

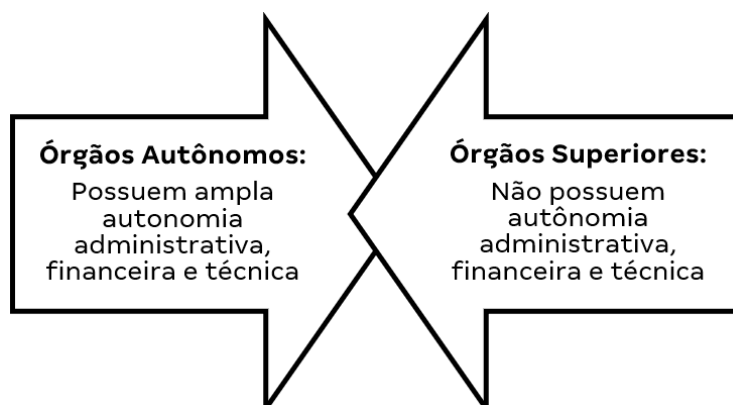
#### EXEMPLO

Como exemplo de órgãos autônomos, temos os ministérios e as secretarias estaduais e municipais. Tais órgãos, ainda que não estejam na cúpula dos respectivos Poderes da República, estão na cúpula da atividade administrativa realizada por cada um deles.

Assim, no âmbito federal, o Poder Executivo possui como órgão de cúpula o Presidente da República (órgão independente). Para chefiar toda a atividade administrativa federal, o Presidente nomeia ministros de Estado, os quais, dentro de suas áreas de atuação, estão na cúpula da atividade administrativa.



**c) Superiores:** são aqueles que, subordinados aos órgãos autônomos, assumem a função de direção e controle. No entanto, não detêm autonomia para suas atividades, motivo pelo qual devem obediência hierárquica aos órgãos autônomos. Diferenciam-se destes, no entanto, por não possuírem autonomia administrativa, financeira e técnica. Exemplos clássicos são as Procuradorias administrativas e judiciais, os Gabinetes, as Coordenadorias e as Superintendências.



**d) Subalternos:** são órgãos com pouco poder decisório, possuindo, dentre as suas atribuições, as tarefas de mera execução. Como exemplos, pode-se citar as repartições públicas em geral, tais como o setor de protocolo e a seção de documentação.

### 6.2.2. QUANTO À ESTRUTURA

No que se refere à estrutura, os órgãos públicos podem ser classificados em simples ou compostos.

**a) Simples ou unitários:** são aqueles constituídos apenas por um centro de competências, não possuindo, por isso mesmo, divisões internas.

Ressalta-se que deve ser feita a ressalva de que o número de agentes ou servidores não influencia na classificação do órgão como simples ou composto. Desta forma, poderemos ter um órgão simples com apenas um agente público ou com diversos servidores. O que é levado em consideração para a classificação como simples é a inexistência de subdivisões internas.

### EXEMPLO

**Exemplo** de órgão simples com apenas um agente público é o órgão público formado por um magistrado do trabalho.

**Exemplo** de órgão simples com vários servidores é o setor de cadastro e protocolo de uma repartição pública. Nesta situação, ainda que o órgão seja exercido por várias pessoas, não há subdivisão entre suas atividades.

**b) Compostos:** os órgãos compostos são os constituídos por diversos órgãos menores que, juntos, formam um órgão maior e hierarquicamente superior.

### EXEMPLO

Como exemplo, cita-se uma superintendência que se divide em delegacias. Estas, por sua vez, dividem-se em secretarias e assim por diante.

Nota-se, assim, que os órgãos compostos são constituídos de ramificações, sendo cada uma delas um centro de competência distinto e com atribuições diversas. Quando, no entanto, reúnem-se todas as ramificações, temos a constituição de um órgão maior.

### 6.2.3. QUANTO À ATUAÇÃO FUNCIONAL

Com relação à atuação funcional, os órgãos podem ser classificados em singulares e colegiados.

**a) Singulares:** são aqueles compostos de um único agente. Ainda que os órgãos singulares possuam vários agentes auxiliares, sua característica de singularidade é expressa pelo desenvolvimento de sua função por um único agente, em geral o titular.

### EXEMPLO

No desempenho de suas atribuições, o Presidente da República conta com diversos agentes e servidores que auxiliam no cumprimento de suas atividades. Isso não faz, contudo, com que o órgão Presidente da República seja formado por diversas pessoas, mas sim apenas por uma delas, que é o seu titular e ocupante do cargo público.

**b) Colegiados:** são compostos por mais de um agente com poder de decisão. Assim, as decisões que são levadas à análise dos órgãos colegiados apenas são decididas pela maioria das vontades dos agentes ocupantes. O típico exemplo de órgão colegiado são os tribunais do Poder Judiciário.

| Critério            | Classificação                                                                                                                                   |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Posição hierárquica | Independentes (cúpula dos poderes)<br>Autônomos (cúpula da administração)<br>Superiores (sem autonomia)<br>Subalternos (atividades de execução) |

|                          |                                                                                                             |
|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Estrutura</b>         | <p>Simple (não possuem divisões internas)</p> <p>Compostos (possuem divisões internas)</p>                  |
| <b>Atuação funcional</b> | <p>Singular (Uma pessoa toma a decisão)</p> <p>Colegiados (decisão tomada pela maioria dos integrantes)</p> |

## DIRETO DO CONCURSO

**007.** (IBADE/FISC/PREF ROLIM DE MOURA/OBRAS E POSTURAS/2025) A teoria do órgão, também chamada de teoria da imputação volitiva, estabelece que o Estado manifesta sua vontade por meio dos órgãos que integram a sua estrutura, de tal forma que quando os agentes públicos, que estão lotados nos órgãos, manifestam a sua vontade, esta é atribuída ao Estado. Quanto à posição estatal dos órgãos públicos, a secretaria municipal, por exemplo, é classificada como:

- a) órgão independente.
- b) órgão autônomo.
- c) órgão superior.
- d) órgão subalterno.
- e) órgão unitário.



Os **órgãos autônomos** são aqueles que estão imediatamente abaixo dos órgãos independentes, possuindo autonomia e capacidade de planejamento de suas ações com certa liberdade. Tais órgãos estão localizados na cúpula da atividade administrativa, possuindo, ainda, como peculiaridades o fato de terem autonomia administrativa, financeira e técnica. Como exemplo de órgãos autônomos, temos os ministérios e as **secretarias estaduais e municipais**.

**Letra b.**

## 7. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A **administração direta** é composta pelas denominadas entidades políticas, também conhecidas como entes federativos. Em nosso ordenamento, são quatro: **União, Estados, Distrito Federal e Municípios**.

Tais entidades estão expressas na Constituição Federal, mais precisamente em seu artigo 18, que dispõe o seguinte:

**Art. 18.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Interessante frisar que essa relação das entidades que compõem a administração pública direta não é novidade trazida pela Constituição Federal de 1988. Muito antes disso, o Decreto n. 200, de 1967, já estabelecia as entidades que faziam parte da administração pública.

Todos os entes que compõem a administração direta são considerados **pessoas jurídicas de direito público**, estando sujeitos ao regime jurídico administrativo e dotados de **autonomia**. Temos administração direta, dessa forma, em todas as esferas políticas.

No **âmbito federal**, podemos citar como exemplos de órgãos que compõem a administração direta: a Presidência da República e seus respectivos Ministros de Estado, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e os respectivos Tribunais Federais, os Juízes Federais e cada uma das coordenadorias, secretarias e repartições dos órgãos mencionados.

Na **esfera estadual**, a situação é semelhante, com as devidas adaptações. Assim, fazem parte da administração direta dos Estados: o Governador e os respectivos Secretários Estaduais, os Deputados Estaduais, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Estadual, os Juízes Estaduais e cada uma das repartições internas dos órgãos mencionados.

No **âmbito municipal**, por sua vez, a relação não oferece maiores dificuldades, com a ressalva de que não temos, em nosso ordenamento, a presença de Poder Judiciário exclusivamente municipal (as causas são processadas pelos órgãos estaduais). Ainda assim, são exemplos de órgãos da administração direta municipal: o Prefeito e os respectivos Secretários Municipais, os Vereadores, a Câmara de Vereadores e o Procurador do Município.

---

## DIRETO DO CONCURSO



**008.** (CESPE/CEBRASPE/TEC MIN/MPE TO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2024) Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

A administração direta consiste no conjunto de pessoas jurídicas que recebem diretamente da Constituição da República suas competências políticas e administrativas.



A Administração Direta pode ser conceituada como o conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas (entes federativos), ou seja, o conjunto de órgãos públicos da estrutura da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Certo.**

---

**009.** (QUADRIX/AG ADM/CRBM 4/PA RO/2021) Com relação à administração direta, à administração indireta e a agentes públicos, julgue o item a seguir.

Integram a administração pública direta a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal, os quais atuam por intermédio de seus órgãos para a satisfação do interesse público.



A questão elenca os entes federativos que, em conjunto, formam a Administração Direta. Em cada esfera, as atividades são desenvolvidas por meio de órgãos públicos, que podem ser definidos como repartições internas de competências.

**Certo.**

## 8. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

A primeira informação que devemos ter bem definida é que as entidades que compõem a administração indireta são as **autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista**. Embora posteriormente tenham surgido as figuras das agências executivas, das agências reguladoras e dos consórcios públicos, a lista das entidades da administração indireta não foi alterada, permanecendo como uma lista **taxativa**.

Dessa forma, as agências e os consórcios públicos acabam se enquadrando em uma das quatro entidades possíveis da administração indireta, conforme veremos adiante.

### 8.1. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS

De fundamental importância é conhecermos o diploma constitucional referente à organização da administração indireta. Tal dispositivo encontra-se previsto no art. 37, XIX e XX, da Constituição Federal, que assim estabelece:

**Art. 37, XIX** – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

**XX** – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

Estes dois incisos são preciosos para o nosso estudo. Dada a sua importância, lista-se abaixo as informações necessárias para a correta compreensão do enunciado.

a) Para a criação de uma autarquia, é necessário apenas a **edição de uma lei específica**. Para as demais entidades, ao contrário, a lei específica apenas **autoriza** a sua criação, sendo necessário, ainda, que o ente político promova a inscrição dos atos respectivos no registro público competente. Importante mencionar que a lei específica em questão deve ser de **iniciativa do Chefe do Poder Executivo do respectivo ente federativo**.

b) As autarquias adquirem personalidade jurídica com a **edição da lei específica**. As demais entidades, com o **registro público** de seus atos constitutivos.



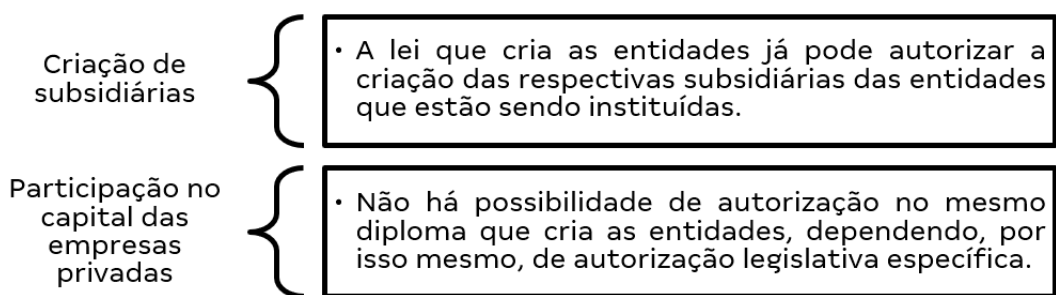
c) Um cuidado maior deve ser dado às **fundações**: ainda que o texto constitucional as relacione ao lado das demais entidades com personalidade jurídica de direito privado (**sociedades de economia mista e empresas públicas**), o STF já se posicionou no sentido de admitir que as fundações também possam ser criadas com personalidade jurídica de direito público, oportunidade em que seriam classificadas como uma espécie do gênero autarquia, mais precisamente como **autarquias fundacionais ou fundações autárquicas**.

d) Ainda que a Constituição Federal estabeleça ser necessária autorização legislativa para a criação de subsidiárias das entidades da administração indireta, o STF já decidiu que **basta a simples menção, na lei que cria ou autoriza a criação da entidade**, de autorização para a criação da subsidiária.

### EXEMPLO

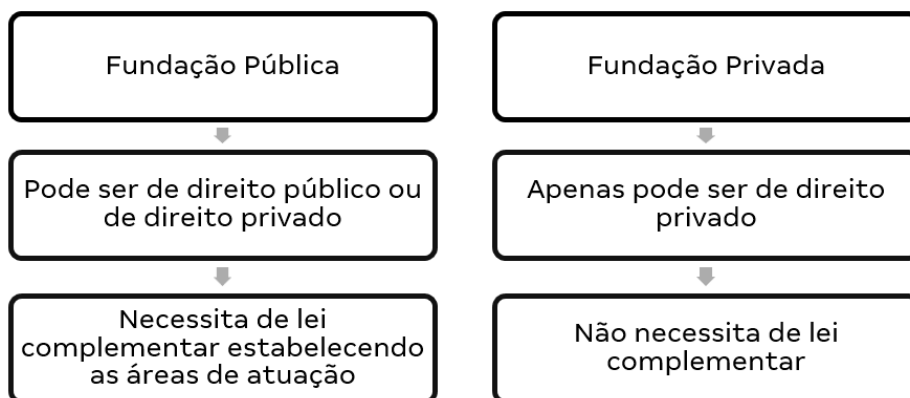
Caso o município de Cuiabá resolva criar uma autarquia e queira, futuramente, estabelecer subsidiárias dessa entidade, basta que a lei específica que criou a autarquia disponha, em algum de seus artigos, que fica autorizada, desde já, a criação das respectivas subsidiárias. Evita-se, com isso, a necessidade de nova edição de lei específica com o único propósito de autorizar a criação das subsidiárias das entidades da administração indireta.

e) Um cuidado maior deve ser dado no que se refere à **participação das entidades da administração indireta no capital de empresas privadas**. Neste caso, obrigatoriamente devemos ter a edição de uma autorização legislativa para cada uma das situações.



f) A parte final do artigo 37, XIX, prevê que **lei complementar** estabelecerá as áreas de atuação das fundações. Como veremos em momento oportuno, as fundações públicas podem ser tanto de direito público quanto de direito privado. Para ambos os tipos de fundação, a regra da necessidade de edição de uma lei complementar é aplicada.

No entanto, não podemos confundir as fundações públicas de direito privado com as fundações privadas. Estas, que não fazem parte da administração pública (sendo reguladas, por isso mesmo, pelo Direito Civil), não necessitam da edição da norma mencionada.



## DIREITO DO CONCURSO

**010.** (QUADRIX/AUX SC/CRP 14/MS/2021) No que diz respeito à administração direta e indireta e à estruturação, às características e à descrição dos órgãos e das entidades públicos, julgue o item.

As autarquias, pertencentes à administração direta, são criadas para desempenhar atividades típicas do Estado, por meio de lei.



As autarquias pertencem à Administração Indireta e não à Administração Direta. Por isso mesmo, é correto afirmar que as autarquias são entidades administrativas, com a peculiaridade de serem criadas diretamente por meio de lei específica.

**Errado.**

## 8.2. CARACTERÍSTICAS COMUNS DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Ainda que cada uma das entidades que compõem a administração indireta possua uma série de peculiaridades, é possível identificar a presença de características comuns a todas as entidades (autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista). Dessa forma, pode-se afirmar que todas as entidades em questão:

**a)** Possuem **personalidade jurídica**, o que as diferencia, por exemplo, dos órgãos públicos, uma vez que estes apenas correspondem a uma parte da pessoa jurídica que os criou. A Lei n. 9.784/1999, por exemplo, relaciona como a diferença primordial entre os órgãos e as entidades a existência de personalidade jurídica nestas, conforme se observa da leitura do artigo 1º, § 2º.

**Art. 1º, §2º** Para os fins desta Lei, consideram-se:

I – órgão – a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;

II – entidade – a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;

A personalidade jurídica das entidades da administração indireta, conforme veremos oportunamente, pode ser de direito público ou de direito privado, o que implica uma série de diferenças nas características de cada uma delas.

**b)** Têm **legitimidade ativa** para propor uma Ação Civil Pública.

**c)** Possuem **autonomia administrativa e financeira**, mas não detêm uma parcela do poder político, que é característica apenas das entidades políticas (entes federativos).

**d)** Estão sujeitas, assim como os órgãos públicos, ao **controle** do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União, uma vez que utilizam, para o desempenho de suas atividades, recursos públicos.

**e)** Devem realizar **concurso público** para contratação de pessoal. Assim, ainda que os agentes das entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado sejam regidos pelas disposições da CLT (sendo considerados empregados públicos), a realização de concurso público para admissão de pessoal é regra aplicável a toda a administração pública.

**f)** Seus servidores respondem por atos de **improbidade administrativa**, estando regidos pelas disposições da Lei n. 8.429, de 1992.

**g)** Devem observar a **vedação à acumulação de cargos públicos** como a regra no âmbito do desempenho das funções estatais, de forma que a acumulação apenas será possível nas hipóteses previstas no texto da Constituição Federal.

**h)** Devem observar todos os princípios atribuídos à administração pública pela Constituição Federal, dentre os quais se destacam, de acordo com o artigo 37, caput, os da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**.

**i)** Não estão subordinadas hierarquicamente ao ente federativo que as criou ou autorizou, mas sim apenas vinculadas à respectiva administração direta, que, por meio da tutela administrativa, verifica se as entidades estão realizando as atividades para as quais foram instituídas.

### 8.3. AUTARQUIAS

As autarquias são **pessoas jurídicas de direito público interno**, criadas por lei específica para o exercício de **atividades típicas da administração pública**. Com as autarquias, é como se o Estado (por meio de suas entidades políticas) descentralizasse certas atividades para entidades dotadas de maior especialização.

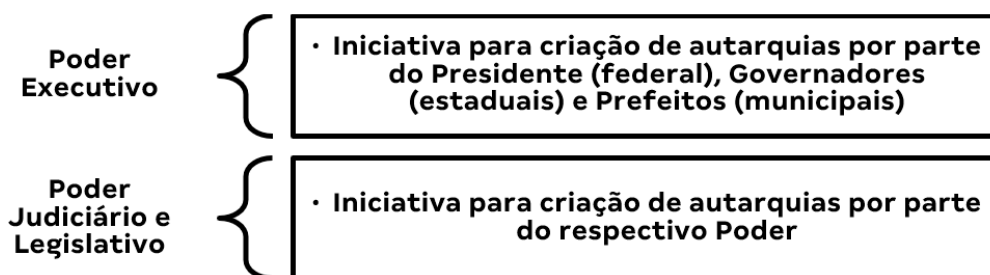
E, justamente por serem **“especialistas”** na área em que atuam, a ideia é que os serviços por elas prestados sejam mais eficazes e atinjam de forma mais ampla sua finalidade, que é o bem comum da coletividade. Por isso mesmo, costuma-se afirmar que as autarquias são um **serviço público descentralizado**.

E, justamente por prestarem esse serviço público especializado, é que as autarquias devem se assemelhar, em tudo o que for possível, ao próprio Estado. Dessa forma, elas estão rigorosamente sujeitas ao mesmo regime jurídico ao qual o Estado está sujeito. Hely Lopes Meirelles chega a afirmar que as autarquias representam uma **“longa manus”** do Estado, ou seja, são **executoras de ordens** dadas pelo respectivo ente federativo.

### 8.3.1. CRIAÇÃO E EXTINÇÃO

As autarquias são criadas diretamente por lei específica, que obrigatoriamente deverá ser de iniciativa do Chefe do Poder Executivo do respectivo ente federativo. Assim, se estivermos diante de uma autarquia federal, a competência para a sua instituição será do Presidente da República. No caso de autarquias estaduais ou municipais, a competência, respectivamente, será dos governadores ou prefeitos.

Salienta-se, no entanto, que a função administrativa, ainda que exercida tipicamente pelo Poder Executivo, pode ser desempenhada, em caráter atípico, pelos demais Poderes da República. Em tais situações, é plenamente possível que sejam criadas autarquias no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, oportunidade em que a iniciativa para a lei destinada à sua criação deverá ser feita pelo respectivo Poder.



Uma vez criadas as autarquias, teremos a escolha dos respectivos dirigentes. Como regra, a própria lei que cria as entidades estabelece, em seu texto, a forma como ocorrerá a eleição e o mandato de seus dirigentes. Entretanto, é plenamente cabível que seja exigida a aprovação prévia, por parte do Poder Legislativo, para a nomeação do dirigente escolhido.

### EXEMPLO

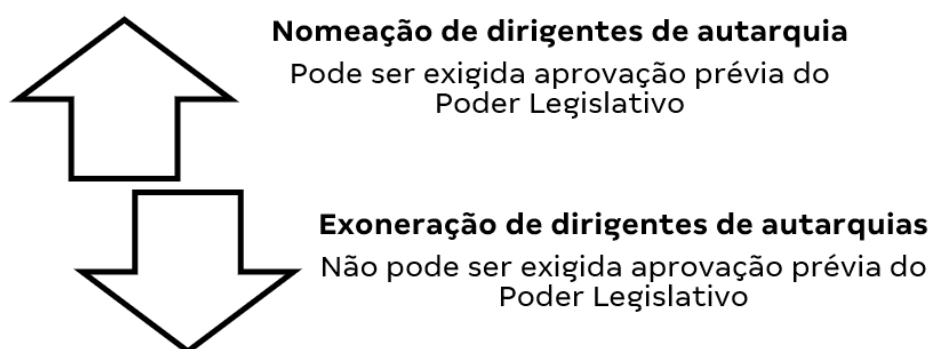
Se tomarmos como exemplo a esfera municipal, o processo de criação ocorre nas seguintes fases:

Inicialmente, o Prefeito edita uma lei criando a entidade. No mesmo texto, estabelecerá a forma como os dirigentes da entidade serão eleitos e o prazo de duração dos respectivos mandatos.

Caso esteja expresso que a nomeação dos dirigentes estará condicionada à prévia aprovação do Poder Legislativo, caberá à Câmara de Vereadores aprovar o nome escolhido.

Após a aprovação, o Prefeito realiza a nomeação dos dirigentes.

Uma situação diferente ocorre com a exoneração de um dirigente de autarquia. Aqui, ainda que a competência para tal ato seja do Chefe do Executivo, não poderá ser exigida aprovação prévia pelo Poder Legislativo.



No que se refere à **extinção das autarquias**, deve ser utilizado o princípio do paralelismo das formas. Assim, como as autarquias são criadas por intermédio de lei específica, apenas por meio de tal forma legislativa é que as entidades em questão poderão ser extintas. Tal como ocorre com a criação, a proposta de lei destinada à extinção das autarquias deve ser de iniciativa dos Chefes do Poder Executivo ou, quando estivermos diante de autarquias instituídas no âmbito dos Poderes Legislativo ou Judiciário, por meio da iniciativa dos respectivos Poderes.

## DIRETO DO CONCURSO



**011.** (IDECAN/ASS PROC/PGE BA/TEMPORÁRIO/2024) Considere o excerto a seguir:

[...] pessoa jurídica de direito público, criada por lei e integrante da Administração Pública Indireta, que desempenha atividade típica de Estado. Ex.: INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), CVM (Comissão de Valores Mobiliários), ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), Banco Central do Brasil (BCB).

*OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. Grupo GEN, 2023, p. 91.).*

As pessoas jurídicas de direito público exemplificadas pelo autor referem-se aos(às)

- a) Autarquias.
- b) empresas públicas.
- c) Agências Executoras.
- d) Serviços Sociais Autônomo.



Todas as entidades mencionadas pelo enunciado são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei e integrantes da Administração Pública Indireta. Tais entidades desempenham atividades típicas de Estado, sendo, por isso, denominadas **autarquias**.

**Letra a.**

---

**012.** (CESPE/CEBRASPE/ANA/CAU BR/INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2024) Determinada autarquia federal pretende firmar contrato administrativo para a contratação de estudo e serviços técnicos de arquitetura especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização. Autarquia é órgão público despersonalizado que integra a administração pública indireta.



A autarquia não é um órgão público, mas sim uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público. A autarquia integra a Administração Indireta e desempenha funções semelhantes às do próprio Estado.

**Errado.**

---

**013.** (FGV/PROF NS/SES MT/ADVOGADO/2024) João, particular, compareceu à sede de uma determinada autarquia, integrante da Administração Pública Indireta do Estado Alfa, ocasião em que se informou sobre as licenças ambientais que necessita para que o seu estabelecimento comercial funcione de acordo com os regramentos legais. Ao deixar o local, em razão do excelente atendimento recebido, João resolveu fazer um elogio público aos servidores que lhe orientaram e, para tanto, pesquisou sobre a referida entidade. Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a autarquia é uma pessoa jurídica de direito

- a) público, criada por lei específica.
- b) privado, criada por lei específica.
- c) público, cuja instituição é autorizada por lei específica, mas a criação efetiva se dá com o registro do ato constitutivo em cartório.

d) privado, cuja instituição é autorizada por lei específica, mas a criação efetiva se dá com o registro do ato constitutivo em cartório.



Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a autarquia é uma **pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica** e integrante da administração indireta.

**Art. 37, XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia** e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

**Letra a.**

---

### 8.3.2. CLASSIFICAÇÃO

Diversas são as classificações existentes em nosso ordenamento jurídico para as autarquias, sendo que os principais critérios utilizados são os relativos ao **nível federativo, ao objeto e à natureza**.

#### 8.3.2.1. QUANTO AO NÍVEL FEDERATIVO

Como o próprio nome sugere, poderemos ter autarquias em todos os níveis federativos. Assim, a depender do ente em que as entidades foram instituídas, teremos **autarquias federais** (União), **estaduais** (estados), **distritais** (Distrito Federal) e **municipais** (municípios).

#### 8.3.2.2. QUANTO AO OBJETO

Com relação ao objeto, as autarquias possuem as seguintes classificações:

**a) Autarquias fundacionais:** são aquelas criadas mediante a afetação de um determinado patrimônio público e com uma finalidade específica. São, basicamente, as fundações públicas de direito público, também conhecidas como fundações autárquicas ou autarquias fundacionais.

**b) Autarquias corporativas:** são formadas pelos conselhos reguladores de determinadas profissões, como o CRM (Conselho Regional de Medicina). Tais corporações são encarregadas de fiscalizar as respectivas categorias profissionais.

**Obs.:** Ressalta-se, entretanto, que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), embora trate-se de um conselho profissional, não é classificada como autarquia corporativa, uma vez que, de acordo com o entendimento do STF, a OAB é uma entidade *sui generis*, não tendo nenhuma relação com a administração pública.

**c) Autarquias associativas:** são os consórcios públicos regidos pelo direito público, ou seja, a reunião de entes federativos com finalidades específicas.

**d) Autarquias territoriais:** classificação baseada na doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Segundo a autora, os territórios federais (que, ainda que não existam em nosso ordenamento jurídico, podem perfeitamente vir a ser criados) são uma espécie de autarquia.

**e) Autarquias administrativas ou de serviço:** são as autarquias normais, que exercem atribuições tipicamente administrativas. Neste caso, o critério utilizado para a classificação em autarquias administrativas é o residual, ou seja, todas as autarquias que não sejam classificadas nas demais hipóteses serão classificadas como administrativas.

### 8.3.2.3. QUANTO À NATUREZA

A classificação quanto à natureza é aquela que leva em conta o regime jurídico adotado, de forma que as autarquias podem ser classificadas em comuns ou especiais.

As **autarquias comuns** são aquelas que não apresentam maiores peculiaridades, qualificando-se, por isso, como ordinárias.

Por outro lado, as **autarquias especiais** são aquelas que possuem qualquer tipo de prerrogativa que as diferencia das demais. Não existe uma lista taxativa dos poderes que podem ser concedidos às autarquias especiais, sendo que a característica principal é que tais entidades possuem uma autonomia maior em relação às autarquias comuns.

Como exemplo, temos as agências reguladoras, que regulam determinados setores da economia e necessitam, por isso, de uma maior autonomia.

Vejamos todas as classificações apresentadas por meio da tabela a seguir:

| Critério                          | Classificação                                                                                                                                                                                                                                              |
|-----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Quanto ao nível federativo</b> | Federais (criadas pela União)<br>Estaduais (criadas pelos estados)<br>Distritais (criados pelo Distrito Federal)<br>Municipais (criadas pelos municípios)                                                                                                  |
| <b>Quanto ao objeto</b>           | Fundacionais (são as fundações públicas de direito público).<br>Corporativas (são os conselhos profissionais).<br>Associativas (são os consórcios públicos).<br>Territoriais (são os territórios federais).<br>Administrativas (são autarquias residuais). |
| <b>Quanto à natureza</b>          | Comuns (não apresentam peculiaridades).<br>Especiais (possuem prerrogativas que as diferenciam das demais)                                                                                                                                                 |

### 8.3.3. PRIVILÉGIOS PROCESSUAIS

Com as autarquias, é como se o próprio Estado estivesse desempenhando as atividades. Como consequência, todos os privilégios processuais atribuídos ao Estado devem ser estendidos às respectivas entidades autárquicas.



Tanto a administração direta quanto as autarquias são consideradas, para efeitos processuais, como Fazenda Pública, fazendo jus a uma série de privilégios processuais:

**a) Prazo em dobro para todas as manifestações processuais:** No âmbito das relações entre particulares, as ações judiciais podem ser objeto de contestação e de recursos. Assim, a perda do prazo por uma das partes acarreta a preclusão administrativa, ou seja, a impossibilidade de nova atuação.

Com as autarquias, antes da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, o prazo para apresentação de contestação era contado em quádruplo, sendo o prazo para apresentação de recursos contado em dobro.

Após a entrada em vigor, estabeleceu-se o NCPC que todas as manifestações da Fazenda Pública (conceito aplicado também às autarquias) possuem prazo em dobro.

**b) Suas causas estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição:** A garantia do duplo grau de jurisdição determina que todas as causas que sejam julgadas desfavoráveis para as autarquias devem, antes da produção de efeitos jurídicos, ser confirmadas pelos órgãos superiores. Dessa forma, a regra geral é a de que, no âmbito de um processo judicial, caso as autarquias tenham “perdido” a causa, os autos do processo sobem, imediatamente, para a instância judicial superior.

**c) Desnecessidade de depósito prévio das custas processuais:** Em decorrência de tal prerrogativa, as custas processuais não precisam ser depositadas pelas autarquias no início do processo, mas sim apenas após o seu término, e ainda assim quando as entidades perderem a respectiva ação judicial.

De acordo com o entendimento do STJ, tal prerrogativa não deve ser confundida com a obrigatoriedade do depósito prévio, pelas entidades, dos honorários periciais, conforme se observa na leitura da Súmula 232 do mencionado tribunal:

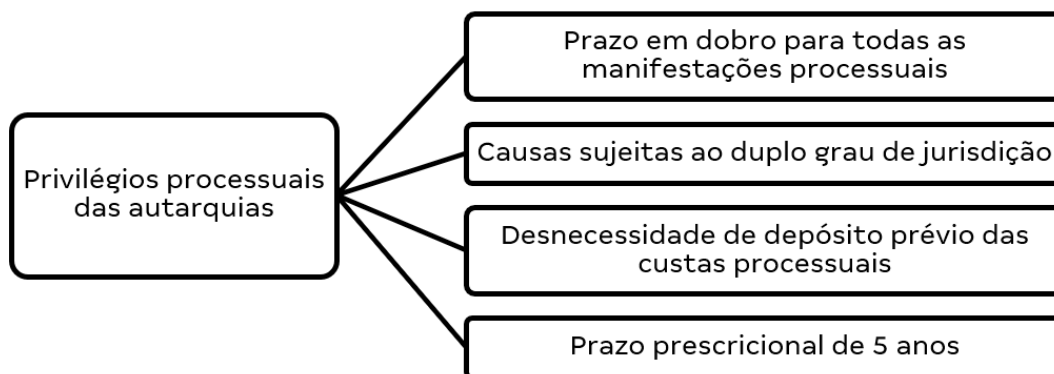
### **JURISPRUDÊNCIA**

Súmula 232 – STJ: A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.

**d) Prescrição quinquenal:** O prazo prescricional pode ser entendido como o lapso de tempo para que um particular ajuíze uma ação contra as entidades autárquicas. Dessa forma, uma vez decorrido o prazo em questão, a ação judicial não pode mais ser proposta, encontrando-se prescrita.

No que se refere às autarquias, o prazo prescricional é de cinco anos, conforme disposição do artigo 1º do Decreto 20.910:

**Art. 1º** As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.



#### 8.3.4. RESPONSABILIDADE CIVIL

Vigora, em nosso ordenamento jurídico, a regra de que todas as pessoas jurídicas de direito público, assim como as de direito privado prestadoras de serviços públicos, devem responder objetivamente pelos danos que causarem a particulares.

Com relação às autarquias, que são pessoas jurídicas de direito público, vigora esta mesma regra. Assim, caso os agentes públicos da entidade provoquem, no desempenho de suas atribuições, danos a particulares, é a própria entidade quem deverá ser responsabilizada. Posteriormente, a autarquia verifica se houve dolo ou culpa na atuação estatal e, em caso positivo, procede à competente ação de ressarcimento.

#### EXEMPLO

Alberto, servidor público de autarquia federal, cometeu, no desempenho de suas atividades, dano a um particular.

O particular, desejando ser indenizado, ajuíza ação de indenização contra a autarquia (e não diretamente em relação ao servidor). Julgada a ação, a entidade é condenada ao pagamento de danos ao particular.

Tendo realizado o pagamento, a autarquia verifica se houve, na conduta de Alberto, dolo (intenção) ou culpa. Em caso positivo, procede à respectiva ação de ressarcimento, momento em que ela figurará no polo ativo e o servidor, no polo passivo.

#### 8.3.5. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

De acordo com o artigo 150, § 2º, da Constituição Federal, a imunidade tributária recíproca, que é prerrogativa dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), é estendida às autarquias e fundações públicas.

Por imunidade tributária recíproca, podemos entender a impossibilidade de os entes federativos instituírem impostos uns sobre os outros em relação ao patrimônio, à renda ou aos serviços.

No que se refere às autarquias, no entanto, tal imunidade é estendida apenas em relação ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou dela decorrentes.

## EXEMPLO

Caso uma autarquia seja proprietária de um bem imóvel (como uma sala comercial) e o utilize para o desempenho de suas atividades, estará imune ao pagamento do IPTU.

Caso, no entanto, a autarquia utilize o imóvel em questão para finalidades diversas das por ela desempenhadas (como a utilização do imóvel para estacionamento remunerado de veículos), haverá o pagamento de IPTU.

### 8.3.6. CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Os consórcios públicos foram regulamentados pela Lei n. 11.107, de 2005, que, por sua vez, disciplina o disposto no art. 241 da Constituição Federal, que assim dispõe:

**Art. 241.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Assim, os consórcios podem ser conceituados como uma forma de colaboração entre os diversos entes políticos para a gestão associada dos serviços públicos de interesse comum. De acordo com a doutrina, os consórcios públicos podem ser regidos tanto pelo direito público quanto pelo direito privado.

Quando regidos pelo direito público, estaremos diante da denominada **associação pública**, que, conforme analisado anteriormente, é uma das espécies do gênero autarquia. Quando regidos pelo direito privado, por sua vez, o consórcio deverá atender a todas as normas previstas na legislação civil.

Importante salientar que os **consórcios públicos não são uma nova forma de entidade integrante da administração indireta**, pois, como já mencionamos, tal lista é taxativa. No entanto, os consórcios, **quando regidos pelo direito público**, integram a administração indireta de cada um dos entes consorciados.

Salienta-se que os consórcios não podem ser formados pela União e por Municípios sem que o Estado onde está situado o Município também esteja consorciado. Da mesma forma, os Municípios integrantes de dois Estados diferentes não podem consorciar-se entre si sem que os Estados também estejam participando.

O consórcio público, **seja ele com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado**, observará as **normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal**, que será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Desta forma, é possível afirmar que, ainda que estejamos diante de um consórcio público regido pelas regras de direito público, o quadro de pessoal será regido pelas normas

constantes na CLT. No que se refere à realização de licitação, à celebração de contratos administrativos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, as regras a serem observadas serão as de direito público.

### 8.3.7. AGÊNCIAS EXECUTIVAS

As agências executivas foram introduzidas em nosso ordenamento jurídico com a Lei n. 9.649, de 1998, que estabeleceu a possibilidade de as autarquias e fundações públicas firmarem contrato de gestão com o poder público e, assim, se qualificarem como agências executivas.

Dessa forma, podemos concluir que tais agências nada mais são do que **uma faculdade conferida às autarquias e às fundações públicas de se submeterem a um regime diferenciado**, aumentando a produtividade e a eficiência de sua gestão.

Normalmente, a qualificação como agência executiva é feita por meio de decreto expedido pelo chefe do Poder Executivo.

#### EXEMPLO

Para se qualificar como agências executivas, as autarquias e fundações devem atender a dois requisitos:

- a) Ter um plano estratégico de reestruturação e desenvolvimento institucional em andamento;
- b) Ter celebrado contrato de gestão com o respectivo ministério superior, que terá periodicidade mínima de 1 ano e estabelecerá os objetivos, metas e indicadores de desempenho da entidade;

### 8.3.8. AGÊNCIAS REGULADORAS

As agências reguladoras, por sua vez, são entidades encarregadas da fiscalização e do controle de determinadas atividades ou setores. Em nosso ordenamento, **apenas duas agências reguladoras têm sede constitucional**, ou seja, encontram previsão nas disposições da Constituição Federal, sendo elas a ANP (Agência Nacional do Petróleo) e a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Todas as demais agências reguladoras, por consequência, possuem suas disposições expressas em diplomas legais.

Tendo em vista a necessidade de maior autonomia para exercer as atividades de fiscalização e controle, as agências reguladoras existentes em nosso ordenamento são instituídas sob a forma de **autarquias em regime especial**.

As principais características das agências reguladoras estão ligadas, diretamente, à autonomia e aos poderes a elas atribuídos. Todas as demais decorrem dessas duas prerrogativas. Podemos listar, como exemplo, que tais entidades:

- Possuem autonomia em sua gestão;
- Não estão subordinadas hierarquicamente a qualquer instância de governo;

- Suas decisões não estão sujeitas a revisão, ressalvada a apreciação judicial e o recurso hierárquico impróprio (o recurso hierárquico impróprio é aquele endereçado à autoridade administrativa que não é hierarquicamente superior àquela que editou o ato administrativo);
- A indicação de seus dirigentes deve ser pautada por critérios técnicos;
- Possuem a prerrogativa de aplicar sanções, tais como advertências, multas ou cassação de licenças.

No que se refere ao regime de contratação de pessoal das agências reguladoras, é importante salientar que, após 2004 (e colocando fim à grande controvérsia), o STF entendeu que o regime passou a ser o estatutário, sendo vedada às agências reguladoras a contratação de servidores celetistas.

Vejamos as principais diferenças entre as agências executivas e as agências reguladoras.

| Agências executivas                                                       | Agências reguladoras                                                                                                |
|---------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| É uma qualificação jurídica atribuída às autarquias e fundações públicas. | São autarquias em regime especial.                                                                                  |
| Objetiva aumentar a eficiência e a produtividade das entidades.           | Objetiva conferir maior autonomia e poder às entidades.                                                             |
| Reguladas por norma específica.                                           | Conceito atribuído pela doutrina                                                                                    |
| Não existe uma área específica em que elas atuem.                         | Atuam especificamente na área da regulação.                                                                         |
| São qualificadas por meio de decreto.                                     | Não é uma qualificação, uma vez que a própria lei que cria a autarquia estabelece o nível de autonomia da entidade. |

## 8.4. FUNDAÇÕES

A existência das fundações está pautada nas disposições do Código Civil, que é o diploma que estabelece a forma como as fundações privadas devem ser constituídas e as demais características dessas pessoas jurídicas.

Basicamente, conseguimos identificar, no processo de criação das fundações privadas, duas características que sempre estão presentes: a **doação patrimonial por parte de um instituidor e a impossibilidade de terem finalidade lucrativa**.

Tais características foram reproduzidas, em parte, quando a Constituição Federal estabeleceu a forma como as fundações públicas seriam criadas. Assim, no âmbito público, as fundações possuem como instituidor um ente federativo, devendo, tal como ocorre com as fundações privadas, exercer atividades sem a finalidade de lucro.

Tal característica, no entanto, não impede que as fundações públicas cobrem pela prestação dos serviços públicos, uma vez que é por meio das receitas advindas dessa prestação que tais entidades conseguem subsistir.

Da mesma forma, caso tais entidades tenham, ao término do ano civil, excedentes financeiros, deverão aplicá-los nas atividades da fundação, oportunidade em que manterão a vinculação à atividade essencial que deu ensejo à criação da fundação. Em nenhuma hipótese poderá ocorrer a distribuição de recursos financeiros eventualmente excedentes a filiados ou associados, uma vez que tal medida configura grave desvio de finalidade.

### EXEMPLO

No âmbito federal, temos como exemplo de fundação pública o IBGE. Logo, quando de sua criação, houve a doação de bens por parte do ente instituidor (União), de forma que a fundação passou a ter recursos para prestar suas atividades.

Como forma de se subsidiar financeiramente, o IBGE pode exigir da população o pagamento de recursos para a prestação de certas atividades (ainda que a imensa maioria de suas atividades seja mantida por recursos públicos).

Ao término do exercício financeiro, caso haja sobra de recursos, o IBGE deve proceder à aplicação destes nas finalidades da entidade, não podendo distribuí-los entre os associados ou colaboradores (diretores e empregados).

Com base no que foi exposto, consegue-se identificar uma série de similaridades e diferenças entre as fundações públicas e as fundações privadas, conforme se observa por meio da tabela a seguir:

| Fundações públicas                         | Fundações privadas                          |
|--------------------------------------------|---------------------------------------------|
| Instituidor é um ente federativo.          | Instituidor é uma pessoa particular.        |
| Não podem ter finalidade lucrativa         | Não pode ter finalidade lucrativa.          |
| Desempenham atividades de interesse social | Desempenham atividades de interesse social. |

#### 8.4.1. DISTINÇÃO ENTRE FUNDAÇÕES PÚBLICAS DE DIREITO PÚBLICO E DE DIREITO PRIVADO

Estabelece a Constituição Federal, conforme demonstrado anteriormente, a forma como as entidades da administração indireta serão constituídas. No que se refere às autarquias, estas são criadas diretamente por meio de lei. Para as demais entidades (dentre as quais estão as fundações), o processo de criação é autorizado apenas por meio de lei específica.



Assim, em um primeiro momento, temos a constatação de que as fundações públicas seriam (tal qual as empresas públicas e as sociedades de economia mista) pessoas jurídicas de direito privado, uma vez que a lei apenas autoriza a sua criação, sendo necessário, para o início das atividades, realizar o registro dos atos constitutivos no cartório competente.

Entretanto, diversas fundações, quando criadas, possuíam um regime jurídico bastante parecido com o das autarquias, que são regidas pelo direito público e possuem uma série de prerrogativas, conforme verificado anteriormente, inerentes ao próprio Estado.

Não há como negar que a situação apresentava uma série de dúvidas em nosso ordenamento. Se as fundações públicas possuíam, de acordo com a Constituição Federal, o mesmo regramento das empresas estatais, como explicar a similaridade das prerrogativas a elas concedidas quando comparadas com as autarquias e com o próprio Estado?

Para se ter uma ideia, três eram as correntes defendidas pelos principais autores administrativistas: a de que as fundações só poderiam assumir a personalidade jurídica de direito privado (Hely Lopes Meirelles); a de que só poderiam assumir a personalidade jurídica de direito público (Celso Antônio Bandeira de Mello); e a de que poderiam assumir ambas as personalidades, ou seja, de direito público ou privado (Maria Sylvia Zanella Di Pietro).

Coube ao STF, no julgamento da ADIn 2794, resolver a questão, afirmando que as fundações públicas podem tanto assumir a forma de pessoas jurídicas de direito público **(oportunidade em que serão uma espécie do gênero autarquia)** quanto a de pessoas jurídicas de direito privado **(quando serão regidas, basicamente, pelas mesmas regras previstas para as sociedades de economia mista e empresas públicas)**.

### JURISPRUDÊNCIA

Portanto, atualmente, é pacificado na Doutrina o entendimento de que as Fundações Públicas podem ser constituídas com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.

No que se refere às fundações públicas de direito público, pode-se afirmar que estas possuem as mesmas características e privilégios das autarquias, conforme exposto no estudo dessas entidades.

Quanto às fundações públicas de direito privado, a doutrina entende que elas estão submetidas a um regime jurídico híbrido, sendo regidas ora por um regime de direito público, ora por um regime de direito privado.

Como forma de diferenciarmos as duas entidades (fundações públicas de direito público e de direito privado), podemos relacionar as seguintes características privativas das entidades de direito privado:

**a) Adquirem personalidade jurídica com a inscrição de seus atos no respectivo registro público.** Assim, não basta a edição de uma lei para a criação da entidade, devendo



ocorrer, posteriormente à edição da lei autorizadora, o registro de seus atos constitutivos no cartório de registro de pessoas jurídicas.

**b) Não podem praticar atos em que estejam na condição de poder de império.** Como são consideradas pessoas jurídicas de direito privado, os atos de império (dentre os quais se destacam os relativos ao poder de polícia) não podem ser exercidos por tais espécies de fundações, sendo exclusividade das pessoas jurídicas de direito público.

**c) Seus bens não são bens públicos.** Ainda que seus bens não sejam considerados bens públicos, quando tais bens estiverem afetados à prestação de um serviço público essencial à coletividade, terão as mesmas características dos bens públicos, não podendo ser alienados, usucapidos, onerados ou penhorados.

**d) Não estão sujeitas ao regime constitucional dos precatórios.** Por intermédio do regime dos precatórios, os débitos das entidades da administração indireta dotadas de personalidade jurídica de direito público que forem apresentados até 1º de julho de um ano apenas serão pagos até o término do exercício posterior. Com isso, objetiva-se dar segurança na gestão dos recursos públicos, evitando-se que a realização de políticas públicas seja comprometida devido ao pagamento das dívidas apresentadas.

Com as fundações públicas de direito privado, isso não ocorre, sendo que as citações para pagamento devem seguir o mesmo prazo utilizado para as pessoas jurídicas em geral.

**e) Não podem ser sujeitos ativos da relação tributária.** Ser sujeito ativo da relação tributária implica na possibilidade de exigir o pagamento das exigências tributárias. De acordo com o artigo 119 do Código Tributário Nacional, tal peculiaridade é exclusiva das pessoas jurídicas de direito público:

**Art. 119.** Sujeito Ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir seu cumprimento.

Importante salientar que, não obstante as diferenças apresentadas, a doutrina possui entendimento de que todas as obrigações estabelecidas às fundações públicas pela Constituição Federal são extensíveis aos dois tipos de fundações, sejam elas de direito público ou de direito privado.

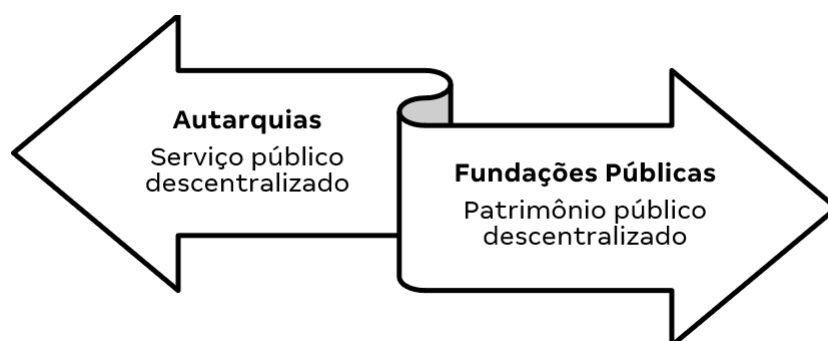
Da mesma forma, a regra prevista no artigo 66 do Código Civil, que estabelece que **“velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas”**, não é aplicada a nenhuma das espécies de fundações públicas, mas sim apenas às fundações privadas. Logo, é correto afirmar que apenas as fundações privadas possuem o Ministério Público Estadual como seu respectivo curador.

Como forma de facilitar a compreensão, relacionam-se abaixo as diferenças e similaridades existentes entre as fundações públicas de direito público e as fundações públicas de direito privado:



| <b>Fundações públicas de direito público</b>                                               | <b>Fundações públicas de direito privado</b>                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| São criadas diretamente por lei.                                                           | São autorizadas por lei.                                                                                                                                        |
| Possui personalidade jurídica de direito público                                           | Possui personalidade jurídica de direito privado.                                                                                                               |
| São regidas pelo direito público.                                                          | São regidas por um regime híbrido.                                                                                                                              |
| Devem realizar concurso para admitir pessoal                                               | Devem realizar concurso para admitir pessoal.                                                                                                                   |
| Possui bens públicos                                                                       | Possuem bens privados, com a ressalva de que as características dos bens públicos sejam mantidas quando da prestação de uma atividade essencial à coletividade. |
| Possui privilégios processuais, tal como as autarquias.                                    | Não possui privilégios processuais                                                                                                                              |
| Devem prestar contas ao respectivo Tribunal de Contas, uma vez que gerem recursos públicos | Devem prestar contas ao respectivo Tribunal de Contas, uma vez que gerem recursos públicos.                                                                     |
| Estão vinculadas à administração direta                                                    | Estão vinculadas à administração direta.                                                                                                                        |
| Assim como as autarquias, possuem responsabilidade civil objetiva.                         | Possui responsabilidade civil objetiva                                                                                                                          |
| Não possuem o Ministério Público Estadual como curador                                     | Não possui o Ministério Público Estadual como curador.                                                                                                          |

Ressalta-se que as fundações públicas são comumente chamadas de patrimônio público descentralizado, ao passo que as autarquias, ainda de acordo com a doutrina, são intituladas como serviços públicos descentralizados. Isso ocorre na medida em que as fundações públicas gerem um patrimônio inicialmente doado por um instituidor, enquanto as autarquias desempenham um serviço público que, se não fosse prestado por elas, deveria ser realizado pelo próprio Estado.



## DIRETO DO CONCURSO



**014.** (SELECON/ADV/CRC SE/2024) No âmbito da Administração Indireta, a lei ordinária específica e a lei complementar cumprem diferentes funções no que concerne à criação, à autorização para a instituição e à definição das áreas de atuação das entidades que as compõem. Somente por lei complementar, cabe a definição das áreas de atuação da:

- a) Fundação.
- b) Autarquia.
- c) Empresa pública.
- d) Sociedade de economia mista.



Estabelece o artigo 37, XIX, da Constituição Federal que “somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de **fundação**, cabendo à **lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação**”.

Neste sentido, cabe à lei complementar definir as áreas de atuação da **fundação**.

**Letra a.**

**015.** (CESPE/CEBRASPE/ANA CT/CAPES/GERAL/2024) Determinada fundação pública federal pretendia realizar compra de produto de limpeza mediante contratação pública orçada em valor inferior a cinquenta mil reais. Para tanto, a autoridade competente da fundação decidiu realizar contratação direta por inexigibilidade de licitação. Uma empresa interessada na contratação apresentou recurso à instância superior daquela autoridade, alegando não se tratar de hipótese de inexigibilidade. A autoridade superior acatou o recurso da empresa, por entender não haver previsão legal de contratação direta no caso, e revogou a decisão do subordinado.

A partir da situação hipotética precedente, julgue o item que se segue.

As fundações públicas são órgãos despersonalizados da administração pública indireta e seus atos são administrativos.



As fundações públicas não são órgãos, mas sim entidades integrantes da Administração Indireta. Logo, tais entidades possuem personalidade jurídica própria, diferente do que ocorre com os órgãos públicos.

**Errado.**

## 8.5. EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

As empresas públicas e as sociedades de economia mista são a parte da administração indireta mais voltada para o direito privado, sendo chamadas, pela doutrina, de **empresas estatais**.

### 8.5.1. ÁREAS DE ATUAÇÃO

A primeira definição importante é que ambas as entidades (empresas públicas e sociedades de economia mista) podem ser divididas, no que se refere à área de atuação, entre **prestadoras de serviço público e atuantes na atividade econômica**. Dessa forma, temos dois tipos de empresas públicas e dois tipos de sociedades de economia mista.

Enquanto as empresas estatais exploradoras de atividade econômica estão regidas, no plano constitucional, pelo art. 173, sendo sua atividade prioritariamente regida pelo direito privado, as empresas estatais prestadoras de serviço público são reguladas, no plano constitucional, pelo art. 175, de forma que sua atividade é regida prioritariamente pelo direito público.

Em outras palavras, temos que todas as empresas estatais, sejam elas prestadoras de serviços públicos ou exploradoras de atividade econômica, **possuem personalidade jurídica de direito privado**.

A diferença entre elas é quanto à atividade que exercem: se for prestadora de serviço público, a atividade desempenhada, como não poderia deixar de ser, é regida pelo **direito público**, de acordo com o artigo 175 da Constituição Federal:

**Art. 175.** Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Se ela for **exploradora de atividade econômica** e, como forma de evitar que o princípio da livre concorrência seja prejudicado, tais atividades serão reguladas pelo **direito privado**, conforme disposição do artigo 173 da Constituição Federal:

**Art. 173.** Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

I – sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;

II – a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

- III – licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;
- IV – a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;
- V – os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores.

### EXEMPLO

Como exemplo de empresas estatais exploradoras de atividade econômica, temos a Caixa Econômica Federal (empresa pública) e o Banco do Brasil (sociedade de economia mista). Como tais entidades disputam o mercado com as demais empresas privadas e estão em plena sintonia com o princípio da livre concorrência, devem ser regidas pelo direito privado. Como exemplo de empresas estatais prestadoras de serviços públicos, temos os Correios (empresa pública) e a Sabesp (sociedade de economia mista). Em ambas as entidades, nota-se que o objetivo primordial não é auferir lucros, mas sim prestar um serviço à coletividade. Logo, nada mais natural do que tais entidades estarem regidas pelo direito público.

#### 8.5.2. CARACTERÍSTICAS COMUNS

Todas as empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente de serem prestadoras de serviços públicos ou exploradoras de atividades econômicas, possuem as seguintes características:

**a) Devem realizar concurso público para admissão de seus empregados.**

Independentemente de estarmos diante de pessoas jurídicas de direito privado, a admissão de pessoal, assim como ocorre com todas as entidades da administração indireta, deve ocorrer por meio de concurso público, valorizando o princípio da impessoalidade e estando em sintonia com o artigo 37, II, da Constituição Federal:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

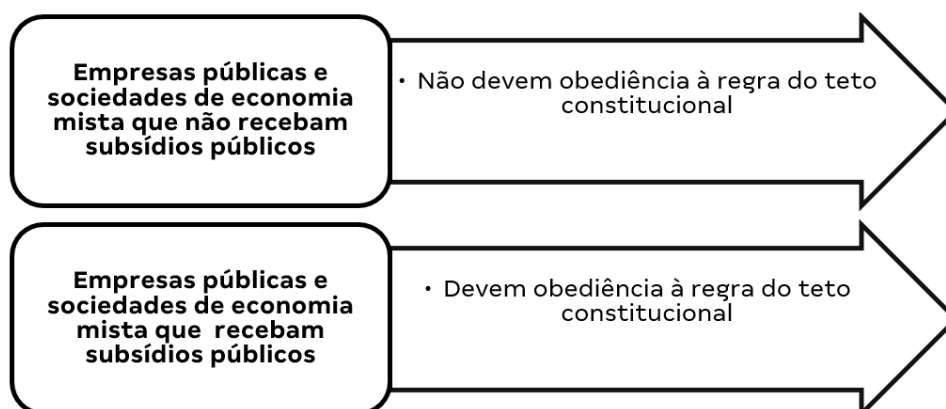
**b) Não estão alcançadas pela exigência de obedecer ao teto constitucional.**

De acordo com a regra do “teto constitucional”, a remuneração de todos os agentes públicos da administração direta e das entidades da administração indireta que sejam subsidiadas com

recursos públicos não pode exceder à **remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**. Em sentido oposto, as empresas estatais que não recebam recursos públicos para o pagamento de pessoal e manutenção de suas atividades não são obrigadas a obedecer à mencionada regra constitucional. Tal entendimento já foi proferido, inclusive, pelo STF, conforme se observa na decisão do Recurso Extraordinário 629532/DF:

### JURISPRUDÊNCIA

I – É firme o entendimento desta Corte de que o art. 37, XI, da Constituição Federal, com a redação anterior à EC 19/98, já fixava limite remuneratório também para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista. II. – O art. 37, § 9º, da CF submeteu os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista ao teto remuneratório da Administração Pública, limitando expressamente esta aplicação aos casos em que tais empresas recebam recursos da Fazenda Pública para custeio em geral ou gasto com pessoal.



**c) Estão sujeitas ao controle efetuado pelos Tribunais de Contas, bem como ao controle do Poder Legislativo.** Trata-se de regra inerente a todas as entidades da administração indireta, uma vez que todas elas executam a gestão do patrimônio público, que pertence à coletividade. Assim, os administradores públicos devem prestar contas de suas gestões, permitindo que os órgãos de controle e a própria população tenham conhecimento acerca da forma como os recursos estão sendo utilizados.

**d) Não estão sujeitas à falência.** No âmbito das relações privadas, uma empresa pode, em determinadas situações, solicitar a recuperação judicial (ou a falência, no caso de empresário). Tais regras estão expressas na Lei n. 11.101, de 2005, que excluiu da lista das pessoas que podem solicitar a utilização dos institutos as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Logo, é correto afirmar que a falência, a recuperação judicial ou a recuperação extrajudicial não podem ser solicitadas pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista.

**e) Devem obedecer às normas de licitação e contrato administrativo no que se refere às suas atividades-meio.** As atividades-meio são aquelas de caráter administrativo, executadas internamente e com a finalidade de propiciar condições para que seus agentes executem suas atribuições. Em contrapartida, as atividades-fim são aquelas que se relacionam com a própria essência da entidade, ou seja, com o motivo que foi levado em conta quando da criação da empresa estatal.

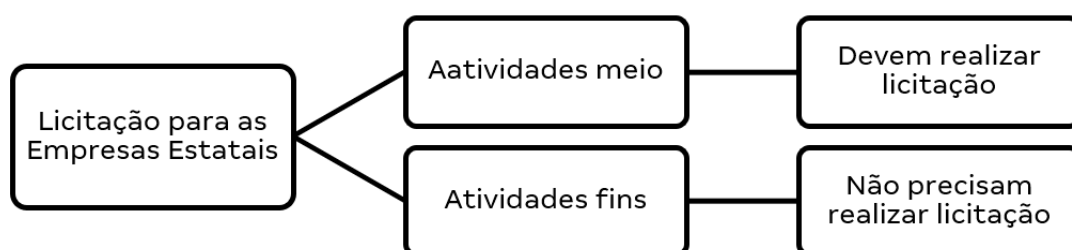
No que se refere às atividades-meio, todas as empresas públicas e as sociedades de economia mista devem realizar licitação e celebrar, como consequência, um contrato administrativo. No que se refere às atividades-fim, tais empresas não necessitam realizar esse procedimento, uma vez que tal conduta seria uma afronta ao princípio da livre concorrência.

### EXEMPLO

Tomemos como exemplo o Banco do Brasil, sociedade de economia mista integrante da administração pública federal.

No âmbito de suas atividades-meio (tais como a compra de materiais de expediente e a contratação de serviços de reparo e manutenção de seus equipamentos), a empresa deve realizar, tal como todas as demais entidades da administração indireta, licitação, valorizando os princípios constitucionais da isonomia e da moralidade.

Entretanto, caso a entidade esteja diante da prestação de suas atividades-fim (no caso do Banco do Brasil, podemos citar a abertura de contas correntes ou a concessão de financiamentos), não há que se falar em necessidade de licitação. Caso fosse necessário, a entidade da administração indireta seria prejudicada na disputa pelo mercado, uma vez que diversas outras instituições financeiras privadas não obedeceriam à regra de licitar para a prestação de suas atividades-fim.



### **f) Devem obedecer à vedação à acumulação de cargos prevista constitucionalmente.**

Trata-se de mandamento constitucional de observância obrigatória por todos os órgãos e entidades da administração pública, seja ela direta ou indireta, encontrando previsão no artigo 37, XVI, da Constituição Federal:

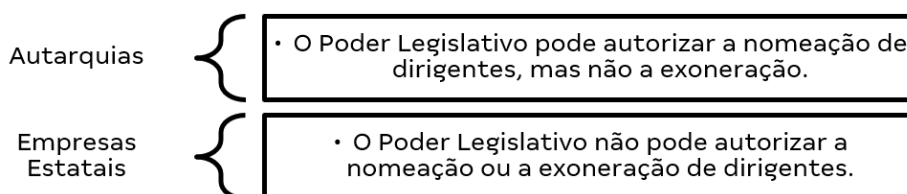
**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

**g) Não podem exigir aprovação prévia, por parte do Poder Legislativo, para nomeação ou exoneração de seus diretores.** Trata-se de característica que encontra fundamento na jurisprudência do STF, com a ressalva de que o entendimento não é o mesmo do adotado para as autarquias. No âmbito destas, não pode ser exigida a aprovação prévia do Poder Legislativo para a exoneração dos diretores, mas pode perfeitamente ser exigida para a nomeação dos respectivos agentes. Em sentido oposto, quando estivermos diante das empresas públicas ou das sociedades de economia mista, não poderá ser exigida a autorização prévia do Poder Legislativo tanto para nomeação quanto para exoneração.

Em todas as situações, o fundamento utilizado é a impossibilidade de violação do princípio da independência entre os Poderes.



### 8.5.3. DIFERENÇAS FUNDAMENTAIS

As **empresas públicas** são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legislativa, com a totalidade do capital público e regime organizacional livre.

As **sociedades de economia mista**, por sua vez, são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legislativa, com a maioria do capital público e organizadas, obrigatoriamente, sob a forma de sociedades anônimas (S/A).

Da análise dos dois conceitos apresentados, percebe-se que três são as características que diferenciam as duas entidades da administração indireta: a **forma de constituição**, o **modo como ocorre a formação de seu capital social** e a competência para o julgamento das ações.

#### 8.5.3.1. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

Com relação à forma de constituição, as **empresas públicas** podem se organizar adotando qualquer uma das formas admitidas em nosso ordenamento jurídico. Podem, ainda, caso seja necessário, ser criadas com a utilização de uma forma jurídica até então não utilizada para as demais empresas, oportunidade em que teremos a adoção de uma forma “*sui generis*”, ou seja, sem precedentes anteriores.

Como consequência, as empresas públicas podem adotar qualquer tipo societário admitido, como as de sociedade limitada (LTDA) ou sociedade anônima (S/A). Dependendo da forma utilizada, a entidade deverá registrar seus documentos na junta comercial ou no cartório de registro de pessoas jurídicas.

As **sociedades de economia mista**, por outro lado, podem ser constituídas apenas sob a forma de sociedade anônima (S/A). Consequentemente, sempre serão registradas na junta comercial, possuindo caráter mercantil e sendo regidas pelas disposições da Lei n. 6.404/1976.

### 8.5.3.2. CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL

As **empresas públicas** possuem todo o seu capital formado por recursos públicos, que podem ser de apenas um ente público (unipessoal) ou de mais de um ente público (pluripessoal).

#### EXEMPLO

Temos um exemplo de empresa pública de caráter unipessoal quando esta é constituída por meio de recursos de apenas um ente federativo (a União, por exemplo).

Temos um exemplo de empresa pública de caráter pluripessoal quando esta é constituída por meio de recursos de mais de um ente federativo ou das respectivas entidades da administração indireta dotadas de personalidade jurídica de direito público (autarquias e fundações públicas).

As **sociedades de economia mista**, por sua vez, são constituídas obrigatoriamente com capital formado por recursos públicos e privados (daí a existência da expressão “mista” em seus nomes). Ressalta-se, no entanto, que a maioria do capital social deverá, necessariamente, ser constituída de recursos públicos, garantindo ao Poder Público, dessa forma, o controle da sociedade.

### 8.5.3.3. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO

Estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 109, I, que as ações judiciais em que as empresas públicas federais forem interessadas na qualidade de autoras, rés, assistentes ou oponentes (com exceção das ações de falência, das ações que envolvam acidentes de trabalho, das ações da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho) serão processadas e julgadas por intermédio da Justiça Federal.

Tal regra estabelece o foro privilegiado para o julgamento das ações judiciais envolvendo empresas públicas federais.

No âmbito das sociedades de economia mista federais, tal regra não prevalece, de forma que as ações judiciais serão processadas e julgadas por intermédio da Justiça Estadual. Ainda assim, ressalta-se que as ações envolvendo as sociedades de economia mista poderão ser levadas à análise da Justiça Federal. Para tanto, deve ocorrer a intervenção da União como assistente ou oponente, conforme entendimento do STF, expresso na Súmula 517:



## JURISPRUDÊNCIA

Súmula 517 – STF: As sociedades de economia mista só tem foro na justiça federal, quando a união intervém como assistente ou opoente.

Tais regras, salienta-se, estão previstas apenas para as situações em que as entidades envolvidas sejam da esfera federal. Entretanto, como a criação de entidades da administração indireta pode ser feita por todos os entes federativos, as ações judiciais envolvendo empresas públicas ou sociedades de economia mista estaduais ou municipais serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual.

| Entidade                                          | Foro competente  |
|---------------------------------------------------|------------------|
| Empresa pública federal                           | Justiça Federal  |
| Sociedade de economia mista federal               | Justiça estadual |
| Empresa pública estadual ou municipal             | Justiça estadual |
| Sociedade de economia mista estadual ou municipal | Justiça estadual |

Relacionam-se abaixo as diferenças encontradas entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista:

| Empresa pública                                          | Sociedade de Economia Mista                               |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| Totalidade do capital público                            | Capital público e privado                                 |
| Qualquer forma de organização societária                 | Obrigatoriamente S/A                                      |
| Causas de entidades federais julgadas na Justiça Federal | Causas de entidades federais julgadas na Justiça estadual |

## DIRETO DO CONCURSO

**016.** (FGV/AGC/EPE/ADMINISTRAÇÃO GERAL/ADMINISTRAÇÃO/2024) Administração Pública Indireta é o conjunto de entidades que possuem personalidade jurídica própria, criadas pelo Estado para desempenhar atividades administrativas descentralizadas. Essas entidades são responsáveis por executar serviços públicos específicos ou de interesse público, complementando as funções da administração pública direta.

Assinale a opção que apresenta características de uma empresa pública.

- a) Pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público e organização sob qualquer das formas admitidas em direito.
- b) Pessoa jurídica de direito privado em que há conjugação de capital público e privado, participação do Poder Público na gestão e organização sob forma de sociedade anônima.

- c) Provê serviços entre dois ou mais entes federativos para atender ao interesse coletivo e proporcionar benefícios públicos.
- d) Pessoa jurídica de direito público que executa atividades típicas do Estado.
- e) Presta serviços e desenvolve ações conjuntas que visem ao interesse coletivo e a benefícios públicos.



A empresa pública pode ser definida como a **pessoa jurídica de direito público** que, sendo integrante da Administração Indireta, possui o **capital inteiramente público** (característica que a diferencia das sociedades de economia mista).

Além disso, as empresas públicas **podem se organizar sob qualquer uma das formas admitidas em direito**. As sociedades de economia mista, em sentido oposto, apenas podem adotar a forma jurídica de sociedade anônima (S/A).

Com base nesses entendimentos, verificamos que **a letra A é a resposta da questão**.

**Letra a.**

#### 8.5.4. PRIVILÉGIOS FISCAIS

Estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 173, § 2º, a seguinte regra:

**Art. 173, §2º** As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

Tal regra, no entanto, não se aplica indistintamente a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista, mas sim apenas àquelas que exploram atividades econômicas. Em outros termos, pode-se dizer que a utilização de benefícios e privilégios fiscais, por parte das empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, poderá ocorrer ainda que tais prerrogativas não sejam concedidas às entidades do setor privado.

E isso ocorre porque apenas as empresas estatais que disputam o mercado econômico estão sujeitas às regras da livre concorrência, de forma que a concessão de benefícios ou incentivos fiscais apenas para as entidades da administração indireta agrediria tal princípio.

Como as prestadoras de serviços públicos, no entanto, isso não ocorre, haja vista que tais entidades não estão sujeitas à concorrência, uma vez que suas atribuições estão limitadas à prestação de serviços públicos. O STF já se manifestou neste sentido, conforme se observa do teor do Recurso Especial 599628:

#### **JURISPRUDÊNCIA**

Os privilégios da Fazenda Pública são inextensíveis às sociedades de economia mista que executam atividades em regime de concorrência ou que tenham como objetivo distribuir lucros aos seus acionistas.

Situação semelhante ocorre com as empresas estatais que exploram atividades em caráter de monopólio. Como tais entidades não disputam a concorrência com as demais empresas privadas, poderão gozar, assim como as prestadoras de serviços públicos, de privilégios fiscais não extensíveis ao setor privado. Neste sentido, por exemplo, é o entendimento do STF, conforme se observa no teor do Recurso Especial 601392:

### **JURISPRUDÊNCIA**

Distinção, para fins de tratamento normativo, entre empresas públicas prestadoras de serviço público e empresas públicas exploradoras de atividade. Precedentes. Exercício simultâneo de atividades em regime de exclusividade e em concorrência com a iniciativa privada. Irrelevância. Existência de peculiaridades no serviço postal. Incidência da imunidade prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal.

## **DIRETO DO CONCURSO**



**017.** (FGV/TEC LEG/ALETO/ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA/2024) A Administração Direta é composta por órgãos e entidades que fazem parte da estrutura do Estado e operam diretamente sob a autoridade do poder público. Em contrapartida, a Administração Indireta inclui entidades com personalidade jurídica própria, mas vinculadas ao Estado. Enquanto a Administração Direta executa diretamente políticas públicas, a Indireta opera de forma mais especializada, muitas vezes em atividades empresariais.

Assinale a opção que indica a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica.

- a) Autarquia.
- b) Empresa pública.
- c) Fundação pública.
- d) Organização social.
- e) Sociedade de economia mista.



A questão exige o conhecimento acerca de uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado. Logo, ficamos entre a empresa pública e a sociedade de economia mista. A mencionada entidade possui, ainda de acordo com o enunciado, patrimônio próprio e **capital exclusivo da União**, sendo criada por lei para a exploração de atividade econômica.

Logo, a entidade em questão pode ser apenas uma empresa pública, que é aquela que **possui capital exclusivamente público**. Na sociedade de economia mista, ao contrário, o capital deve ser público e privado.

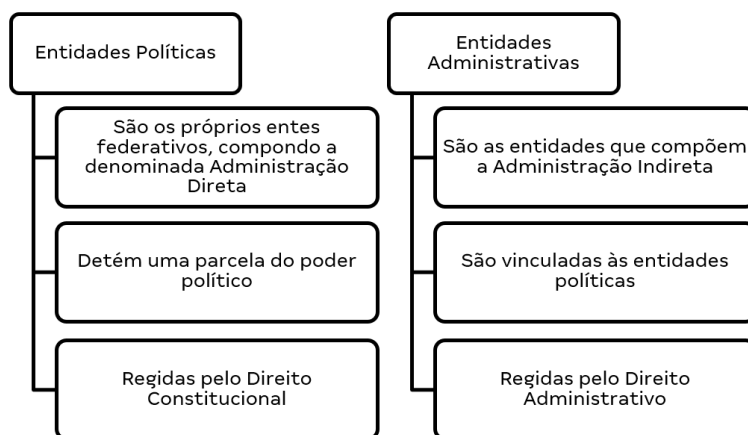
**Letra b.**

-----

## RESUMO

As **entidades políticas** nada mais são do que os entes federativos previstos na Constituição Federal. São eles a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Tais entes são predominantemente regidos pelo Direito Constitucional e detêm uma parcela do poder político. Por isso mesmo, costuma-se dizer que esses entes são autônomos, organizando-se, cada um deles, para alcançar as finalidades previstas na Constituição.

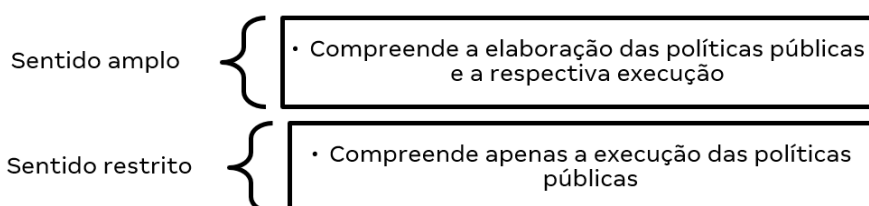
Já as entidades administrativas são a própria Administração Indireta, composta (taxativamente) **pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista**. Tais entidades, ao contrário das entidades políticas, são reguladas predominantemente pelo Direito Administrativo, não detêm poder político e estão vinculadas à entidade política que as criou.



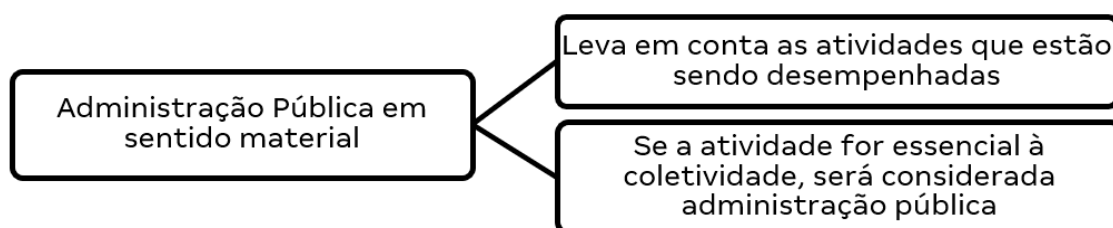
Modernamente, a expressão “**administração pública**” pode ser conceituada por meio de diferentes sentidos ou acepções. Da mesma forma, poderemos fazer uso da expressão em seu **sentido amplo (lato)** ou em **sentido estrito (stricto sensu)**.

Dizemos que, em **sentido lato (ou amplo)**, a administração pública compreende, além da função administrativa, os órgãos de governo, que são aqueles que exercem funções políticas. Já a administração pública em **sentido estrito** compreende somente os órgãos e os agentes necessários à **execução** das políticas públicas, sem qualquer referência àqueles que atuam na sua elaboração.

O sentido estrito é o adotado em nosso ordenamento jurídico, de forma que apenas serão consideradas administração pública as atividades destinadas à execução das políticas públicas.



Em sentido material, objetivo e funcional, a administração é composta pelas atividades e funções que **normalmente** são classificadas como administração pública. Por meio do critério material, devemos nos perguntar quais são as atividades que são consideradas administração pública em nosso país. Embora a resposta varie muito de autor para autor, as atividades que usualmente são reconhecidas como administração pública são: **fomento, serviços públicos, polícia administrativa e intervenção.**



Já em sentido **formal, orgânico e subjetivo**, a administração pública é o conjunto de órgãos e agentes incumbidos das mais diversas atividades administrativas. Por intermédio do critério formal, devemos nos perguntar **quem** é a administração pública em nosso país.

A resposta é que **apenas as entidades, órgãos e agentes que o nosso ordenamento jurídico estabelece como administração pública serão considerados parte desta, independentemente da importância da atividade exercida.** Pelo critério formal, que é o adotado em nosso país, fazem parte da administração pública todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta.

Podemos sintetizar os quatro sentidos em que a expressão “administração pública” pode ser utilizada por meio do seguinte quadro sinótico:

|                                                                         |                                                                                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Administração pública em sentido amplo</b>                           | Abrange as atividades de elaboração e execução das políticas públicas.                                                                              |
| <b>Administração pública em sentido estrito</b>                         | Abrange apenas as atividades de execução das políticas públicas.                                                                                    |
| <b>Administração pública em sentido material, objetivo e funcional.</b> | Compreende as atividades que normalmente são classificadas, pela sua importância, como administração pública.                                       |
| <b>Administração pública em sentido formal, subjetivo e orgânico</b>    | Compreende os órgãos, agentes e entidades que o nosso ordenamento jurídico identifica como administração pública (administração direta e indireta). |

A **centralização** ocorre quando a atividade administrativa é totalmente desempenhada por órgãos e agentes de um único ente federativo. Nessa situação, o Estado executa as tarefas que lhe são atribuídas pela Constituição Federal de forma direta, ou seja, por intermédio dos agentes e dos órgãos públicos componentes da administração direta.

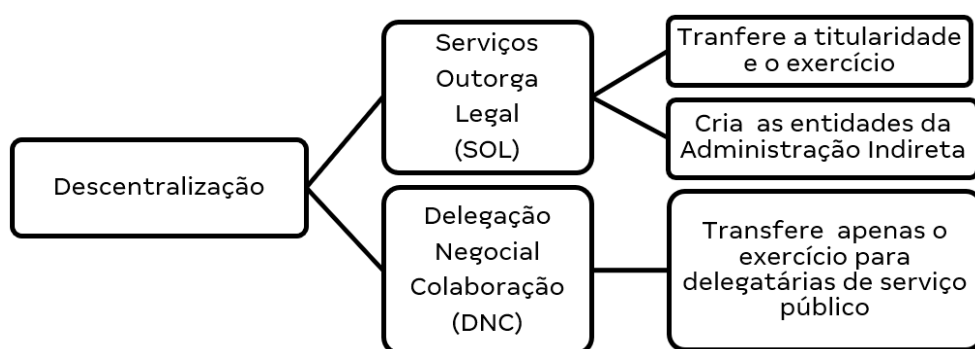
A **descentralização**, por sua vez, ocorre quando qualquer um dos entes federativos exerce suas atribuições por intermédio de outras pessoas jurídicas. Em tais situações, ao contrário do que ocorre na criação dos órgãos públicos, não teremos hierarquia ou subordinação, mas sim mera vinculação entre a pessoa jurídica criada e o ente federativo que a instituiu.

| Centralização                                                                                                                             | Descentralização                                                                                                                                         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pode ou não exigir a edição de lei</li> <li>• Pautada na hierarquia e na subordinação</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deve ser feita por meio de lei</li> <li>• Não há hierarquia ou subordinação, mas sim mera vinculação</li> </ul> |

A descentralização pode ser feita de duas formas: a **descentralização por outorga** (também conhecida como descentralização por serviços ou legal) e a **descentralização por delegação** (negocial ou por colaboração).

A descentralização por outorga ocorre quando o ente federativo transfere **tanto a titularidade quanto o exercício de determinada competência**. Tal descentralização é feita por meio de lei, sendo por intermédio desse instituto que as entidades da administração indireta são criadas.

A descentralização por delegação ocorre quando **apenas o exercício da competência é transferido a outra entidade**, ficando a titularidade com o ente originalmente competente. Por meio dela, as concessionárias, permissionárias e autorizatárias assumem o exercício de algumas atividades administrativas.



A atividade administrativa também poderá ser desempenhada de forma **concentrada** ou **desconcentrada**, situações em que teremos a prestação da atividade com ou sem a divisão interna de competências, materializada por meio da criação de órgãos públicos.

A **concentração** trata-se de uma situação que apenas é possível na parte teórica, uma vez que implicaria o desempenho de uma atividade administrativa sem a criação de órgãos públicos. Assim, nessa situação, tanto a administração direta quanto a indireta teriam que desempenhar suas atividades sem a possibilidade de reparti-las internamente.

A **desconcentração**, por sua vez, é a **técnica administrativa** por meio da qual são criados os órgãos públicos. Com isso, as atividades podem ser desempenhadas de forma especializada, através de órgãos integrantes de uma mesma entidade superior. A desconcentração – e isso é extremamente importante – por operar-se no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, pressupõe **hierarquia e subordinação**.

|                         |                                                                            |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| <b>Centralização</b>    | Atuação da administração direta                                            |
| <b>Descentralização</b> | Atuação da administração indireta ou das delegatárias de serviços públicos |
| <b>Concentração</b>     | Atuação sem a presença de órgãos públicos                                  |
| <b>Desconcentração</b>  | Atuação com a presença de órgãos públicos                                  |

A **administração direta** é composta pelas denominadas entidades políticas, também conhecidas como entes federativos. Em nosso ordenamento, eles são quatro: **União, Estados, Distrito Federal e Municípios**.

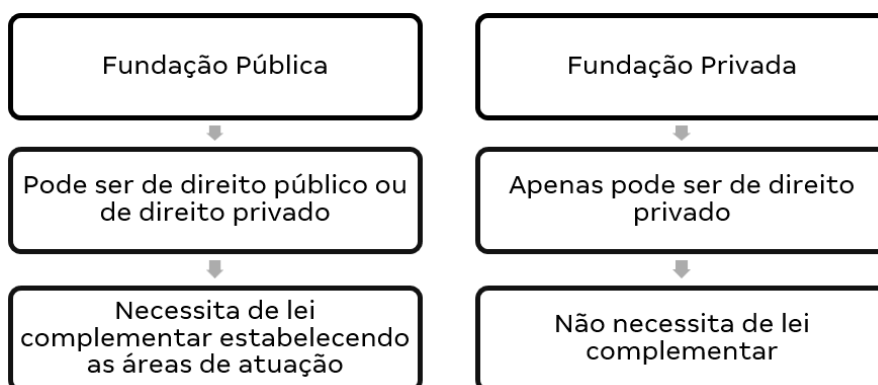
Todos os entes que compõem a administração direta são considerados **pessoas jurídicas de direito público**, estando sujeitos ao regime jurídico administrativo e dotados de **autonomia**. Temos administração direta, dessa forma, em todas as esferas políticas.

Já as entidades que compõem a administração indireta são as **autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista**. A lista das entidades da administração indireta é **taxativa**, sendo formada por **autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas**.

Para a criação de uma autarquia, é necessária apenas a **edição de uma lei específica**. Para as demais entidades, ao contrário, a lei específica apenas **autoriza** a sua criação, sendo necessário, ainda, que o ente político promova a inscrição dos atos respectivos no registro público competente. Importante mencionar que a lei específica em questão deve ser de **iniciativa do chefe do Poder Executivo do respectivo ente federativo**.

As autarquias adquirem personalidade jurídica com a **edição da lei específica**. As demais entidades, com o **registro público** de seus atos constitutivos.

As **fundações públicas** podem ser tanto de direito público quanto de direito privado. Para ambos os tipos de fundação, a regra da necessidade de edição de uma lei complementar é aplicada. No entanto, **não podemos confundir as fundações públicas de direito privado com as fundações privadas**. Estas, que não fazem parte da administração pública (sendo reguladas, por isso mesmo, pelo Direito Civil), não necessitam da edição da norma mencionada.





Podemos afirmar que todas as entidades da Administração Pública Indireta apresentam as seguintes características:

**a)** Possuem **personalidade jurídica**, o que as diferencia, por exemplo, dos órgãos públicos, uma vez que estes apenas correspondem a uma parte da pessoa jurídica que os criou;

**b)** Têm **legitimidade ativa** para propor uma Ação Civil Pública;

**c)** Possuem **autonomia administrativa e financeira**, mas não detêm uma parcela do poder político, que é característica apenas das entidades políticas (entes federativos);

**d)** Estão sujeitas, assim como os órgãos públicos, ao **controle** do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União, uma vez que utilizam, para o desempenho de suas atividades, recursos públicos;

**e)** Devem realizar **concurso público** para contratação de pessoal. Assim, ainda que os agentes das entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado sejam regidos pelas disposições da CLT (sendo considerados empregados públicos), a realização de concurso público para admissão de pessoal é regra aplicável a toda a administração pública.

**f)** Seus servidores respondem por atos de **improbidade administrativa**;

**g)** Devem observar a **vedação à acumulação de cargos públicos** como regra no âmbito do desempenho das funções estatais, de forma que a acumulação apenas será possível nas hipóteses previstas no texto da Constituição Federal.

**h)** Devem observar todos os princípios atribuídos à administração pública pela Constituição Federal, dentre os quais se destacam os da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**.

**i)** Não estão subordinadas hierarquicamente ao ente federativo que as criou ou autorizou, mas sim apenas vinculadas à respectiva administração direta, que, por meio da tutela administrativa, verifica se as entidades estão realizando as atividades para as quais foram instituídas.

As autarquias são **pessoas jurídicas de direito público interno**, criadas por lei específica para o exercício de **atividades típicas da administração pública**. Com as autarquias, é como se o Estado, por meio de suas entidades políticas, descentralizasse certas atividades para entidades dotadas de maior especialização.

No que se refere à **extinção das autarquias**, deve ser utilizado o princípio do paralelismo das formas. Assim como as autarquias são criadas por intermédio de lei específica, apenas por meio de tal forma legislativa é que as entidades em questão poderão ser extintas. Tal como ocorre com a criação, a proposta de lei destinada à extinção das autarquias deve ser de iniciativa dos chefes do Poder Executivo ou, quando estivermos diante de autarquias instituídas no âmbito dos Poderes Legislativo ou Judiciário, por meio da iniciativa dos respectivos poderes.

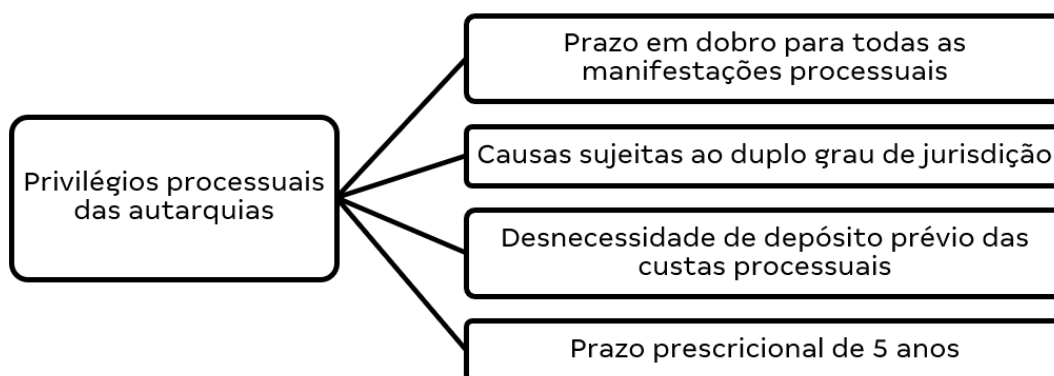
Diversas são as classificações existentes em nosso ordenamento jurídico para as autarquias, sendo que os principais critérios utilizados são os relativos ao **nível federativo, ao objeto e à natureza**.

| Critério                          | Classificação                                                                                                                                                                                                                                              |
|-----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Quanto ao nível federativo</b> | Federais (criadas pela União)<br>Estaduais (criadas pelos estados)<br>Distritais (criadas pelo Distrito Federal)<br>Municipais (criados pelos Municípios)                                                                                                  |
| <b>Quanto ao objeto</b>           | Fundacionais (são as fundações públicas de direito público).<br>Corporativas (são os conselhos profissionais).<br>Associativas (são os consórcios públicos).<br>Territoriais (são os territórios federais).<br>Administrativas (são autarquias residuais). |
| <b>Quanto à natureza</b>          | Comuns (não apresentam peculiaridades).<br>Especiais (possuem prerrogativas que as diferenciam das demais).                                                                                                                                                |

Com as autarquias, é como se o próprio Estado estivesse desempenhando as atividades. Como consequência, todos os privilégios processuais atribuídos ao Estado devem ser estendidos às respectivas entidades autárquicas.

Tanto a administração direta quanto as autarquias são consideradas, para efeitos processuais, **como Fazenda Pública, fazendo jus a uma série de privilégios processuais:**

- Prazo em dobro para todas as manifestações processuais.*
- Suas causas estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.*
- Desnecessidade de depósito prévio das custas processuais.*
- Prescrição quinquenal.*



É possível identificar uma série de similaridades e diferenças entre as **fundações públicas** e as **fundações privadas**, conforme se observa por meio da tabela a seguir:

| Fundações públicas                         | Fundações privadas                          |
|--------------------------------------------|---------------------------------------------|
| Instituidor é um ente federativo.          | Instituidor é uma pessoa particular.        |
| Não podem ter finalidade lucrativa         | Não pode ter finalidade lucrativa           |
| Desempenham atividades de interesse social | Desempenham atividades de interesse social. |

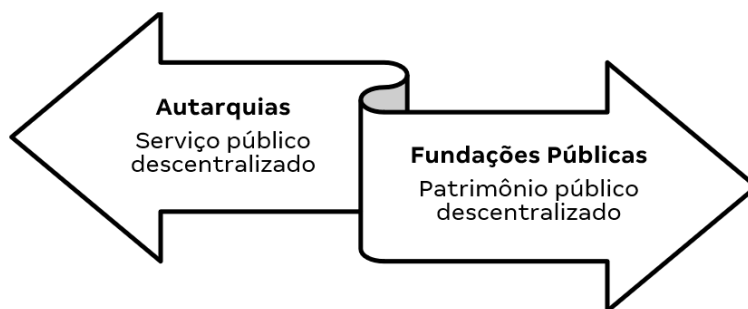
As fundações públicas podem ser de direito público ou de direito privado. No que se refere às **fundações públicas de direito público**, pode-se afirmar que estas possuem as mesmas características e privilégios das autarquias, conforme exposto no estudo dessas entidades.

Quanto às **fundações públicas de direito privado**, a doutrina entende que elas estão submetidas a um regime jurídico híbrido, sendo regidas ora por um regime de direito público, ora por um regime de direito privado.

Como forma de facilitar a compreensão, relacionam-se abaixo as diferenças e similaridades existentes entre as fundações públicas de direito público e as fundações públicas de direito privado:

| <b>Fundações Públicas de Direito Público</b>                                               | <b>Fundações públicas de direito privado</b>                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| São criadas diretamente por lei.                                                           | São autorizadas por lei.                                                                                                                                        |
| Possui personalidade jurídica de direito público.                                          | Possui personalidade jurídica de direito privado                                                                                                                |
| São regidas pelo direito público.                                                          | São regidas por um regime híbrido.                                                                                                                              |
| Devem realizar concurso para admitir pessoal                                               | Devem realizar concurso para admitir pessoal.                                                                                                                   |
| Possui bens públicos                                                                       | Possuem bens privados, com a ressalva de que as características dos bens públicos sejam mantidas quando da prestação de uma atividade essencial à coletividade. |
| Possui privilégios processuais, tal como as autarquias.                                    | Não possui privilégios processuais                                                                                                                              |
| Devem prestar contas ao respectivo Tribunal de Contas, uma vez que gerem recursos públicos | Devem prestar contas ao respectivo Tribunal de Contas, uma vez que gerem recursos públicos.                                                                     |
| Estão vinculadas à administração direta                                                    | Estão vinculadas à administração direta.                                                                                                                        |
| Assim como as autarquias, possuem responsabilidade civil objetiva.                         | Possui responsabilidade civil objetiva                                                                                                                          |
| Não possuem o Ministério Público Estadual como curador                                     | Não possui o Ministério Público Estadual como curador.                                                                                                          |

Ressalta-se que **as fundações públicas são comumente chamadas de patrimônio público descentralizado**, ao passo que **as autarquias, ainda de acordo com a doutrina, são intituladas como serviços públicos descentralizados**. Isso ocorre na medida em que as fundações públicas gerem um patrimônio inicialmente doado por um instituidor, enquanto as autarquias desempenham um serviço público que, se não fosse prestado por elas, deveria ser realizado pelo próprio Estado.



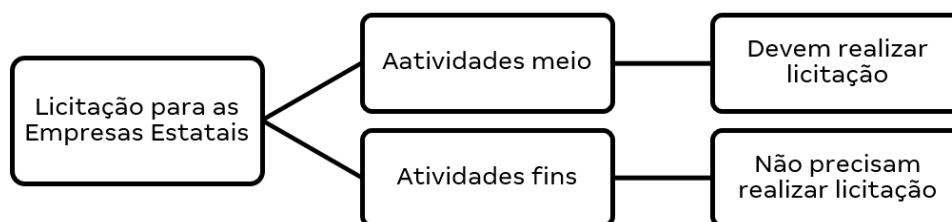
As empresas públicas e as sociedades de economia mista são a parte da administração indireta mais voltada para o direito privado, sendo chamadas, pela doutrina, de **empresas estatais**.

Ambas as entidades (empresas públicas e sociedades de economia mista) podem ser divididas, no que se refere à área de atuação, entre **prestadoras de serviço público e atuantes na atividade econômica**. Dessa forma, temos dois tipos de empresas públicas e dois tipos de sociedades de economia mista.

Todas as empresas estatais, sejam elas prestadoras de serviços públicos ou exploradoras de atividade econômica, **possuem personalidade jurídica de direito privado**. A diferença entre elas está na atividade que exercem: se for prestadora de serviço público, a atividade desempenhada, como não poderia deixar de ser, é regida pelo **direito público**. Se for **exploradora de atividade econômica**, e como forma de evitar que o princípio da livre concorrência seja prejudicado, tais atividades serão reguladas pelo **direito privado**.

Todas as empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente de serem prestadoras de serviços públicos ou exploradoras de atividades econômicas, possuem as seguintes características:

- Devem **realizar concurso público para admissão de seus empregados**.
- Quando não forem subsidiárias com recursos públicos, **não estão alcançadas pela exigência de obedecer ao teto remuneratório constitucional**.
- Estão sujeitas ao **controle efetado pelos Tribunais de Contas, bem como ao controle do Poder Legislativo**.
- Não estão sujeitas à falência**.
- Devem obedecer às normas de licitação e contrato administrativo **no que se refere às suas atividades-meio, mas não em relação às atividades-fim**.



f) Devem **obedecer à vedação à acumulação de cargos prevista constitucionalmente**.

g) **Não podem exigir aprovação prévia, por parte do Poder Legislativo**, para nomeação ou exoneração de seus diretores.

As **empresas públicas** são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legislativa, com a totalidade do capital público e regime organizacional livre.

As **sociedades de economia mista**, por sua vez, são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legislativa, com a maioria do capital público e organizadas, obrigatoriamente, sob a forma de sociedades anônimas (S/A).

Três são as características que diferenciam as duas entidades da administração indireta: a **forma de constituição**, o **modo como ocorre a formação de seu capital social** e a competência para o julgamento das ações.

Com relação à forma de constituição, as **empresas públicas** podem se organizar adotando qualquer uma das formas admitidas em nosso ordenamento jurídico. Podem, ainda, caso seja necessário, ser criadas com a utilização de uma forma jurídica até então não utilizada para as demais empresas, oportunidade em que teremos a adoção de uma forma **“sui generis”**, ou seja, sem precedentes anteriores. As **sociedades de economia mista**, por outro lado, apenas podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima (S/A).

As **empresas públicas** possuem todo o seu capital formado por recursos públicos, que podem ser de apenas um ente público (unipessoal) ou de mais de um ente público (pluripessoal). As **sociedades de economia mista**, por sua vez, são constituídas obrigatoriamente com capital formado por recursos públicos e privados (daí a existência da expressão “mista” em seus nomes).

As ações judiciais em que as empresas públicas federais forem interessadas na qualidade de autoras, rés, assistentes ou oponentes (com exceção das ações de falência, das ações que envolvam acidentes de trabalho, das ações da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho) **serão processadas e julgadas por intermédio da Justiça Federal**. Tal regra estabelece o foro privilegiado para o julgamento das ações judiciais envolvendo empresas públicas federais. No âmbito das sociedades de economia mista federais, essa regra não prevalece, de forma que as ações judiciais serão processadas e julgadas por intermédio da Justiça Estadual.

Relacionam-se a seguir as diferenças encontradas entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista:

| <b>Empresa pública</b>                                   | <b>Sociedade de Economia Mista</b>                        |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| Totalidade do capital público                            | Capital público e privado                                 |
| Qualquer forma de organização societária                 | Obrigatoriamente S/A                                      |
| Causas de entidades federais julgadas na Justiça Federal | Causas de entidades federais julgadas na Justiça estadual |

As empresas públicas e as sociedades de economia mista **não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado**.

## QUESTÕES DE CONCURSO

**001.** (FGV/TAD/TCE RR/2025) Assinale a opção que apresenta apenas estruturas que fazem parte da Administração Direta.

- a) Secretaria de Educação, Tribunal de Contas, Polícia Civil.
- b) Empresa Pública de Ônibus, Fundação Pública de Saúde, Secretaria de Transporte.
- c) Autarquia prestadora de serviço previdenciário, Ministério Público, Sociedade de Economia Mista.
- d) Tribunal de Justiça, Fundação Pública de Educação. Empresa Pública de Saneamento Básico.
- e) Polícia Militar, Procuradoria Estadual, Empresa Pública de Eletricidade.

**002.** (CESPE/CEBRASPE/TJ/TRF6/APOIO ESPECIALIZADO/CONTABILIDADE/2025) Acerca da análise e melhoria de processos, da administração direta e indireta, dos atos administrativos e da requisição, julgue o item a seguir.

Integram a administração pública direta os hospitais públicos federais que prestam serviços de saúde, de maneira centralizada, no Sistema Único de Saúde (SUS).

**003.** (FGV/INV POL/PC MG/2025) Antes de ser nomeado e empossado na qualidade de inspetor de polícia, Lucas, com o objetivo de melhor entender as funções que futuramente desempenhará, resolveu analisar como a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais está inserida no contexto da Administração Pública. Considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais é

- a) um órgão público, integrante da Administração Pública Direta, fruto da desconcentração administrativa.
- b) um órgão público, integrante da Administração Pública Direta, fruto da descentralização administrativa.
- c) um órgão público, integrante da Administração Pública Indireta, fruto da desconcentração administrativa.
- d) uma autarquia, integrante da Administração Pública Indireta, fruto da desconcentração administrativa.
- e) uma autarquia, integrante da Administração Pública Indireta, fruto da descentralização administrativa.

**004.** (QUADRIX/ANA/CFO/GERAL/2025) Quanto às normas relativas ao Estado, ao governo e à Administração Pública federal, julgue o item seguir.

O conceito de Administração Pública Federal, em sentido objetivo, diz respeito às entidades e aos órgãos que integram a Administração, responsáveis pela gestão de bens e serviços públicos, com o objetivo de atender aos interesses dos cidadãos.

**005.** (CEV UECE/TEC RJ/PGE CE/ADMINISTRAÇÃO/2025) A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará é um(a)

- a) entidade da Administração Pública direta e centralizada.
- b) entidade da Administração Pública indireta ou descentralizada.
- c) órgão da Administração Pública com desconcentração indireta.
- d) órgão da Administração Pública direta, mas descentralizada.
- e) órgão da Administração Pública direta ou centralizada.

**006.** (QUADRIX/ANA/CRO AL/RECURSOS HUMANOS/2025) Em relação à organização administrativa da União, a administração e a administração indireta, julgue o item seguinte. Administração Direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma descentralizada, das atividades administrativas do Estado.

**007.** (QUADRIX/ANA/CRO AL/RECURSOS HUMANOS/2025) Em relação à organização administrativa da União, a administração e a administração indireta, julgue o item seguinte. A Administração Direta do Estado abrange todos os órgãos dos Poderes políticos das pessoas federativas cuja competência seja a de exercer a atividade administrativa.

**008.** (QUADRIX/ANA/CRO AL/RECURSOS HUMANOS/2025) Em relação à organização administrativa da União, a administração e a administração indireta, julgue o item seguinte. Na esfera federal, a Administração Direta da União, no Poder Executivo, compõe-se de órgãos de duas classes distintas: a presidência da República e o Tribunal de Contas da União.

**009.** (QUADRIX/ANA/CRO AL/RECURSOS HUMANOS/2025) Em relação à organização administrativa da União, a administração e a administração indireta, julgue o item seguinte. A Administração Direta na esfera municipal é composta da prefeitura, de eventuais órgãos de assessoria ao prefeito e de secretarias municipais, com seus órgãos internos.

**010.** (FGV/ASS ADM/EBSERH/2025) A Administração Pública brasileira organiza-se em Administração Direta e Indireta.

Um exemplo de ente da Administração Direta são

- a) as autarquias.
- b) as fundações públicas.
- c) as empresas públicas.
- d) as sociedades de economia mista.
- e) os ministérios.



**011.** (CESPE/CEBRASPE/AAAPC/PC DF/AGENTE ADMINISTRATIVO/2025) Julgue o item a seguir, acerca das características básicas das organizações formais modernas e da organização administrativa.

As entidades compreendidas na administração indireta subordinam-se ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

**012.** (CESPE/CEBRASPE/TJ/TRF6/ADMINISTRATIVA/SEM ESPECIALIDADE/2025) Julgue o item a seguir, a respeito da administração pública indireta, dos atos administrativos e da requisição.

As fundações públicas são criadas por lei, podendo ser entidades de direito público ou privado e realizar atividades também de interesse público ou privado, desde que não tenham fins lucrativos.

**013.** (QUADRIX/TEC/CFO/ADMINISTRATIVO/2025) Em se tratando da organização administrativa da União, julgue o item a seguir, no que se refere à Administração Pública Direta e à administração pública indireta.

As pessoas jurídicas de direito público e privado integrantes da administração pública indireta são subordinadas ao ente que as constituiu, embora tenham capacidade de autogestão e patrimônio próprios.

**014.** (CESPE/CEBRASPE/ERM/ANM/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO/FISCALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS/2025) Julgue o item a seguir, relativo a atos e poderes administrativos, à organização da administração pública, ao provimento de cargos públicos conforme a Lei n.º 8.112/1990 e à proteção de dados pessoais.

A ANM é entidade integrante da administração pública indireta, com personalidade jurídica de direito público, podendo ser classificada como uma empresa pública.

**015.** (CESPE/CEBRASPE/ERM/ANM/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO/SUPORTE À GESTÃO, ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA/2025) Com base no que dispõe o Decreto-Lei n.º 200/1967, julgue o item a seguir.

A autonomia administrativa e financeira das autarquias públicas não desautoriza o controle exercido pelo órgão competente da administração direta.

**016.** (CESPE/CEBRASPE/ERM/ANM/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO/SUPORTE À GESTÃO, ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA/2025) Com base no que dispõe o Decreto-Lei n.º 200/1967, julgue o item a seguir.

São dotadas de personalidade jurídica de direito público as fundações públicas, as autarquias e as empresas públicas.



**017.** (QUADRIX/ANA/CRO AL/RECURSOS HUMANOS/2025) Em relação à organização administrativa da União, a administração e a administração indireta, julgue o item seguinte. O grande e fundamental objetivo da administração indireta do Estado é a execução de algumas tarefas de seu interesse por outras pessoas jurídicas.

**018.** (FUNDATEC/FMAU/PREF TANGARÁ DA S/2025) Uma organização vinculada à administração indireta de um município apresenta as seguintes características: sua criação e extinção dependem de autorização legal, possui personalidade jurídica de direito privado, está sujeita ao controle estatal e exerce atividade econômica. Além disso, sua composição é majoritariamente formada por capital público, com participação minoritária de capital privado, e obrigatoriamente adota o modelo de sociedade anônima (S/A), conforme estabelecido por lei. Considerando essas características, essa organização é classificada como:

- a) Autarquia.
- b) Fundação Pública.
- c) Empresa Pública.
- d) Sociedade de Economia Mista.

**019.** (FUNDATEC/FMAU/PREF TANGARÁ DA S/2025) De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, uma autarquia municipal se enquadra na chamada Administração \_\_\_\_\_ com personalidade jurídica de direito \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- a) Direta – privado
- b) Direta – público
- c) Indireta – privado
- d) Indireta – público

**020.** (FGV/ASS ADM/EBSERH/2025) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei para o desempenho de um serviço público de forma descentralizada com capacidade de autoadministração.

Assinale a opção que apresenta uma característica das autarquias.

- a) Seus bens são penhoráveis.
- b) Compõem-se de empregados públicos.
- c) Seus créditos são pagos diretamente.
- d) Compõem-se de servidores públicos.
- e) Seus créditos não são pagos por meio de precatórios.

**021.** (CESPE/CEBRASPE/AAAPC/PC DF/AGENTE ADMINISTRATIVO/2025) Julgue o item a seguir, acerca das características básicas das organizações formais modernas e da organização administrativa.

Denomina-se descentralização a transferência da execução de uma atividade estatal a determinada pessoa, física ou jurídica, independentemente de integrar a administração pública.

**022.** (CESPE/CEBRASPE/AAAPC/PC DF/AGENTE ADMINISTRATIVO/2025) Julgue o item a seguir, acerca das características básicas das organizações formais modernas e da organização administrativa.

A distribuição de competências entre os órgãos internos sem personalidade jurídica que pertençam a uma mesma pessoa jurídica denomina-se desconcentração.

**023.** (CESPE/CEBRASPE/TEFC/TCU/2025) Devido a inviabilidade de competição, determinado Ministério de Estado realizou a contratação direta de empresa privada para prestação de serviços. No decorrer da execução do contrato, a empresa descumpriu cláusula contratual, o que foi comprovado em processo administrativo, e foi-lhe aplicada multa contratual, mas ela apresentou recurso, alegando ausência de contraditório. Foi negado provimento a tal recurso, então a empresa interpôs novo recurso, dirigido à autoridade superior da autoridade julgadora.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Ministério de Estado é órgão público sem personalidade jurídica.

**024.** (FUNDATEC/ASS/IF RS/ADMINISTRAÇÃO/2025) Um município, visando modernizar os serviços bancários e facilitar o pagamento de servidores e fornecedores, decide criar, mediante autorização em lei específica, uma instituição financeira totalmente controlada pelo poder público, com capital exclusivamente estatal e personalidade jurídica de direito privado. Essa nova instituição faz parte da administração indireta e está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas. A entidade criada pelo município é um exemplo de:

- a) Empresa pública.
- b) Autarquia.
- c) Fundação pública.
- d) Sociedade de economia mista.
- e) Agência reguladora.

**025.** (CESPE/CEBRASPE/ANA/EMBRAPA/DIREITO E AUDITORIA/ASSESSORIA JURÍDICA/ADVOGADO/2025) Com relação a empresas públicas e sociedades de economia mista, julgue o item a seguir.

As possibilidades de forma societária que podem ser adotadas pela sociedade de economia mista são mais amplas do que as que podem ser adotadas pela empresa pública.

**026.** (CESPE/CEBRASPE/ANA/EMBRAPA/DIREITO E AUDITORIA/ASSESSORIA JURÍDICA/ADVOGADO/2025) Com relação a empresas públicas e sociedades de economia mista, julgue o item a seguir.

Tanto empresas públicas quanto sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado, e sua criação e sua extinção devem ser autorizadas por lei.

**027.** (FGV/ADP/DPE RO/JURÍDICO/2025) Joana, residente e domiciliada em Porto Velho, é titular de um cargo em comissão no âmbito da empresa pública estadual XYZ. Durante uma conversa com colegas de trabalho, Joana defendeu a criação de novas empresas públicas, de forma a ampliar as atividades prestadas pelo Estado de Rondônia.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A empresa pública estadual XYZ, integrante da Administração Indireta, é uma pessoa jurídica de direito público.
- ( ) A empresa pública estadual XYZ é uma manifestação da desconcentração administrativa.
- ( ) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.
- c) F – V – F.
- d) V – F – V.
- e) F – F – V.

**028.** (FGV/TDP/DPE RO/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2025) Entre as entidades da estrutura da Administração Pública, aquela que é instituída por lei específica, possui personalidade jurídica de direito público e goza de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, sendo responsável pela execução de atividades típicas do Estado, é denominada

- a) Empresa Pública.
- b) Autarquia.
- c) Órgão.
- d) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- e) Entidade de Apoio.

**029.** (FGV/RES/TJ RJ/DIREITO/2024) Gilberto estava estudando para concurso público com sua amiga Juliana, quando esta perguntou para ele qual a natureza jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse caso, a resposta correta de Gilberto foi de que se trata de

- a) órgão integrante da Administração Direta.
- b) pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Direta.
- c) pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta.
- d) órgão integrante da Administração Indireta.
- e) pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Indireta.

**030.** (FGV/ACI/PREF BH/DIREITO/2024) Ao estudar para o concurso público para o cargo de Auditor de Controle Interno do Município de Belo Horizonte, Josélia decidiu se aprofundar no ponto atinente à teoria do órgão e sua aplicação no Direito Administrativo, assim como aquelas que buscam explicar a relação entre o Estado e os agentes públicos responsáveis pela manifestação da vontade estatal.

Diante de tais circunstâncias, Josélia concluiu corretamente que, no ordenamento pátrio, prevalece

- a) a teoria da imputação volitiva, segundo a qual vontade do agente público que integra o órgão, que não é dotado de personalidade jurídica, é imputada à respectiva pessoa estatal;
- b) a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, pois a vontade manifestada pelo agente é atribuída à pessoa estatal e não aos órgãos que a integram, que são despersonalizados.
- c) a teoria do mandato, segundo a qual o agente público é considerado mandatário do Estado, notadamente diante da personalidade jurídica que é reconhecida aos órgãos que compõem a respectiva estrutura.
- d) a teoria da representação, na medida em que o agente público é, na realidade, um representante do Estado e de seus respectivos órgãos, que integram ente federativo apesar de sua personalidade jurídica.

**031.** (FGV/TCL/CM FORTALEZA/AGENTE ADMINISTRATIVO/2024) No que se refere aos elementos da estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que a Câmara Legislativa Municipal de Fortaleza é um exemplo de

- a) órgão público.
- b) agência executiva.
- c) sociedade de economia mista.
- d) organização social.
- e) entidade administrativa.

**032.** (FGV/ANA LEG/ALETO/TÉCNICO JURÍDICO/2024) Ao estudar a classificação dos órgãos públicos para o concurso público para o cargo de técnico da Assembleia Legislativa do Estado de Tocantins, Ana Clara verificou que, no tocante à classificação que leva em consideração a posição que o órgão ocupa na escala governamental ou administrativa, a mencionada Casa Legislativa é um exemplo de

- a) órgão autônomo.

- b) órgão subalterno.
- c) órgão independente.
- d) órgão superior.
- e) órgão com personalidade jurídica.

**033.** (FGV/ANA/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2024) No âmbito da classificação dos órgãos quanto à posição estatal, existem os órgãos independentes, também designados de órgãos primários do Estado, em relação aos quais é bastante difundida a compreensão de que eles têm as suas atribuições definidas na Constituição e de que são colocados no ápice da pirâmide governamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional.

Nesse contexto, podem ser apontados como exemplo de órgão independente:

- a) os Tribunais de Justiça;
- b) os entes federativos;
- c) as Procuradorias dos Estados;
- d) as entidades autárquicas;
- e) as Secretarias de Estado.

**034.** (CESPE/CEBRASPE/TEC MIN/MPE TO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2024) Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

Mesmo sendo parte integrante da estrutura do Estado, os órgãos públicos têm personalidade jurídica e vontade próprias.

**035.** (CESPE/CEBRASPE/TEC MIN/MPE TO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2024) Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

A administração centralizada é exercida por uma única pessoa jurídica e pode ser desempenhada por diversos órgãos internos.

**036.** (CESPE/CEBRASPE/TEC MIN/MPE TO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2024) Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

A administração direta consiste no conjunto de pessoas jurídicas que recebem diretamente da Constituição da República suas competências políticas e administrativas.

**037.** (CESPE/CEBRASPE/APO/MPO/GERAL/2024) A respeito da descentralização administrativa, da administração pública direta, dos serviços públicos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A administração direta da União, em se tratando do Poder Executivo, é composta pela Presidência da República e pelos ministérios.

**038.** (CESPE/CEBRASPE/ANA CT/CAPES/BIBLIOTECONOMIA/2024) Acerca da administração direta e indireta federal, julgue o próximo item.

A administração federal direta possui personalidade jurídica própria, sendo composta pelos ministérios e pelas empresas estatais a eles vinculadas.

**039.** (CESPE/CEBRASPE/ANA MP/MPE GO/ANALISTA AMBIENTAL/ENGENHARIA AGRONÔMICA/2024) A respeito da organização e dos princípios da administração pública e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n. 8.112/1990), julgue o item a seguir.

Uma das características essenciais dos órgãos públicos é que estes possuem personalidade jurídica.

**040.** (CESPE/CEBRASPE/OF BM/CBM PA/COMBATENTE/2024) A entidade da administração indireta cuja área de atuação deve ser definida mediante lei complementar é o(a)

- a) partido político.
- b) autarquia.
- c) fundação pública.
- d) empresa pública.
- e) sociedade de economia mista.

**041.** (IBFC/ASS PAS/AMPASS RECIPREV/2024) Sobre a organização da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Administração Direta se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios
- b) A Administração Indireta compreende categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica própria a exemplo das autarquias
- c) As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade
- d) A Administração Direta se constitui das empresas privadas, que não têm relação alguma com o poder público
- e) A Administração Federal compreende a Administração Direta e a Administração Indireta

**042.** (IBFC/PRJ/TRF 5/2024) A respeito das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) As autarquias podem criar regras jurídicas de auto-organização.
- ( ) As empresas públicas são dotadas de personalidade jurídica de direito público.
- ( ) A natureza dos bens das autarquias é a de bens públicos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V – F – V
- b) F – V – F
- c) F – F – V
- d) V – V – F

**043.** (IBFC/PRJ/TRF 5/2024) A respeito da Administração Pública Direta e Indireta, assinale a alternativa correta.

- a) Administração Indireta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado
- b) A centralização é inerente à Administração Indireta do Estado e dela indissociável
- c) Administração Direta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada
- d) A Administração Direta na esfera municipal é composta da Prefeitura, de eventuais órgãos de assessoria ao Prefeito e de Secretarias Municipais, com seus órgãos internos

**044.** (CESPE/CEBRASPE/ANA/CAU BR/INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2024) Determinada autarquia federal pretende firmar contrato administrativo para a contratação de estudo e serviços técnicos de arquitetura especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização. Autarquia é órgão público despersonalizado que integra a administração pública indireta.

**045.** (CESPE/CEBRASPE/PMUN/PREF CAMAÇARI/2024) Considerando a classificação das entidades da administração indireta, assinale a opção que apresenta, sucessivamente, a natureza jurídica do Banco Central do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Universidade Federal da Bahia e do Banco do Brasil.

- a) autarquia, empresa pública, autarquia, autarquia e sociedade de economia mista.
- b) sociedade de economia mista, autarquia, autarquia, sociedade de economia mista e empresa pública.
- c) autarquia, sociedade de economia mista, autarquia, empresa pública e sociedade de economia mista.
- d) empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, autarquia e autarquia.
- e) autarquia, sociedade de economia mista, empresa pública, autarquia e autarquia.

**046.** (CESPE/CEBRASPE/ERAC/ANAC/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO/2024) Helena, agindo na condição de servidora ocupante de cargo público de determinada agência reguladora, praticou ato administrativo que causou dano a terceiro, o qual ajuizou ação de indenização contra a agência. Considerando a situação hipotética precedente, julgue o item seguinte.

As regras constitucionais dos servidores públicos são aplicáveis aos ocupantes de cargo público de agência reguladora, como Helena.

**047.** (CESPE/CEBRASPE/ANA CT/CAPES/GERAL/2024) Determinada fundação pública federal pretendia realizar compra de produto de limpeza mediante contratação pública orçada em valor inferior a cinquenta mil reais. Para tanto, a autoridade competente da fundação decidiu realizar contratação direta por inexigibilidade de licitação. Uma empresa interessada na contratação apresentou recurso à instância superior daquela autoridade, alegando não se tratar de hipótese de inexigibilidade. A autoridade superior acatou o recurso da empresa, por entender não haver previsão legal de contratação direta no caso, e revogou a decisão do subordinado.

A partir da situação hipotética precedente, julgue o item que se segue.

As fundações públicas são órgãos despersonalizados da administração pública indireta e seus atos são administrativos.

**048.** (CESPE/CEBRASPE/ANA CT/CAPES/GERAL/2024) Em relação à organização da administração pública, às entidades para estatais e ao terceiro setor, julgue o item a seguir. As entidades da administração indireta com personalidade de direito privado desempenham unicamente atividade delegada pelo Estado.

**049.** (CESPE/CEBRASPE/EFE/SEFAZ AC/2024) Determinado órgão de controle fiscalizará o uso de dinheiro público de uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, que teve a criação autorizada por lei, tem patrimônio próprio e cujo capital social é integralmente público. Nessa situação hipotética, o órgão de controle fiscalizará uma

- a) sociedade de economia mista.
- b) organização social.
- c) autarquia.
- d) fundação pública.
- e) empresa pública.

**050.** (CESPE/CEBRASPE/TFE/SEFAZ AC/2024) No que se refere às suas características e natureza jurídica, as autarquias

- I. são entidades com fins lucrativos.
- II. realizam atividades típicas da administração pública.
- III. são órgãos da administração direta.
- IV. possuem personalidade jurídica de direito público.



Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e III estão certos.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**051.** (CESPE/CEBRASPE/AP ADM/CM MACEIÓ/2024) Maria requereu a expedição de certidão em determinada autarquia federal, para defesa de direito de interesse pessoal. Passados mais de 15 dias da solicitação, Caio, servidor comissionado da referida autarquia e responsável pela emissão do citado documento, deixou de fazê-lo, o que gerou dano a Maria. Indignada, ela apresentou recurso ao chefe de Caio, formulou denúncia à corregedoria da autarquia e ajuizou ação pleiteando indenização, tendo demonstrado o prejuízo sofrido.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Autarquia é entidade da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito privado e que desempenha atividade típica de Estado.

**052.** (FGV/PSICO POL/PC SC/2024) Quitéria foi aprovada em concurso público e investida em certo cargo efetivo de determinada autarquia do Estado de Santa Catarina.

No âmbito da organização administrativa, é correto afirmar que Quitéria passou a integrar os quadros da Administração Pública

- a) Indireta, sendo certo que a entidade administrativa em questão é pessoa jurídica de direito privado.
- b) Direta, sendo certo que a entidade administrativa em questão é pessoa jurídica de direito privado.
- c) Indireta, sendo certo que a entidade administrativa em questão é pessoa jurídica de direito público.
- d) Direta, sendo certo que entidade administrativa em questão não tem personalidade Jurídica.
- e) Indireta, sendo certo que a entidade administrativa em questão pode ser pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.

**053.** (FGV/ANA GM/PREF SJ/DIREITO/2024) Ao analisar o regime jurídico de determinada autarquia municipal, com relação à sua personalidade jurídica, criação, patrimônio, regime de pessoal e prerrogativas, Clarêncio, analista de gestão do Município Delta, concluiu corretamente que tal entidade administrativa

- a) não se submete ao regime de precatórios.
- b) deve adotar o regime jurídico único de pessoal.

- c) é um órgão, sem personalidade jurídica.
- d) tem o seu patrimônio formado por bens privados.
- e) só pode adquirir personalidade jurídica com o respectivo registro dos atos constitutivos.

**054.** (FGV/AJ/TJ AP/APOIO ESPECIALIZADO/ADMINISTRAÇÃO/2024) Ao estudar ponto específico de edital para concurso público atinente à organização administrativa, notadamente com relação à descentralização, Ofélia observou que, dentre as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que integram a Administração Pública indireta, é correto apontar:

- a) as autarquias;
- b) as prefeituras;
- c) as associações públicas;
- d) os tribunais de contas;
- e) as sociedades de economia mista.

**055.** (FGV/POL LEG II/ALETO/2024) O Estado Delta pretende criar uma sociedade de economia mista para realizar atividade econômica de relevante interesse coletivo, especialmente voltada para promover o incremento de novas tecnologias, além de outras atividades no respectivo setor, que atuará em regime de concorrência.

No âmbito da organização administrativa, é correto afirmar que essa entidade administrativa é uma pessoa jurídica de direito

- a) privado, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.
- b) público, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.
- c) privado, que atua em colaboração com o Estado e não integra a Administração Pública, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.
- d) público, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.
- e) privado, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

**056.** (FGV/TEC LEG/ALETO/ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA/2024) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Administração Pública pode ser organizada de forma direta e indireta. A Administração Pública direta compreende os órgãos e entidades que integram a estrutura do Estado, como ministérios, secretarias e autarquias, que atuam de forma centralizada, sob a supervisão direta do governo. Já a Administração Pública indireta é constituída por entidades com personalidade jurídica própria, como empresas estatais, fundações públicas e empresas de economia mista, que operam de forma descentralizada, embora ainda estejam sujeitas ao controle do Estado.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a entidade da administração indireta que se caracteriza pelo serviço autônomo, criado por lei, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

- a) Autarquia.
- b) Empresa pública.
- c) Fundação pública.
- d) Sociedade de economia mista.
- e) Organização da Sociedade Civil.

**057.** (FUNDATEC/AFRM/PREF CRICIÚMA/2024) É o compartimento na estrutura estatal a que são cometidas funções determinadas, sendo integrado por agentes que, quando as executam, manifestam a própria vontade do Estado. O trecho se refere ao(à):

- a) Poder Executivo.
- b) Senado Federal.
- c) Presidência da República.
- d) Órgão Público.
- e) Sociedade de Economia Mista.

**058.** (SELECON/ANA ADM/CRC SE/2024) O elemento despersonalizado da administração pública caracterizado como um centro de competência instituído para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem, refere-se ao conceito de:

- a) autarquia
- b) órgão público
- c) entidade estatal
- d) ente de cooperação

**059.** (INSTITUTO VERBENA/AJ/TJ AC/OFICIAL DE JUSTIÇA/2024) De acordo com o Direito Administrativo brasileiro, os órgãos públicos:

- a) possuem personalidade jurídica própria.
- b) possuem patrimônio próprio.
- c) são criados por lei.
- d) são destinados a prestação de serviços mistos.

**060.** (IADES/TEC AP/CENSIPAM/2024) Assinale a alternativa que indica um órgão da administração pública direta.

- a) Ministério de Minas e Energia.
- b) Agência Nacional de Vigilância Sanitária — Anvisa.

- c) Caixa Econômica Federal.
- d) Petrobrás.
- e) Fundação Oswaldo Cruz — Fiocruz.

**061.** (FCC/TEC ADM/CETESB/2024) A Administração Pública, responsável pelo desempenho das funções executivas do Estado, tem estrutura hierarquizada, organizada

- a) por órgãos, na Administração Pública Direta, aos quais podem estar subordinados outros órgãos da mesma estrutura.
- b) entre pessoas jurídicas, subordinadas umas às outras ou não e todas integrantes da Administração Pública Indireta.
- c) por órgãos com personalidade jurídica própria, como ministérios ou secretarias de estado, conforme o ente federativo de que se trate.
- d) entre Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta, esta última composta pelos ministérios, autarquias e fundações.
- e) por órgãos e pessoas jurídicas, estas que não contam com órgãos em suas estruturas, porque têm personalidade jurídica própria.

**062.** (QUADRIX/ANA ADM JR/CRN 8/2024) Acerca das autarquias, assinale a alternativa correta.

- a) São criadas por lei.
- b) Possuem personalidade jurídica de direito privado.
- c) Não dispõem de capacidade de autoadministração.
- d) Exercem atividades gerais e sem especialização.
- e) São imunes aos mecanismos de controle da Administração Pública.

**063.** (IDECAN/ALEPI/DIREITO/2024) Pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar função própria e típica do Estado. O seu melhor funcionamento reclama gestão administrativa e financeira descentralizada, motivo pelo qual possui patrimônio e receitas próprias, para execução de suas atividades. A organização de tal pessoa jurídica é realizada por ato administrativo no qual são estabelecidas as regras atinentes ao seu funcionamento, seus respectivos órgãos e a atribuição de competência de cada um deles. A extinção dessa pessoa jurídica também ocorre por meio de lei.

A entidade da Administração Pública descrita corresponde à

- a) Autarquia.
- b) Empresa Pública.
- c) Fundação Pública.
- d) Sociedade de Economia Mista.
- e) Organização de Sociedade Civil de Interesse Público.

**064.** (VUNESP/TEC/SPTRANS/PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JÚNIOR/2024) No que se refere à Administração Pública, é correto afirmar que as Sociedades de Economia Mista são

a) as “organizações que compõem a administração indireta, dotadas de personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, criadas para um fim específico de interesse público.”

b) os “órgãos governamentais que exercem o papel de fiscalização, regulamentação e controle de produtos e serviços de interesse público e devem garantir a participação do consumidor nas decisões pertinentes do setor regulado.”

c) as “entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.”

d) os “serviços autônomos, criados por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.”

e) as “entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da Administração Indireta.”

**065.** (UNIVIDA/REC/PREF FLORAÍ/2024) Leia o trecho e responda:

“É a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta”. (Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm#:~:text=Art.%204%C2%BA%20Sociedade%20de%20economia,ou%20a%20entidade%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm#:~:text=Art.%204%C2%BA%20Sociedade%20de%20economia,ou%20a%20entidade%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o))

O trecho acima faz referência a uma das entidades da Administração Indireta. Sendo assim, é correto afirmar que o trecho faz referência a:

a) Autarquia.

b) Empresa Pública.

c) Fundação Pública de Direito Privado.

d) Empresa Privada.

e) Sociedade de Economia Mista.

**066.** (FCC/ASSISTENTE GMQI/IPEM-PE/AGENTE ADMINISTRATIVO/2026) Sabe-se que o Instituto de Pesos e Medidas do Pernambuco (IPEM/PE) desenvolve atividade de suma importância para a confiança das relações de consumo, utilizando a metrologia e a qualidade

nas fiscalizações de instrumentos, produtos e serviços como modo de assegurar à sociedade uma melhor qualidade de vida. No desempenho desta sua missão institucional, o apoio do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) faz-se fundamental. No âmbito da organização da administração pública, o IPEM é

- a) entidade dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada a uma Secretaria de Estado.
- b) órgão delegado do INMETRO, subordinado administrativamente e financeiramente a este.
- c) órgão subordinado tecnicamente ao INMETRO e financeiramente a uma Secretaria de Estado.
- d) entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao INMETRO.
- e) entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, subordinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

**067.** (FCC/GESTOR GOVERNAMENTAL/SAD-PE/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2026)  
Integram a Administração Pública indireta entidades com personalidade jurídica própria, distinta do ente instituidor, sendo que:

- a) as organizações sociais que celebram contratos de gestão passam a integrar a Administração Indireta, com personalidade pública, mediante vínculo de colaboração.
- b) autarquias são instituídas por lei e possuem prerrogativas próprias do regime de direito público, entre as quais a impenhorabilidade de seus bens.
- c) as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público somente possuem personalidade jurídica distinta do ente instituidor se submetidas ao regime de direito privado.
- d) sociedades de economia mista são criadas mediante autorização legislativa, para atuar exclusivamente no domínio econômico em atividades de interesse público.
- e) empresas públicas possuem personalidade de direito público e são constituídas para desempenho de atividades sujeitas a monopólio ou que envolvam segurança nacional.

**068.** (FCC/GESTOR GOVERNAMENTAL/SAD-PE/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2026)  
O Governador do Estado X pretende encaminhar à Assembleia Legislativa um projeto de lei com a seguinte disposição normativa:

"Art. 1º Fica criada por meio desta lei a Empresa Estadual de Progresso e Desenvolvimento, sociedade de economia mista, com personalidade de direito privado, adotando a forma de sociedade anônima.

Parágrafo único: os funcionários da Empresa referida no caput serão admitidos por meio de concurso público e regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado".

Ao analisar tal enunciado normativo, conclui-se que

- a) é válida a adoção de regime estatutário para os funcionários da empresa, visto que superada a regra que impunha regime jurídico único na Administração Pública.
- b) as sociedades de economia mista são dotadas de personalidade de direito privado, mas devem ser constituídas como sociedades limitadas, para preservação do patrimônio estatal nelas investido.
- c) é inválida a exigência de concurso público para servidores da empresa pública, sendo que esses devem ser regidos obrigatoriamente pelo regime celetista.
- d) é correta a forma societária ali adotada, porém não cabe à lei criar diretamente a empresa estatal em referência.
- e) é válida a criação da empresa pública, porém deve possuir personalidade de direito público.

**069.** (FCC/AFRE/SEFAZ-SP/GESTÃO TRIBUTÁRIA/2026) No que concerne à descentralização administrativa, representada pela criação de entidades dotadas de personalidade jurídica própria e que integram a Administração Indireta, tem-se que

- a) sociedades de economia mista submetem-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, inclusive no que concerne à contratação de pessoal e aquisições de bens e serviços.
- b) autarquias são instituídas por lei e possuem as mesmas prerrogativas do ente instituidor no que concerne ao regime de seus bens e forma de execução de suas dívidas.
- c) consórcios públicos são constituídos mediante ratificação, por lei de todos os entes consorciados, do Contrato de Consórcio, integrando a Administração Indireta apenas do líder do Consórcio.
- d) entidades qualificadas como organizações sociais e que celebrem contrato de gestão com o Poder Público passam a integrar a estrutura da Administração Indireta.
- e) empresas públicas são instituídas para atuar junto à iniciativa privada, sendo dotadas de personalidade de direito público, salvo quando atuam em regime de competição no mercado.

**070.** (FCC/AMCI/CGM-SP/PREF. SP/CORREIÇÃO/2025) A instituição das entidades que integram a Administração Pública Indireta respondem a diferentes necessidades e objetivos públicos, sendo que

- a) autarquias de regime especial prestam-se a atividades de apoio a órgãos da Administração Pública Direta, sendo instituídas por lei com personalidade de direito privado.
- b) fundações possuem personalidade de direito privado e são instituídas por lei para finalidade de interesse social mediante exploração econômica.
- c) sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado e exercem atividade econômica, somente podendo prestar serviços públicos mediante outorga de permissão ou concessão.

d) empresas públicas, quando criadas por lei, possuem personalidade de direito público e atuam preferencialmente em setores monopolistas, podendo também prestar serviços públicos essenciais.

e) autarquias mostram-se adequadas ao exercício do poder de polícia, dada a sua personalidade de direito público, sendo dotadas de prerrogativas de Fazenda Pública, como execução pelo regime de precatórios.

**071.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRF-4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2025) Lei do Estado X autoriza a instituição de fundação voltada à proteção e defesa do consumidor, com poderes para exercício do poder de polícia relativo ao tema. O Governador do Estado, por meio de Decreto, aprova o Estatuto da referida fundação, que é instituída por meio de escritura pública, registrada no cartório competente. Na situação narrada.

a) trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, razão pela qual era desnecessário o registro dos atos constitutivos.

b) o Governador extrapolou o poder regulamentar, pois o Estatuto deveria ser aprovado por Decreto legislativo.

c) embora seja pessoa jurídica de direito privado, é lícita a delegação legal do exercício de poder de polícia.

d) somente a União poderia ter tomado tal iniciativa, visto de que se trata de matéria de sua competência exclusiva.

e) era desnecessária a lei autorizativa, pois se trata de matéria que pode ser regulada por decreto autônomo.

**072.** (FCC/ATE/SEFAZ-PI/GERAL/2025) A pretensão de criação de uma pessoa jurídica de direito público, com atribuições de formular, executar e disciplinar a política pública ambiental em um estado da federação, podendo, ainda, exercer fiscalização e autuação de infrações em razão de descumprimento da correspondente legislação, permite concluir que:

a) será necessária edição de lei para criação e disciplina do escopo institucional do ente, cuja natureza jurídica é de autarquia.

b) poderá ser escolhido entre uma autarquia de fiscalização e uma empresa pública, ambas que dependem de autorização legislativa para sua instituição.

c) deverá ser encaminhada, pelo Executivo, proposta de edição de lei para criação de uma sociedade de economia mista com autonomia funcional, orçamentária e financeira.

d) poderá ser instituída uma fundação, única espécie de pessoa jurídica integrante da Administração Pública Indireta para a qual pode ser outorgada titularidade de serviços públicos e delegado poder de polícia.

e) poderá ser criada, por lei, uma fundação autárquica, mantendo-se o controle acionário sob a titularidade do ente federado.



**073.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-2/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2025) Dada a natureza pública dos seus bens, aplica-se o regime de precatório à generalidade

- a) das organizações sociais.
- b) das associações públicas.
- c) das sociedades de economia mista.
- d) das empresas públicas.
- e) dos conselhos profissionais.

**074.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-1/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2025) Constitui expressão da organização da Administração Pública por meio de descentralização,

- a) a criação, por lei, de autarquia, esta que, dada sua natureza de pessoa jurídica de direito público, goza da prerrogativa de impenhorabilidade de seus bens.
- b) a instituição, por lei, de sociedade de economia mista ou fundação, ambas de direito privado e autorizadas a atuar no domínio econômico com base no princípio da subsidiariedade.
- c) a instituição, mediante autorização legislativa, de empresa pública, dotada de personalidade de direito público e sujeita ao regime de execução mediante precatório.
- d) a criação, por decreto do Chefe do Executivo, de órgãos públicos e do seu quadro de pessoal, dotados de autonomia para o exercício das competências que lhe sejam conferidas.
- e) a outorga, por lei, de permissão ou autorização para o exercício de serviço público, com a transferência da titularidade do serviço ao particular ou entidade da Administração Indireta.

**075.** (FCC/AGENTE TRIBUTÁRIO/SEFAZ-PI/GERAL/2025) Constituem exemplos de desconcentração e descentralização no âmbito da Administração Pública estadual, respectivamente,

- a) criação de pessoas jurídicas de direito público; criação de pessoas jurídicas com natureza de direito privado, em qualquer dos casos, destinadas ao desempenho das atribuições constitucionais do ente.
- b) criação de órgãos públicos com a correspondente criação de cargos para desempenho das atribuições por servidores; criação de órgãos públicos que prescindam da criação de cargos e empregos para desempenho das atribuições do ente.
- c) instituição de pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública indireta; contratação de prestadores de serviço diretamente pelos órgãos públicos.
- d) organização da Administração em órgãos públicos, hierarquicamente vinculados; criação de órgãos públicos por setor de atuação, sem vinculação hierárquica entre as unidades administrativas que os integram.
- e) criação de secretarias, com natureza jurídica de órgãos públicos, para desempenho das atribuições do ente público; instituição de entidades, com personalidade jurídica própria, às quais será delegado um feixe de atribuições próprio.

**076.** (FCC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/CETESB/2024) A Administração Pública, responsável pelo desempenho das funções executivas do Estado, tem estrutura hierarquizada, organizada a) por órgãos, na Administração Pública Direta, aos quais podem estar subordinados outros órgãos da mesma estrutura.

b) entre pessoas jurídicas, subordinadas umas às outras ou não e todas integrantes da Administração Pública Indireta.

c) por órgãos com personalidade jurídica própria, como ministérios ou secretarias de estado, conforme o ente federativo de que se trate.

d) entre Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta, esta última composta pelos ministérios, autarquias e fundações.

e) por órgãos e pessoas jurídicas, estas que não contam com órgãos em suas estruturas, porque têm personalidade jurídica própria.

**077.** (FCC/AGENTE DE APOIO/MPE-AM/ADMINISTRATIVO/2024) A autarquia pertence à Administração Pública

a) central, executando serviços básicos à população.

b) independente, relacionada ao terceiro setor.

c) direta e designa uma espécie de desconcentração por serviços.

d) indireta e designa uma espécie de descentralização por serviços.

e) fundacional, exigindo-se criação por lei.

**078.** (FCC/AGENTE DE APOIO/MPE-AM/ADMINISTRATIVO/2024) Acerca da organização da Administração Pública, são pessoas jurídicas de direito público da Administração Indireta

a) os serviços sociais autônomos.

b) as agências reguladoras.

c) as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público.

d) a União, Estados e Municípios.

e) as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

**079.** (FCC/AGENTE TÉCNICO/MPE-AM/ADMINISTRADOR/2024) Um dos principais objetivos do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) é a execução das políticas públicas de educação profissional. Como forma de descentralização da Administração Pública, este órgão caracteriza-se por ser um serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, voltado para executar funções típicas do Estado. Sendo assim, o CETAM enquadra-se na Administração Pública Indireta como

a) Sociedade de economia mista.

b) Fundação privada.

- c) Empresa pública.
- d) Autarquia.
- e) Fundação pública.

**080.** (FCC/TÉCNICO JUDICIÁRIO/TRT-18/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023)

A criação de empresa pública para atuar em regime de competição no mercado com empresas privadas

- a) não encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico, admitindo-se, em tais casos, a criação de sociedade de economia mista com participação pública minoritária.
- b) pressupõe imperativo de segurança nacional ou relevante interesse coletivo e demanda prévia autorização legislativa.
- c) é inconstitucional, somente sendo autorizada a atuação empresária do Estado para prestação de serviços públicos.
- d) somente é viável em caráter excepcional, sendo a empresa criada por lei específica, derogatória do regime de direito privado.
- e) não é juridicamente viável, eis que a intervenção direta do Estado no domínio econômico somente é admissível em regime de monopólio ou em setores regulados.

**081.** (FCC/ASSISTENTE TD/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022)

Considerando a organização administrativa de um ente federativo, no contexto da Administração indireta, a distribuição de competências de uma para outra pessoa física ou jurídica corresponde à

- a) divisão organizacional.
- b) desconcentração.
- c) concentração.
- d) centralização.
- e) descentralização.

**082.** (FCC/ASSISTENTE LEGISLATIVO/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2020) A amplitude da Administração pública considera dois grupos de instituições, que são classificados em Administração direta e indireta. Considera-se Administração Direta,

- a) as Fundações públicas.
- b) as Autarquias.
- c) as Empresas públicas.
- d) as Sociedades de Economia mista.
- e) a Casa Civil.

**083.** (FCC/ANALISTA LEGISLATIVO/ALAP/ATIVIDADE LEGISLATIVA/ASSESSOR JURÍDICO LEGISLATIVO/2020) A organização administrativa pode implicar desconcentração e descentralização. A criação de empresas estatais

- a) indica a desconcentração da organização administrativa, que se caracteriza pela criação de pessoas jurídicas com competências próprias.
- b) é expressão da descentralização administrativa, que implica a criação de pessoas jurídicas com atribuições previstas em lei e em seus atos constitutivos.
- c) e de outras pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito público configura forma híbrida de organização administrativa.
- d) depende da edição de lei instituidora dos entes, da qual também deverão constar as competências próprias atribuídas a essas pessoas jurídicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado ou de direito público.
- e) difere da instituição de autarquias e fundações, pessoas jurídicas que expressam a desconcentração da Administração pública.

**084.** (FCC/TM/MPE-PB/SEM ESPECIALIDADE/2023) Integra a Administração indireta, no direito positivo brasileiro,

- a) organização da sociedade civil de interesse público, que é a pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão para desempenhar serviço público de natureza social.
- b) empresa pública, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- c) fundação instituída pelo Poder Público, que é o patrimônio exclusivamente público, dotado de personalidade jurídica de direito privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades na ordem social, com capacidade de autoadministração, e mediante controle da Administração Pública.
- d) serviço social autônomo, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com criação autorizada por lei, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sendo mantido por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.
- e) sociedade de economia mista, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria a qualquer ente federado ou à entidade da Administração indireta.

**085.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-14/ADMINISTRATIVA/2022) Os Ministérios são exemplos de órgãos públicos

- a) detentores de autonomia administrativa e técnica, exceto financeira.
- b) com personalidade jurídica própria.
- c) integrantes da cúpula da Administração Federal, subordinados diretamente à Chefia do Poder Executivo.
- d) que, quanto à posição estatal, classificam-se em órgãos públicos independentes.
- e) denominados entidades da estrutura da Administração pública indireta.

**086.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-5/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022) São exemplos de integrantes da Administração direta e da Administração indireta, respectivamente:

- a) o Gabinete da Casa Civil e a Defensoria Pública da União.
- b) os Correios e o Banco do Brasil.
- c) o Ministério da Economia e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
- d) o Tribunal Superior do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- e) a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) e o Ministério do Trabalho e Previdência.

**087.** (FCC/ANALISTA/DETRAN-AP/GESTÃO EM TRÂNSITO/2022) Acerca da organização do Estado, integra a Administração Pública Direta a

- a) secretaria Estadual.
- b) empresa Pública.
- c) sociedade de Economia Mista.
- d) autarquia.
- e) fundação Pública.

**088.** (FCC/TÉCNICO GP/PGE-AM/CONTABILIDADE/2022) No processo de modernização do Estado, uma das medidas preconizadas pelo Governo foi a da criação de um grupo especial de....I.... a que se convencionou denominar de agências, cujo objetivo institucional consiste na função de controle de pessoas privadas incumbidas da prestação de serviços públicos, em regra sob a forma de concessão ou permissão, e também na de intervenção estatal no domínio econômico, quando necessário para evitar abusos nesse campo, perpetrados por pessoas da iniciativa privada.

(CARVALHO FILHO. Manual de Direito Administrativo, 34. ed., item 8.1)

Preenche corretamente a lacuna I:

- a) empresas
- b) órgãos

- c) fundações
- d) paraestatais
- e) autarquias

**089.** (FCC/AJ/TRT-4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022) Sobre a organização administrativa do Estado, é correto afirmar:

- a) Empresa pública é uma pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração indireta, instituída pelo poder público, mediante autorização de lei específica, sob a forma de sociedade anônima, com participação obrigatória de capital privado e público.
- b) As autarquias são entidades administrativas autônomas, criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e atribuições estatais determinadas.
- c) Sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração indireta, instituída pelo poder público, mediante autorização de lei específica, sob qualquer forma jurídica e com capital exclusivamente público.
- d) Fundação pública é uma pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica.
- e) Agências executivas são autarquias sob regime especial, com alto grau de especialização técnica, integrantes da estrutura formal da Administração pública, com a função de regular um setor específico de atividade econômica ou um determinado serviço público, ou de intervir em certas relações jurídicas decorrentes dessas atividades.

**090.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TJ-CE/CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO/INFRAESTRUTURA DE TI/2022) A questão a seguir refere-se ao Conteúdo Programático de Noções de Direito Administrativo.

A constituição, por um ente da federação, de uma pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviços públicos, cujos funcionários estão sujeitos ao regime de trabalho celetista, contratados mediante prévio concurso público, consubstancia-se em uma

- a) sociedade de economia mista, cuja criação é autorizada por lei, da qual devem constar os objetivos de atuação da pessoa jurídica, o que não dispensa o procedimento regular de instituição das sociedades por ações.
- b) autarquia prestadora de serviços públicos, hipótese em que, embora sujeita ao regime jurídico de direito privado, sofre inferências dos princípios de direito público.
- c) empresa pública, que admite a composição entre capital público e privado, mas não prescinde de manter o controle acionário sob poder do ente público que a criou por meio da edição de lei.

- d) fundação pública, na qual, embora o capital social seja majoritariamente público, apresenta relevante participação privada na gestão do escopo da pessoa jurídica.
- e) autarquia fundacional, única pessoa jurídica de direito privado à qual pode ser transferida a titularidade do serviço público que presta.

**091.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TJ-CE/CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO/SISTEMAS DA INFORMAÇÃO/2022) A questão a seguir refere-se ao conteúdo Programático de Noções de Direito Administrativo.

No que concerne à organização administrativa, tem-se que a denominada Administração Pública Indireta

- a) é formada pelas autarquias, fundações de direito público e empresas públicas, todas sujeitas ao regime publicístico, não englobando entidades governamentais de direito privado, como fundações de apoio e sociedades de economia mista.
- b) é expressão da distribuição de competências entre órgãos, decorrente do fenômeno da desconcentração.
- c) constitui uma forma de especialização da atuação da Administração, com a criação de entes dotados de relativa autonomia, porém destituídos de personalidade jurídica própria.
- d) corresponde à estrutura resultante da transferência de atribuições originárias da Administração pública para o setor privado, mediante convênios, contratos de gestão ou outros vínculos de colaboração.
- e) é integrada por entidades com personalidade jurídica própria, que pode ser de direito público ou privado, distintas do ente central, sendo expressão da descentralização administrativa.

**092.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-5/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022) É exemplo de Autarquia Federal

- a) o Tribunal Regional do Trabalho da 5a Região (TRT-5).
- b) o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- c) o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).
- d) a Controladoria-Geral da União (CGU).
- e) o Departamento de Polícia Federal.

**093.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-5/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022) Considere:

I – Empresa Pública é pessoa jurídica de direito público e sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado na qual há participação do Poder Público na sua gestão e organização.

II – As fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público integram a Administração Pública Indireta, seja federal, estadual ou municipal.

III – A autarquia é pessoa jurídica de direito privado; a fundação pode ser de direito público ou privado.

Com relação às entidades da Administração Indireta, é correto o que se afirma APENAS em

- a) III.
- b) I e II.
- c) I.
- d) II.
- e) II e III.

**094.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-5/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022) Suponha que o Estado pretenda atuar diretamente em determinado setor da economia, em regime de competição, mediante a criação de uma nova entidade integrante da Administração indireta. Considerando o regime estabelecido na Constituição Federal, para atingir os fins colimados poderá instituir

- a) sociedade de economia mista, mediante prévia autorização legislativa, desde que identificado relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional que justifique a instituição da referida pessoa jurídica de direito privado.
- b) empresa pública, criada por lei como expressão de desconcentração administrativa, desde que tal atividade seja considerada serviço público ou de interesse público.
- c) autarquia, sujeita a regime privado, à qual poderá ser delegada atividade de titularidade ou interesse do ente instituidor, com base no princípio da especialização.
- d) consórcio de direito privado, mediante lei específica, com o qual poderá ser celebrado contrato de concessão para atuação em atividade econômica de interesse público comum.
- e) organização social, mediante procedimento de qualificação e subsequente celebração de contrato de gestão, a partir do qual referida entidade do terceiro setor passa a integrar a administração indireta.

**095.** (FCC/ANA JD/DPE-AM/CIÊNCIAS JURÍDICAS/2022) A autarquia é

- a) pessoa jurídica de direito público interno, pertencente à Administração Pública Indireta.
- b) pessoa jurídica de direito privado, pertencente à Administração Pública Indireta.
- c) pessoa jurídica de direito público interno, pertencente à Administração Pública Direta.
- d) órgão desconcentrado da Administração Pública Direta.
- e) órgão desconcentrado da Administração Pública Indireta.

**096.** (FCC/ASSISTENTE TD/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022) São características das autarquias, a

- a) criação por lei, capacidade de autoadministração e especialização dos fins ou atividades.
- b) personalidade jurídica privada, capacidade de autodeterminação e não sujeição a controle ou tutela.



- c) criação por lei, não sujeição a controle ou tutela e personalidade jurídica de direito privado.
- d) especialização dos fins e atividades, sem capacidade de autodeterminação e sujeição a tutela e controle.
- e) sujeição a controle e tutela, criação independente de lei, personalidade jurídica de direito público.

**097.** (FCC/ASSISTENTE TD/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022) Considere que o Estado do Amazonas repartiu suas atribuições de fiscalização sanitária entre diversos órgãos públicos pertencentes à mesma pessoa jurídica, mantendo a vinculação hierárquica àquela unidade federativa estadual. No presente caso, trata-se de um exemplo de

- a) avocação administrativa.
- b) descentralização administrativa.
- c) centralização administrativa.
- d) concentração administrativa.
- e) desconcentração administrativa.

**098.** (FCC/AUXILIAR FISCAL AG/AGED-MA/2018) Suponha que o Estado do Maranhão pretenda criar uma entidade integrante da Administração pública indireta, com personalidade jurídica própria, sujeita ao regime jurídico de direito público, para atuar no setor do agronegócio. Para atingir tal escopo, poderá se valer da instituição de

- a) um conselho consultivo.
- b) uma empresa pública.
- c) uma autarquia.
- d) uma organização social.
- e) uma sociedade de economia mista.

**099.** (FCC/TÉCNICO LEGISLATIVO/ALESE/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2018) Considere:

I – Desempenham serviço público descentralizado.

II – Sujeitam-se a controle administrativo exercido nos limites da lei.

III – Respondem diretamente pelos seus atos, ou seja, apenas no caso de exaustão de seus recursos é que irromperá responsabilidade do Estado.

IV – Não detêm capacidade de autoadministração, haja vista que tal função é considerada exclusiva do Estado.

No que concerne às características das autarquias, está correto o que consta em

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) III e IV, apenas.

**100.** (FCC/TÉCNICO LEGISLATIVO/ALESE/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2018) Considere: Y é empresa pública federal e Z é sociedade de economia mista, também de âmbito federal. Levando em conta as características de tais entidades,

- a) ambas poderão revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- b) Y deve, obrigatoriamente, estar estruturada sob a forma de sociedade anônima.
- c) ambas admitem a presença de pessoas da iniciativa privada em seu capital.
- d) apenas a empresa Y apresenta a característica da vinculação aos fins definidos na lei instituidora.
- e) o capital de Z poderá ser formado da conjugação de recursos oriundos das pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas, de um lado, e de recursos da iniciativa privada, de outro.

**101.** (FCC/TÉCNICO LEGISLATIVO/ALESE/TAQUIGRAFIA/2018) Integram a Administração pública indireta, dentre outros, as empresas públicas e sociedades de economia mista que

- a) são criadas por lei, sob regime de direito privado, para explorar atividade econômica de produção ou comercialização de bens, não para exploração de serviços públicos, pois estes exigem regime jurídico administrativo.
- b) têm a criação autorizada por lei específica, personalidade jurídica de direito privado, podendo ambas explorar atividade econômica ou prestar serviços públicos.
- c) têm a criação autorizada por lei, sendo a empresa pública instituída para exploração de serviços públicos e a sociedade de economia mista para exploração de atividade econômica.
- d) são criadas por lei, sob o regime de direito administrativo, pois ambas podem prestar serviço público em regime de exclusividade ou não.
- e) são criadas por seus estatutos jurídicos, independentemente de lei autorizativa, para explorar atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou prestação de serviços, ainda que o exercício econômico esteja sujeito ao regime de monopólio da União.

**102.** (FCC/PROCURADOR/PGE-AP/2018) No tocante às regras típicas do regime jurídico administrativo, é sabido que nem todas se aplicam às empresas estatais – assim consideradas as empresas públicas e as sociedades de economia mista –, em vista da natureza jurídica de direito privado que tais entidades ostentam. Todavia, toda empresa estatal deve observar

- a) o regime de precatórios para pagamento de suas dívidas.
- b) a necessidade de autorização legislativa para alienação de bens imóveis de seu patrimônio.
- c) os limites constantes do art. 37, XI, da Constituição Federal, no pagamento da remuneração de seus empregados.
- d) a vedação constitucional à acumulação de cargos, empregos e funções públicas.
- e) o regime de licitações da Lei n. 8.666/1993.

**103.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRE-SP/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017) A Administração pública, quando se organiza de forma descentralizada, contempla a criação de pessoas jurídicas, com competências próprias, que desempenham funções originariamente de atribuição da Administração direta. Essas pessoas jurídicas,

a) quando constituídas sob a forma de autarquias, podem ter natureza jurídica de direito público ou privado, podendo prestar serviços públicos com os mesmos poderes e prerrogativas que a Administração direta.

b) podem ter natureza jurídica de direito privado ou público, mas não estão habilitadas a desempenhar os poderes típicos da Administração direta.

c) desempenham todos os poderes atribuídos à Administração direta, à exceção do poder de polícia, em qualquer de suas vertentes, privativo da Administração direta, por envolver limitação de direitos individuais.

d) quando constituídas sob a forma de autarquias, possuem natureza jurídica de direito público, podendo exercer poder de polícia na forma e limites que lhe tiverem sido atribuídos pela lei de criação.

e) terão natureza jurídica de direito privado quando se tratar de empresas estatais, mas seus bens estão sujeitos a regime jurídico de direito público, o que também se aplica no que concerne aos poderes da Administração, que desempenham integralmente, especialmente poder de polícia.

**104.** (FCC/TRT-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Determinada autarquia do Estado do Mato Grosso foi condenada a pagar indenização a um de seus servidores. Após a condenação, utilizou-se do prazo em quádruplo para recorrer, e, na fase de execução da condenação, alegou a impossibilidade de arcar com a indenização por não ter patrimônio próprio. A propósito dos fatos,

a) incorreto o prazo recursal, que é em dobro para recorrer, bem como o fundamento do patrimônio, pois a autarquia tem patrimônio próprio.

b) correto tanto o prazo recursal, como o argumento relativo ao patrimônio.

c) correto o prazo recursal, mas incorreto o fundamento do patrimônio, pois a autarquia tem patrimônio próprio.

d) incorreto o prazo recursal, que, na hipótese, é prazo simples, mas correto o fundamento do patrimônio.

e) incorreto o prazo recursal, que, na hipótese, é em dobro, mas correto o fundamento do patrimônio.

**105.** (FCC/AFPE/SEFAZ-PI/2015) Considere as seguintes afirmações sobre Administração Direta e Indireta:

I – Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, que desempenham serviço público descentralizado, com capacidade de autoadministração.

II – Sociedades de economia mista submetem-se ao regime jurídico de direito público e têm por objeto, exclusivamente, o exercício de atividade econômica em regime de competição no mercado.

III – Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado que podem desempenhar apenas serviços públicos ou atividade econômica em regime de monopólio.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) III.
- d) II.
- e) I.

**106.** (FCC/PROCURADOR/PREF. TERESINA/2022) Considere o seguinte enunciado, referente a decisão do STF em regime de repercussão geral:

A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica privada prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima passiva o autor do ato.

*(RE 1.027.633, voto do rel. min. Marco Aurélio, j. 14-8-2019, P, DJE de 6-12-2019, Tema n. 940)*

Tal decisão é calcada em explicação teórica sobre a relação entre o Estado e seus agentes, qual seja, a teoria

- a) do mandato.
- b) da representação.
- c) do funcionário de fato.
- d) do órgão.
- e) da interposta pessoa.

**107.** (FCC/AGAAS/PREF. RECIFE/2022) As principais diferenças entre as sociedades de economia mista e as empresas públicas são

- a) a forma de organização e a composição do capital.
- b) criação e extinção autorizadas por lei.
- c) personalidade jurídica de direito privado e sujeição ao controle estatal.
- d) desempenho de atividade jurídica de natureza econômica e personalidade jurídica de direito privado.
- e) sujeição ao controle estatal e criação autorizadas por lei.

**108.** (FCC/TÉCNICO GP/PGE-AM/ADMINISTRAÇÃO/2022) No que concerne à organização da Administração Pública, tem-se que as entidades integrantes da denominada Administração indireta

- a) são instituídas como forma de descentralização administrativa, caracterizando-se como pessoas jurídicas de direito privado ou de direito público, neste último caso, a exemplo das autarquias.
- b) possuem personalidade jurídica própria, sempre de direito privado, sendo instituídas como forma de especialização da atuação estatal.
- c) são criadas por lei, com personalidade de direito público, como as empresas públicas, ou de direito privado, como as sociedades de economia mista.
- d) não possuem personalidade jurídica distinta do ente instituidor, sendo geradas como forma de desconcentração administrativa.
- e) podem ser criadas com personalidade própria, como as empresas estatais, ou destituídas de tal atributo, como as autarquias e os serviços sociais.

**109.** (FCC/TÉCNICO GP/PGE-AM/CONTABILIDADE/2022) No processo de modernização do Estado, uma das medidas preconizadas pelo Governo foi a da criação de um grupo especial de....I.... a que se convencionou denominar de agências, cujo objetivo institucional consiste na função de controle de pessoas privadas incumbidas da prestação de serviços públicos, em regra sob a forma de concessão ou permissão, e também na de intervenção estatal no domínio econômico, quando necessário para evitar abusos nesse campo, perpetrados por pessoas da iniciativa privada. (CARVALHO FILHO. Manual de Direito Administrativo, 34. ed., item 8.1)

Preenche corretamente a lacuna I:

- a) empresas
- b) órgãos
- c) fundações
- d) paraestatais
- e) autarquias

**110.** (FCC/ASSISTENTE TD/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022) Suponha que o Estado do Amazonas tenha criado, por lei específica, pessoa jurídica de direito público dotada de autonomia gerencial, orçamentária e patrimonial, com personalidade jurídica própria, para o exercício de atividades típicas da Administração pública. A natureza jurídica da referida entidade é de

- a) empresa pública.
- b) autarquia.
- c) sociedade de economia mista.
- d) órgão público.
- e) empresa subsidiária.

- 111.** (FCC/TÉCNICO JUDICIÁRIO/TRT-14/ADMINISTRATIVA/2022) A entidade AB é uma autarquia federal e a entidade BC é uma empresa pública federal. Nesse caso,
- a) AB foi criada por lei específica e, a instituição de BC foi autorizada por lei específica.
  - b) ambas têm personalidade jurídica de direito público.
  - c) AB integra a Administração pública direta e BC integra a Administração pública indireta.
  - d) ambas admitem organização sob quaisquer das formas admitidas em direito.
  - e) ambas possuem capital inteiramente público, com possibilidade de participação das entidades da Administração indireta.

## GABARITO

|       |       |        |
|-------|-------|--------|
| 1. a  | 35. C | 69. b  |
| 2. C  | 36. C | 70. e  |
| 3. a  | 37. C | 71. c  |
| 4. E  | 38. E | 72. a  |
| 5. e  | 39. E | 73. b  |
| 6. E  | 40. c | 74. a  |
| 7. C  | 41. d | 75. e  |
| 8. E  | 42. c | 76. a  |
| 9. C  | 43. d | 77. d  |
| 10. e | 44. E | 78. b  |
| 11. E | 45. a | 79. d  |
| 12. E | 46. C | 80. b  |
| 13. E | 47. E | 81. e  |
| 14. E | 48. E | 82. e  |
| 15. C | 49. e | 83. b  |
| 16. E | 50. d | 84. e  |
| 17. C | 51. E | 85. c  |
| 18. d | 52. c | 86. c  |
| 19. d | 53. b | 87. a  |
| 20. d | 54. e | 88. e  |
| 21. C | 55. e | 89. b  |
| 22. C | 56. a | 90. a  |
| 23. C | 57. d | 91. e  |
| 24. a | 58. b | 92. b  |
| 25. E | 59. c | 93. d  |
| 26. C | 60. a | 94. a  |
| 27. e | 61. a | 95. a  |
| 28. b | 62. a | 96. a  |
| 29. a | 63. a | 97. e  |
| 30. a | 64. e | 98. c  |
| 31. a | 65. e | 99. d  |
| 32. c | 66. a | 100. e |
| 33. a | 67. b | 101. b |
| 34. E | 68. d | 102. d |

**103. d**

**104. a**

**105. e**

**106. d**

**107. a**

**108. a**

**109. e**

**110. b**

**111. a**



## GABARITO COMENTADO

**001.** (FGV/TAD/TCE RR/2025) Assinale a opção que apresenta apenas estruturas que fazem parte da Administração Direta.

- a) Secretaria de Educação, Tribunal de Contas, Polícia Civil.
- b) Empresa Pública de Ônibus, Fundação Pública de Saúde, Secretaria de Transporte.
- c) Autarquia prestadora de serviço previdenciário, Ministério Público, Sociedade de Economia Mista.
- d) Tribunal de Justiça, Fundação Pública de Educação. Empresa Pública de Saneamento Básico.
- e) Polícia Militar, Procuradoria Estadual, Empresa Pública de Eletricidade.



A questão pode ser melhor resolvida por eliminação. Inicialmente, devemos saber que as entidades que integram a Administração Indireta são quatro: as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Na Letra B, temos uma empresa pública; na Letra C, uma autarquia; na Letra D, uma empresa pública; e na Letra E, por fim, outra empresa pública.

Logo, apenas a Letra A, dentre as alternativas propostas, não retrata uma entidade da Administração Indireta, e sim apenas estruturas que fazem parte da Administração Direta.

**Letra a.**

---

**002.** (CESPE/CEBRASPE/TJ/TRF6/APOIO ESPECIALIZADO/CONTABILIDADE/2025) Acerca da análise e melhoria de processos, da administração direta e indireta, dos atos administrativos e da requisição, julgue o item a seguir.

Integram a administração pública direta os hospitais públicos federais que prestam serviços de saúde, de maneira centralizada, no Sistema Único de Saúde (SUS).



Na centralização, não há distribuição de competências para outras pessoas jurídicas (como as entidades da Administração Indireta). Sendo assim, o caso apresentado é um típico exemplo de serviço prestado diretamente pela União (centralização), ainda que por meio de hospitais públicos federais, órgãos públicos que integram a Administração Direta).

**Certo.**

---

- 003.** (FGV/INV POL/PC MG/2025) Antes de ser nomeado e empossado na qualidade de inspetor de polícia, Lucas, com o objetivo de melhor entender as funções que futuramente desempenhará, resolveu analisar como a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais está inserida no contexto da Administração Pública. Considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais é
- a) um órgão público, integrante da Administração Pública Direta, fruto da desconcentração administrativa.
  - b) um órgão público, integrante da Administração Pública Direta, fruto da descentralização administrativa.
  - c) um órgão público, integrante da Administração Pública Indireta, fruto da desconcentração administrativa.
  - d) uma autarquia, integrante da Administração Pública Indireta, fruto da desconcentração administrativa.
  - e) uma autarquia, integrante da Administração Pública Indireta, fruto da descentralização administrativa.



A Polícia Civil do Estado de Minas Gerais é um órgão público e não uma entidade integrante da Administração Indireta. Logo, é incorreto afirmar que a PC-MG é uma autarquia, motivo pelo qual as letras D e E estão incorretas.

Além disso, a PC-MG é parte integrante da Administração Direta Estadual. Consequentemente, não devemos falar em descentralização (que implica a criação das entidades da Administração Indireta), mas sim em desconcentração (que é a técnica administrativa responsável pela criação dos órgãos públicos).

Reunindo todas as informações, é correto afirmar que a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais é um órgão público integrante da Administração Pública Direta, fruto da desconcentração administrativa.

**Letra a.**

- 004.** (QUADRIX/ANA/CFO/GERAL/2025) Quanto às normas relativas ao Estado, ao governo e à Administração Pública federal, julgue o item seguir.

O conceito de Administração Pública Federal, em sentido objetivo, diz respeito às entidades e aos órgãos que integram a Administração, responsáveis pela gestão de bens e serviços públicos, com o objetivo de atender aos interesses dos cidadãos.



A questão está errada. Em sentido material, objetivo e funcional, a administração é composta pelas atividades e funções que **normalmente são classificadas como administração pública**. Aqui, não há uma lista taxativa de atividades que são consideradas “administração pública”.

Já em **sentido formal, orgânico e subjetivo**, a administração pública é o conjunto de órgãos e agentes incumbidos das mais diversas atividades administrativas. O critério subjetivo, adotado pela questão, diz respeito às entidades e aos órgãos que integram a Administração Pública, seja ela direta ou indireta.

**Errado.**

---

**005.** (CEV UECE/TEC RJ/PGE CE/ADMINISTRAÇÃO/2025) A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará é um(a)

- a) entidade da Administração Pública direta e centralizada.
- b) entidade da Administração Pública indireta ou descentralizada.
- c) órgão da Administração Pública com desconcentração indireta.
- d) órgão da Administração Pública direta, mas descentralizada.
- e) órgão da Administração Pública direta ou centralizada.



A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará é parte integrante da Administração Direta Estadual. Logo, não estamos diante de uma entidade, mas, sim, de um órgão público. Com isso, **eliminamos as letras A e B.**

Sendo um órgão público, a Procuradoria-Geral do Estado do Ceará não é fruto da descentralização (**erro da letra D**). Na **letra C**, o erro está em afirmar que o processo decorre da “desconcentração indireta”, instituto que não existe em nosso ordenamento jurídico.

A Procuradoria-Geral do Estado, neste sentido, é um órgão da Administração Pública Direta ou centralizada (Estado do Ceará), sendo resultado da desconcentração, assim como ocorre com todos os órgãos públicos.

**Letra e.**

---

**006.** (QUADRIX/ANA/CRO AL/RECURSOS HUMANOS/2025) Em relação à organização administrativa da União, a administração e a administração indireta, julgue o item seguinte. Administração Direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma descentralizada, das atividades administrativas do Estado.



O erro da questão está na parte final, uma vez que a Administração Direta, composta por órgãos públicos, é fruto da desconcentração e não da descentralização administrativa. Sendo assim, **é incorreto afirmar que estamos diante do exercício, de forma descentralizada, das atividades administrativas do Estado.**

**Errado.**

---

**007.** (QUADRIX/ANA/CRO AL/RECURSOS HUMANOS/2025) Em relação à organização administrativa da União, a administração e a administração indireta, julgue o item seguinte. A Administração Direta do Estado abrange todos os órgãos dos Poderes políticos das pessoas federativas cuja competência seja a de exercer a atividade administrativa.



A Administração Direta do Estado, conforme mencionado, é composta por órgãos públicos dos Poderes de cada um dos entes federativos, também denominados Poderes políticos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

**Certo.**

---

**008.** (QUADRIX/ANA/CRO AL/RECURSOS HUMANOS/2025) Em relação à organização administrativa da União, a administração e a administração indireta, julgue o item seguinte. Na esfera federal, a Administração Direta da União, no Poder Executivo, compõe-se de órgãos de duas classes distintas: a presidência da República e o Tribunal de Contas da União.



Na esfera federal, a Administração Direta da União, no Poder Executivo, compreende a Presidência da República e os respectivos ministérios. O TCU, por sua vez, ainda que seja um órgão autônomo, é vinculado ao Poder Legislativo, auxiliando esse poder no exercício do controle externo da atividade administrativa.

**Errado.**

---

**009.** (QUADRIX/ANA/CRO AL/RECURSOS HUMANOS/2025) Em relação à organização administrativa da União, a administração e a administração indireta, julgue o item seguinte. A Administração Direta na esfera municipal é composta da prefeitura, de eventuais órgãos de assessoria ao prefeito e de secretarias municipais, com seus órgãos internos.



A questão corretamente elenca alguns dos órgãos que integram a Administração Pública Direta na esfera municipal, mais precisamente os órgãos relacionados ao Poder Executivo.

**Certo.**

---

**010.** (FGV/ASS ADM/EBSERH/2025) A Administração Pública brasileira organiza-se em Administração Direta e Indireta.

Um exemplo de ente da Administração Direta são

- a) as autarquias.
- b) as fundações públicas.

- c) as empresas públicas.
- d) as sociedades de economia mista.
- e) os ministérios.



As autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista são entidades integrantes da Administração Indireta. Neste sentido, apenas a letra E, dentre as alternativas apresentadas, retrata um exemplo de órgão da Administração Direta.

**Letra e.**

**011.** (CESPE/CEBRASPE/AAAPC/PC DF/AGENTE ADMINISTRATIVO/2025) Julgue o item a seguir, acerca das características básicas das organizações formais modernas e da organização administrativa.

As entidades compreendidas na administração indireta subordinam-se ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.



As entidades da Administração Indireta não estão subordinadas, mas, sim, vinculadas ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade. A mencionada vinculação, também chamada de tutela administrativa, serve para que a Administração Direta verifique se a entidade criada está desempenhando as atividades para as quais foi constituída.

**Errado.**

**012.** (CESPE/CEBRASPE/TJ/TRF6/ADMINISTRATIVA/SEM ESPECIALIDADE/2025) Julgue o item a seguir, a respeito da administração pública indireta, dos atos administrativos e da requisição.

As fundações públicas são criadas por lei, podendo ser entidades de direito público ou privado e realizar atividades também de interesse público ou privado, desde que não tenham fins lucrativos.



As fundações públicas podem ser de direito público ou de direito privado.

Quando estivermos diante de fundações públicas de direito público, a doutrina entende que a entidade nada mais é do que uma espécie do gênero autarquia. Nesse caso, **a entidade será criada diretamente por lei.**

Por outro lado, quando estivermos diante de fundações públicas de direito privado, **a criação da entidade será autorizada por lei.**

A questão erra, dessa forma, ao generalizar o processo de criação das diferentes formas de fundações públicas.

**Errado.**

---

**013.** (QUADRIX/TEC/CFO/ADMINISTRATIVO/2025) Em se tratando da organização administrativa da União, julgue o item a seguir, no que se refere à Administração Pública Direta e à administração pública indireta.

As pessoas jurídicas de direito público e privado integrantes da administração pública indireta são subordinadas ao ente que as constituiu, embora tenham capacidade de autogestão e patrimônio próprios.



As entidades da Administração Indireta não estão subordinadas, mas, sim, vinculadas ao ente que as constituiu. A vinculação, também chamada de tutela, serve para verificar se a entidade criada está desempenhando as atividades para as quais foi constituída.

**Errado.**

---

**014.** (CESPE/CEBRASPE/ERM/ANM/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO/FISCALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS/2025) Julgue o item a seguir, relativo a atos e poderes administrativos, à organização da administração pública, ao provimento de cargos públicos conforme a Lei n.º 8.112/1990 e à proteção de dados pessoais.

A ANM é entidade integrante da administração pública indireta, com personalidade jurídica de direito público, podendo ser classificada como uma empresa pública.



A Agência Nacional de Mineração (ANM) é uma agência reguladora, ou seja, uma autarquia em regime especial. Por ser uma autarquia, a ANM integra a Administração Indireta e possui personalidade jurídica de direito público. O erro, nesse sentido, está na parte final, que afirma que a ANM é uma empresa pública.

**Errado.**

---

**015.** (CESPE/CEBRASPE/ERM/ANM/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO/SUPORTE À GESTÃO, ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA/2025) Com base no que dispõe o Decreto-Lei n.º 200/1967, julgue o item a seguir.

A autonomia administrativa e financeira das autarquias públicas não desautoriza o controle exercido pelo órgão competente da administração direta.



Ainda que as autarquias sejam dotadas de autonomia administrativa e financeira, tais prerrogativas não impedem que a entidade, assim como ocorre com as demais pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta, seja controlada pelo órgão competente da Administração Direta.

O controle é uma atividade exercida em todos os órgãos e entidades da Administração Pública, sejam eles da Administração Direta ou Indireta.

**Certo.**

**016.** (CESPE/CEBRASPE/ERM/ANM/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO/SUPORTE À GESTÃO, ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA/2025) Com base no que dispõe o Decreto-Lei n.º 200/1967, julgue o item a seguir.

São dotadas de personalidade jurídica de direito público as fundações públicas, as autarquias e as empresas públicas.



As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado e não de direito público. Já as autarquias possuem personalidade jurídica de direito público. As fundações públicas, por sua vez, podem ter personalidade jurídica de direito público (quando serão uma espécie do gênero autarquia) ou personalidade jurídica de direito privado.

**Errado.**

**017.** (QUADRIX/ANA/CRO AL/RECURSOS HUMANOS/2025) Em relação à organização administrativa da União, a administração e a administração indireta, julgue o item seguinte. O grande e fundamental objetivo da administração indireta do Estado é a execução de algumas tarefas de seu interesse por outras pessoas jurídicas.



A questão está correta. Com a Administração Indireta, o que temos é a criação de entidades (pessoas jurídicas com personalidade própria) destinadas à execução de tarefas específicas. Com isso, a Administração Direta deixa de prestar os mencionados serviços, que passam a ser executados pelas entidades da Administração Indireta.

**Certo.**

**018.** (FUNDATEC/FMAU/PREF TANGARÁ DAS/2025) Uma organização vinculada à administração indireta de um município apresenta as seguintes características: sua criação e extinção dependem de autorização legal, possui personalidade jurídica de direito privado, está

sujeita ao controle estatal e exerce atividade econômica. Além disso, sua composição é majoritariamente formada por capital público, com participação minoritária de capital privado, e obrigatoriamente adota o modelo de sociedade anônima (S/A), conforme estabelecido por lei. Considerando essas características, essa organização é classificada como:

- a) Autarquia.
- b) Fundação Pública.
- c) Empresa Pública.
- d) Sociedade de Economia Mista.



A primeira parte do enunciado nos informa que estamos diante de uma entidade cuja criação e extinção dependem de autorização legal, que possui personalidade jurídica de direito privado, está sujeita ao controle estatal e exerce atividade econômica. Logo, podemos eliminar as letras A e B, uma vez que o exercício da atividade econômica é realizado pelas empresas estatais (empresas públicas ou sociedades de economia mista).

O enunciado também afirma que a composição **é majoritariamente formada por capital público**, com **participação minoritária de capital privado**, e **obrigatoriamente adota o modelo de sociedade anônima (S/A)**. Com isso, podemos eliminar a letra C, uma vez que as empresas públicas possuem o capital totalmente público (e não apenas majoritariamente). Além disso, as empresas públicas podem adotar qualquer forma jurídica, e não obrigatoriamente o modelo de sociedade anônima (S/A).

Com base nessas informações, a entidade mencionada pelo enunciado é uma sociedade de economia mista.

**Letra d.**

**019.** (FUNDATEC/FMAU/PREF TANGARÁ DA S/2025) De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, uma autarquia municipal se enquadra na chamada Administração \_\_\_\_\_ com personalidade jurídica de direito \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- a) Direta – privado.
- b) Direta – público.
- c) Indireta – privado.
- d) Indireta – público.



Uma autarquia municipal se enquadra na chamada Administração **Indireta**, possuindo personalidade jurídica de direito **público**. Com as autarquias, é como se o Estado descentralizasse certas atividades para entidades dotadas de maior especialização.

**Letra d.**



**020.** (FGV/ASS ADM/EBSERH/2025) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei para o desempenho de um serviço público de forma descentralizada com capacidade de autoadministração.

Assinale a opção que apresenta uma característica das autarquias.

- a) Seus bens são penhoráveis.
- b) Compõem-se de empregados públicos.
- c) Seus créditos são pagos diretamente.
- d) Compõem-se de servidores públicos.
- e) Seus créditos não são pagos por meio de precatórios.



- a) Errada. As autarquias, que são pessoas jurídicas de direito público, possuem as mesmas prerrogativas que o Estado. Uma das características é a impenhorabilidade dos seus bens.
- b) Errada. As autarquias adotam o modelo estatutário e não o regime celetista. Logo, as entidades são compostas por servidores públicos e não por empregados públicos.
- c) Errada. Os créditos das autarquias não são pagos diretamente, mas sim mediante precatórios judiciais.
- d) Certa. Por adotarem o regime estatutário, as autarquias são compostas por servidores públicos.
- e) Errada. Conforme afirmado anteriormente, os créditos das autarquias são pagos mediante precatórios judiciais.

**Letra d.**

**021.** (CESPE/CEBRASPE/AAAPC/PC DF/AGENTE ADMINISTRATIVO/2025) Julgue o item a seguir, acerca das características básicas das organizações formais modernas e da organização administrativa.

Denomina-se descentralização a transferência da execução de uma atividade estatal a determinada pessoa, física ou jurídica, independentemente de integrar a administração pública.



A descentralização ocorre quando qualquer um dos entes federativos exerce suas atribuições por intermédio de outras pessoas jurídicas. Em tais situações, ao contrário do que ocorre na criação dos órgãos públicos, não teremos hierarquia ou subordinação, mas sim mera vinculação entre a pessoa jurídica criada e o ente federativo que a instituiu.

Na descentralização, dependendo do modelo adotado, as atividades podem passar a ser desempenhadas por pessoas jurídicas (como no caso das entidades da Administração Indireta) ou por pessoas físicas (como no caso da permissão de serviço público).

**Certo.**

**022.** (CESPE/CEBRASPE/AAAPC/PC DF/AGENTE ADMINISTRATIVO/2025) Julgue o item a seguir, acerca das características básicas das organizações formais modernas e da organização administrativa.

A distribuição de competências entre os órgãos internos sem personalidade jurídica que pertençam a uma mesma pessoa jurídica denomina-se desconcentração.



A desconcentração é a técnica administrativa por meio da qual são criados os órgãos públicos. Com isso, as atividades podem ser desempenhadas de forma especializada, através de órgãos integrantes de uma mesma entidade superior.

Dito de outra forma, a desconcentração implica a distribuição de competências entre os órgãos internos que pertencem a uma mesma pessoa jurídica.

**Certo.**

---

**023.** (CESPE/CEBRASPE/TEFC/TCU/2025) Devido a inviabilidade de competição, determinado Ministério de Estado realizou a contratação direta de empresa privada para prestação de serviços. No decorrer da execução do contrato, a empresa descumpriu cláusula contratual, o que foi comprovado em processo administrativo, e foi-lhe aplicada multa contratual, mas ela apresentou recurso, alegando ausência de contraditório. Foi negado provimento a tal recurso, então a empresa interpôs novo recurso, dirigido à autoridade superior da autoridade julgadora.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Ministério de Estado é órgão público sem personalidade jurídica.



O Ministério de Estado é um órgão público integrante da Administração Direta, estando ligado à Presidência da República. E, por ser um órgão público, é correto afirmar que o Ministério não possui personalidade jurídica, que apenas é atribuída ao respectivo ente federativo (no caso, a União).

**Certo.**

---

**024.** (FUNDATEC/ASS/IF RS/ADMINISTRAÇÃO/2025) Um município, visando modernizar os serviços bancários e facilitar o pagamento de servidores e fornecedores, decide criar, mediante autorização em lei específica, uma instituição financeira totalmente controlada pelo poder público, com capital exclusivamente estatal e personalidade jurídica de direito privado. Essa nova instituição faz parte da administração indireta e está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas. A entidade criada pelo município é um exemplo de:

- a) Empresa pública.
- b) Autarquia.
- c) Fundação pública.
- d) Sociedade de economia mista.
- e) Agência reguladora.



No caso apresentado, estamos diante de uma entidade criada mediante autorização legal, com capital exclusivamente estatal e personalidade jurídica de direito privado. Além disso, a entidade está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas. Com isso, eliminamos as letras B, C e E.

A letra D também está errada, uma vez que a sociedade de economia mista não possui capital exclusivamente estatal, mas sim apenas majoritariamente público. Logo, a entidade mencionada é uma **empresa pública**.

**Letra a.**

---

**025.** (CESPE/CEBRASPE/ANA/EMBRAPA/DIREITO E AUDITORIA/ASSESSORIA JURÍDICA/ADVOGADO/2025) Com relação a empresas públicas e sociedades de economia mista, julgue o item a seguir.

As possibilidades de forma societária que podem ser adotadas pela sociedade de economia mista são mais amplas do que as que podem ser adotadas pela empresa pública.



Com relação à forma de constituição, as empresas públicas podem se organizar **adotando qualquer uma das formas admitidas em nosso ordenamento jurídico**.

As sociedades de economia mista, por outro lado, podem ser constituídas apenas sob a forma de sociedade anônima (S/A).

Logo, as possibilidades de forma societária que podem ser adotadas pela sociedade de economia mista **são mais restritas do que aquelas que podem ser adotadas pela empresa pública**.

**Errado.**

---

**026.** (CESPE/CEBRASPE/ANA/EMBRAPA/DIREITO E AUDITORIA/ASSESSORIA JURÍDICA/ADVOGADO/2025) Com relação a empresas públicas e sociedades de economia mista, julgue o item a seguir.

Tanto empresas públicas quanto sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado, e sua criação e sua extinção devem ser autorizadas por lei.



Aqui, temos duas das principais características das empresas públicas e das sociedades de economia mista. Ambas são autorizadas por lei específica, medida que deve ser adotada também para a extinção da entidade. Além disso, as duas entidades possuem personalidade jurídica de direito privado.

**Certo.**

**027.** (FGV/ADP/DPE RO/JURÍDICO/2025) Joana, residente e domiciliada em Porto Velho, é titular de um cargo em comissão no âmbito da empresa pública estadual XYZ. Durante uma conversa com colegas de trabalho, Joana defendeu a criação de novas empresas públicas, de forma a ampliar as atividades prestadas pelo Estado de Rondônia.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A empresa pública estadual XYZ, integrante da Administração Indireta, é uma pessoa jurídica de direito público.
- ( ) A empresa pública estadual XYZ é uma manifestação da desconcentração administrativa.
- ( ) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.
- c) F – V – F.
- d) V – F – V.
- e) F – F – V.



I – Errada. A empresa pública realmente é integrante da Administração Indireta. Contudo, tal entidade é pessoa jurídica de direito público, e não de direito privado.

II – Errada. A desconcentração implica na criação de órgãos públicos, e não de entidades administrativas. As entidades, em sentido diverso, são resultado do processo de descentralização.

III – Certa. O item retrata a forma como as empresas públicas são criadas em nosso ordenamento jurídico, que é, de acordo com o texto da Constituição Federal, por autorização em lei específica.

**Art. 37, XIX** – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

**Letra e.**

**028.** (FGV/TDP/DPE RO/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2025) Entre as entidades da estrutura da Administração Pública, aquela que é instituída por lei específica, possui personalidade jurídica de direito público e goza de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, sendo responsável pela execução de atividades típicas do Estado, é denominada

- a) Empresa Pública.
- b) Autarquia.
- c) Órgão.
- d) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- e) Entidade de Apoio.



Apenas duas alternativas retratam entidades integrantes da Administração Indireta, sendo elas a Letra A e a Letra B. O órgão (Letra C) não possui personalidade jurídica própria. Já a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Letra D), bem como a Entidade de Apoio (Letra E), são entidades do denominado terceiro setor.

Dentre as duas entidades integrantes da Administração Indireta, a **autarquia** é aquela que é instituída por lei específica, possui personalidade jurídica de direito público e goza de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, sendo responsável pela execução de atividades típicas do Estado.

A empresa pública, por outro lado, é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por autorização legislativa, com a totalidade do capital público e regime organizacional livre.

**Letra b.**

---

**029.** (FGV/RES/TJ RJ/DIREITO/2024) Gilberto estava estudando para concurso público com sua amiga Juliana, quando esta perguntou para ele qual a natureza jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse caso, a resposta correta de Gilberto foi de que se trata de

- a) órgão integrante da Administração Direta.
- b) pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Direta.
- c) pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta.
- d) órgão integrante da Administração Indireta.
- e) pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Indireta.



O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é um órgão público integrante do Poder Judiciário e, conseqüentemente, da **administração direta estadual**.

**Letra a.**

---

**030.** (FGV/ACI/PREF BH/DIREITO/2024) Ao estudar para o concurso público para o cargo de Auditor de Controle Interno do Município de Belo Horizonte, Josélia decidiu se aprofundar no ponto atinente à teoria do órgão e sua aplicação no Direito Administrativo, assim como aquelas que buscam explicar a relação entre o Estado e os agentes públicos responsáveis pela manifestação da vontade estatal.

Diante de tais circunstâncias, Josélia concluiu corretamente que, no ordenamento pátrio, prevalece

- a) a teoria da imputação volitiva, segundo a qual vontade do agente público que integra o órgão, que não é dotado de personalidade jurídica, é imputada à respectiva pessoa estatal;
- b) a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, pois a vontade manifestada pelo agente é atribuída à pessoa estatal e não aos órgãos que a integram, que são despessoalizados.
- c) a teoria do mandato, segundo a qual o agente público é considerado mandatário do Estado, notadamente diante da personalidade jurídica que é reconhecida aos órgãos que compõem a respectiva estrutura.
- d) a teoria da representação, na medida em que o agente público é, na realidade, um representante do Estado e de seus respectivos órgãos, que integram ente federativo apesar de sua personalidade jurídica.



Em nosso ordenamento jurídico, vigora a **teoria do órgão**, também conhecida como **teoria da imputação**, segundo a qual o agente público, ao exercer suas atribuições, atua em nome do Estado e do órgão em que exerce suas funções.

Além disso, devemos saber que os órgãos públicos são meras repartições internas de competências, **não sendo dotados, por isso mesmo, de personalidade jurídica própria**. Com base neste entendimento, verifica-se que a Letra A é a resposta da questão.

**Letra a.**

**031.** (FGV/TCL/CM FORTALEZA/AGENTE ADMINISTRATIVO/2024) No que se refere aos elementos da estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que a Câmara Legislativa Municipal de Fortaleza é um exemplo de

- a) órgão público.
- b) agência executiva.
- c) sociedade de economia mista.
- d) organização social.
- e) entidade administrativa.



No caso apresentado pela questão, a Câmara Legislativa Municipal de Fortaleza é um típico exemplo de **órgão público integrante do Poder Legislativo Municipal e, consequentemente, da Administração Direta.**

**Letra a.**

---

**032.** (FGV/ANA LEG/ALETO/TÉCNICO JURÍDICO/2024) Ao estudar a classificação dos órgãos públicos para o concurso público para o cargo de técnico da Assembleia Legislativa do Estado de Tocantins, Ana Clara verificou que, no tocante à classificação que leva em consideração a posição que o órgão ocupa na escala governamental ou administrativa, a mencionada Casa Legislativa é um exemplo de

- a) órgão autônomo.
- b) órgão subalterno.
- c) órgão independente.
- d) órgão superior.
- e) órgão com personalidade jurídica.



A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins é um exemplo de **órgão público independente**, uma vez que integra a cúpula do respectivo Poder (no caso, o Poder Legislativo) no âmbito estadual.

**Letra c.**

---

**033.** (FGV/ANA/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2024) No âmbito da classificação dos órgãos quanto à posição estatal, existem os órgãos independentes, também designados de órgãos primários do Estado, em relação aos quais é bastante difundida a compreensão de que eles têm as suas atribuições definidas na Constituição e de que são colocados no ápice da pirâmide governamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional.

Nesse contexto, podem ser apontados como exemplo de órgão independente:

- a) os Tribunais de Justiça;
- b) os entes federativos;
- c) as Procuradorias dos Estados;
- d) as entidades autárquicas;
- e) as Secretarias de Estado.



Dentre as opções elencadas, apenas o Tribunal de Justiça **(letra A)** é um órgão classificado como independente.

Os entes federativos **(letra B)** não são órgãos; na verdade, o que ocorre é que os órgãos integram os entes.

As Procuradorias dos Estados **(letra C)** são classificadas como órgãos autônomos, o mesmo ocorrendo com as Secretarias de Estado **(letra E)**.

As entidades autárquicas **(letra D)**, por fim, não são órgãos, mas, sim, entidades integrantes da Administração Indireta.

**Letra a.**

---

**034.** (CESPE/CEBRASPE/TEC MIN/MPE TO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2024) Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

Mesmo sendo parte integrante da estrutura do Estado, os órgãos públicos têm personalidade jurídica e vontade próprias.



Os órgãos públicos são repartições internas de competência, não possuindo, por isso mesmo, personalidade jurídica própria. Os órgãos se diferenciam das entidades, que, por serem fruto da descentralização, possuem personalidade jurídica e integram a Administração Indireta.

**Errado.**

---

**035.** (CESPE/CEBRASPE/TEC MIN/MPE TO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2024) Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

A administração centralizada é exercida por uma única pessoa jurídica e pode ser desempenhada por diversos órgãos internos.



A administração centralizada realmente é exercida por uma única pessoa jurídica. Neste caso, a centralização pode ser concentrada (quando apenas um órgão é responsável pelas atividades) ou desconcentrada (quando mais de um órgão, todos da mesma pessoa jurídica, desempenha as atividades).

**Certo.**

---

**036.** (CESPE/CEBRASPE/TEC MIN/MPE TO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2024) Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

A administração direta consiste no conjunto de pessoas jurídicas que recebem diretamente da Constituição da República suas competências políticas e administrativas.





A Administração Direta pode ser conceituada como o conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas (entes federativos), ou seja, o conjunto de órgãos públicos da estrutura da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Certo.**

---

**037.** (CESPE/CEBRASPE/APO/MPO/GERAL/2024) A respeito da descentralização administrativa, da administração pública direta, dos serviços públicos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A administração direta da União, em se tratando do Poder Executivo, é composta pela Presidência da República e pelos ministérios.



Na esfera da União, a Administração Direta compreende os órgãos que fazem parte dos três Poderes da República. Especificamente em relação ao Poder Executivo, que é o solicitado pela questão, a Administração Direta é composta, entre outros órgãos, pela Presidência da República e pelos Ministérios.

**Certo.**

---

**038.** (CESPE/CEBRASPE/ANA CT/CAPES/BIBLIOTECONOMIA/2024) Acerca da administração direta e indireta federal, julgue o próximo item.

A administração federal direta possui personalidade jurídica própria, sendo composta pelos ministérios e pelas empresas estatais a eles vinculadas.



As empresas estatais não fazem parte da Administração Direta, mas sim da Administração Indireta. Ambas as entidades são pessoas jurídicas de direito público. Já os ministérios fazem parte da Administração Direta Federal.

**Errado.**

---

**039.** (CESPE/CEBRASPE/ANA MP/MPE GO/ANALISTA AMBIENTAL/ENGENHARIA AGRONÔMICA/2024) A respeito da organização e dos princípios da administração pública e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União (Lei n. 8.112/1990), julgue o item a seguir.

Uma das características essenciais dos órgãos públicos é que estes possuem personalidade jurídica.



Os órgãos públicos são resultado da desconcentração e podem ser definidos como a repartição interna de competências. Uma das principais características dos órgãos é o fato de não possuírem personalidade jurídica, diferente do que ocorre, por exemplo, com as entidades.

**Errado.**

**040.** (CESPE/CEBRASPE/OF BM/CBM PA/COMBATENTE/2024) A entidade da administração indireta cuja área de atuação deve ser definida mediante lei complementar é o(a)

- a) partido político.
- b) autarquia.
- c) fundação pública.
- d) empresa pública.
- e) sociedade de economia mista.



O inciso XIX do artigo 37 da Constituição Federal estabelece que

(...) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, **cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.**

Neste sentido, a entidade cuja área de atuação deve ser definida por meio de lei complementar é a fundação pública.

**Letra c.**

**041.** (IBFC/ASS PAS/AMPASS RECIPREV/2024) Sobre a organização da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Administração Direta se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.
- b) A Administração Indireta compreende categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica própria a exemplo das autarquias.
- c) As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.
- d) A Administração Direta se constitui das empresas privadas, que não têm relação alguma com o poder público.
- e) A Administração Federal compreende a Administração Direta e a Administração Indireta.



- a) Certa. A Administração Direta é composta por órgãos públicos. Na esfera federal, por exemplo, o Poder Executivo é formado por serviços integrados da estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.
- b) Certa. A Administração Indireta é formada por entidades que, ao contrário do que ocorre com os órgãos, possuem personalidade jurídica própria.
- c) Certa. Todas as entidades da Administração Indireta estão vinculadas (mas não subordinadas) ao respectivo órgão da Administração Direta, a exemplo dos Ministérios.
- d) Errada. A Administração Direta é constituída pelos órgãos públicos e não pelas empresas privadas.
- e) Certa. Conforme afirmado, a Administração Federal, assim como ocorre com a Administração Pública dos demais entes federativos, compreende a Administração Direta e a Administração Indireta.

**Letra d.**

**042.** (IBFC/PRJ/TRF 5/2024) A respeito das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) As autarquias podem criar regras jurídicas de auto-organização.
- ( ) As empresas públicas são dotadas de personalidade jurídica de direito público.
- ( ) A natureza dos bens das autarquias é a de bens públicos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V – F – V.
- b) F – V – F.
- c) F – F – V.
- d) V – V – F.



- I – Falsa. As autarquias não podem criar regras de auto-organização, medida que apenas é assegurada aos entes federativos. Por meio da auto-organização, os entes elaboram suas próprias normas jurídicas (como as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas).
- II – Falsa. As empresas públicas, assim como as sociedades de economia mista, são pessoas jurídicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
- III – Certa. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público interno, assemelhando-se, em tudo o que for possível, ao próprio Estado. Consequentemente, os bens das autarquias são considerados bens públicos para todos os efeitos legais.

**Letra c.**

**043.** (IBFC/PRJ/TRF 5/2024) A respeito da Administração Pública Direta e Indireta, assinale a alternativa correta.

- a) Administração Indireta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado.
- b) A centralização é inerente à Administração Indireta do Estado e dela indissociável.
- c) Administração Direta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada.
- d) A Administração Direta na esfera municipal é composta da Prefeitura, de eventuais órgãos de assessoria ao Prefeito e de Secretarias Municipais, com seus órgãos internos.



- a) Errada. A Administração Indireta é formada por entidades administrativas. Neste sentido, a Administração Direta é que é conceituada como o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado.
- b) Errada. A centralização é inerente à Administração Direta, e não à Administração Indireta.
- c) Errada. A Administração Direta do Estado é o conjunto de órgãos públicos, e não de pessoas jurídicas.
- d) Certa. A alternativa elenca, corretamente, exemplos de órgãos que fazem parte da estrutura da Administração Direta Municipal.

**Letra d.**

-----

**044.** (CESPE/CEBRASPE/ANA/CAU BR/INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2024) Determinada autarquia federal pretende firmar contrato administrativo para a contratação de estudo e serviços técnicos de arquitetura especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização. Autarquia é órgão público despersonalizado que integra a administração pública indireta.



A autarquia não é um órgão público, mas sim uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público. A autarquia integra a Administração Indireta e desempenha funções semelhantes às do próprio Estado.

**Errado.**

-----

**045.** (CESPE/CEBRASPE/PMUN/PREF CAMAÇARI/2024) Considerando a classificação das entidades da administração indireta, assinale a opção que apresenta, sucessivamente, a natureza jurídica do Banco Central do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Universidade Federal da Bahia e do Banco do Brasil.

- a) autarquia, empresa pública, autarquia, autarquia e sociedade de economia mista.
- b) sociedade de economia mista, autarquia, autarquia, sociedade de economia mista e empresa pública.
- c) autarquia, sociedade de economia mista, autarquia, empresa pública e sociedade de economia mista.
- d) empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, autarquia e autarquia.
- e) autarquia, sociedade de economia mista, empresa pública, autarquia e autarquia.



O Banco Central do Brasil é uma autarquia, pessoa jurídica de direito público. A Caixa Econômica Federal é uma empresa pública, cuja personalidade jurídica é de direito privado. O IBAMA e a Universidade Federal da Bahia, por sua vez, são exemplos de autarquias. Por fim, temos o Banco do Brasil, que é uma sociedade de economia mista e, por isso, pessoa jurídica de direito privado.

Com base em tais entendimentos, é possível verificar que a letra A é a resposta da questão.

**Letra a.**

-----

**046.** (CESPE/CEBRASPE/ERAC/ANAC/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO/2024) Helena, agindo na condição de servidora ocupante de cargo público de determinada agência reguladora, praticou ato administrativo que causou dano a terceiro, o qual ajuizou ação de indenização contra a agência.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue o item seguinte.

As regras constitucionais dos servidores públicos são aplicáveis aos ocupantes de cargo público de agência reguladora, como Helena.



As agências reguladoras são uma espécie do gênero autarquia, pessoa jurídica de direito público. Logo, as regras constitucionais dos servidores públicos são aplicáveis também aos ocupantes de cargo público das agências reguladoras.

Especificamente no caso apresentado, a regra constitucional que deve ser utilizada é a relacionada à responsabilidade civil do Estado.

**Art. 37, § 6º** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**Certo.**

---

**047.** (CESPE/CEBRASPE/ANA CT/CAPES/GERAL/2024) Determinada fundação pública federal pretendia realizar compra de produto de limpeza mediante contratação pública orçada em valor inferior a cinquenta mil reais. Para tanto, a autoridade competente da fundação decidiu realizar contratação direta por inexigibilidade de licitação. Uma empresa interessada na contratação apresentou recurso à instância superior daquela autoridade, alegando não se tratar de hipótese de inexigibilidade. A autoridade superior acatou o recurso da empresa, por entender não haver previsão legal de contratação direta no caso, e revogou a decisão do subordinado.

A partir da situação hipotética precedente, julgue o item que se segue.

As fundações públicas são órgãos despersonalizados da administração pública indireta e seus atos são administrativos.



As fundações públicas não são órgãos, mas sim entidades integrantes da Administração Indireta. Logo, tais entidades possuem personalidade jurídica própria, diferente do que ocorre com os órgãos públicos.

**Errado.**

---

**048.** (CESPE/CEBRASPE/ANA CT/CAPES/GERAL/2024) Em relação à organização da administração pública, às entidades para estatais e ao terceiro setor, julgue o item a seguir. As entidades da administração indireta com personalidade de direito privado desempenham unicamente atividade delegada pelo Estado.



As entidades da administração indireta com personalidade de direito privado (empresas públicas e sociedades de economia mista) são resultado da descentralização. Contudo, a descentralização, neste caso, implica a transferência da titularidade e da execução das atividades.

Na descentralização por delegação, em sentido diverso, o que temos é a transferência da execução das atividades, e não da titularidade.

**Errado.**

---

- 049.** (CESPE/CEBRASPE/EFE/SEFAZ AC/2024) Determinado órgão de controle fiscalizará o uso de dinheiro público de uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, que teve a criação autorizada por lei, tem patrimônio próprio e cujo capital social é integralmente público. Nessa situação hipotética, o órgão de controle fiscalizará uma
- sociedade de economia mista.
  - organização social.
  - autarquia.
  - fundação pública.
  - empresa pública.



O enunciado retrata uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, cuja criação foi autorizada por lei e que possui patrimônio próprio. Até aqui, duas são as possibilidades: a empresa pública e a sociedade de economia mista.

No entanto, o enunciado também afirma que a entidade possui capital social integralmente público. Como nas sociedades de economia mista o capital é público e privado, a resposta da questão é a letra E, ou seja, empresa pública.

**Letra e.**

- 050.** (CESPE/CEBRASPE/TFE/SEFAZ AC/2024) No que se refere às suas características e natureza jurídica, as autarquias

- são entidades com fins lucrativos.
- realizam atividades típicas da administração pública.
- são órgãos da administração direta.
- possuem personalidade jurídica de direito público.

Assinale a opção correta.

- Apenas os itens I e III estão certos.
- Apenas os itens I e IV estão certos.
- Apenas os itens II e III estão certos.
- Apenas os itens II e IV estão certos.
- Todos os itens estão certos.



As autarquias são entidades sem fins lucrativos (**erro do Item I**) que realizam atividades típicas da administração pública (**item II**).

As autarquias são entidades administrativas da Administração Indireta e não órgãos públicos da Administração Direta (**erro do Item III**). Todas as autarquias, contudo, possuem personalidade jurídica de direito público (**Item IV**).

**Letra d.**

**051.** (CESPE/CEBRASPE/AP ADM/CM MACEIÓ/2024) Maria requereu a expedição de certidão em determinada autarquia federal, para defesa de direito de interesse pessoal. Passados mais de 15 dias da solicitação, Caio, servidor comissionado da referida autarquia e responsável pela emissão do citado documento, deixou de fazê-lo, o que gerou dano a Maria. Indignada, ela apresentou recurso ao chefe de Caio, formulou denúncia à corregedoria da autarquia e ajuizou ação pleiteando indenização, tendo demonstrado o prejuízo sofrido.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Autarquia é entidade da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito privado e que desempenha atividade típica de Estado.



A autarquia é uma entidade da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito público e não de direito privado.

**Errado.**

**052.** (FGV/PSICO POL/PC SC/2024) Quitéria foi aprovada em concurso público e investida em certo cargo efetivo de determinada autarquia do Estado de Santa Catarina.

No âmbito da organização administrativa, é correto afirmar que Quitéria passou a integrar os quadros da Administração Pública

- a) Indireta, sendo certo que a entidade administrativa em questão é pessoa jurídica de direito privado.
- b) Direta, sendo certo que a entidade administrativa em questão é pessoa jurídica de direito privado.
- c) Indireta, sendo certo que a entidade administrativa em questão é pessoa jurídica de direito público.
- d) Direta, sendo certo que entidade administrativa em questão não tem personalidade Jurídica.
- e) Indireta, sendo certo que a entidade administrativa em questão pode ser pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.



No caso demonstrado, Quitéria passou a ocupar cargo efetivo de determinada autarquia do Estado de Santa Catarina. **As autarquias são uma das entidades integrantes da Administração Indireta**, assemelhando-se em diversos aspectos ao próprio Estado e possuindo, por isso mesmo, **personalidade jurídica de direito público**.

Condensando as informações apresentadas, verificamos que a letra C é a resposta da presente questão.

**Letra c.**



**053.** (FGV/ANA GM/PREF SJC/DIREITO/2024) Ao analisar o regime jurídico de determinada autarquia municipal, com relação à sua personalidade jurídica, criação, patrimônio, regime de pessoal e prerrogativas, Clarêncio, analista de gestão do Município Delta, concluiu corretamente que tal entidade administrativa

- a) não se submete ao regime de precatórios.
- b) deve adotar o regime jurídico único de pessoal.
- c) é um órgão, sem personalidade jurídica.
- d) tem o seu patrimônio formado por bens privados.
- e) só pode adquirir personalidade jurídica com o respectivo registro dos atos constitutivos.



a) Errada. As autarquias se submetem ao regime dos precatórios, uma vez que são pessoas jurídicas de direito público.

b) Certa. O regime de pessoal que deve ser adotado, por previsão constitucional, é o regime jurídico único.

**Art. 39.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, **regime jurídico único** e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, **das autarquias** e das fundações públicas.

c) Errada. As autarquias são entidades dotadas de personalidade jurídica e não meros órgãos públicos.

d) Errada. Os bens das autarquias são considerados bens públicos para todos os efeitos legais.

e) Errada. A personalidade jurídica das autarquias ocorre com a entrada em vigor da lei específica editada; não há necessidade de registro dos respectivos atos constitutivos.

**Letra b.**

---

**054.** (FGV/AJ/TJ AP/APOIO ESPECIALIZADO/ADMINISTRAÇÃO/2024) Ao estudar ponto específico de edital para concurso público atinente à organização administrativa, notadamente com relação à descentralização, Ofélia observou que, dentre as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que integram a Administração Pública indireta, é correto apontar:

- a) as autarquias;
- b) as prefeituras;
- c) as associações públicas;
- d) os tribunais de contas;
- e) as sociedades de economia mista.



As **sociedades de economia mista (Letra E)**, assim como as empresas públicas, são entidades integrantes da Administração Indireta e dotadas de personalidade jurídica de direito privado. As autarquias são entidades com personalidade jurídica de direito público (**Letra A**), ocorrendo o mesmo com as associações públicas, que são uma espécie do gênero autarquia (**Letra C**). As Prefeituras (**Letra B**) e os Tribunais de Contas (**Letra D**), por sua vez, são exemplos de órgãos públicos.

**Letra e.**

---

**055.** (FGV/POL LEG II/ALETO/2024) O Estado Delta pretende criar uma sociedade de economia mista para realizar atividade econômica de relevante interesse coletivo, especialmente voltada para promover o incremento de novas tecnologias, além de outras atividades no respectivo setor, que atuará em regime de concorrência.

No âmbito da organização administrativa, é correto afirmar que essa entidade administrativa é uma pessoa jurídica de direito

- a) privado, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.
- b) público, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.
- c) privado, que atua em colaboração com o Estado e não integra a Administração Pública, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.
- d) público, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.
- e) privado, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.



As sociedades de economia mista são entidades **integrantes da Administração Indireta** e dotadas de **personalidade jurídica de direito privado**.

Tais entidades, de acordo com o texto da Constituição Federal, são criadas mediante autorização legislativa.

**Art. 37. (...)**

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e **autorizada a instituição de** empresa pública, de **sociedade de economia mista** e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

Em relação ao regime de pessoal, o adotado pelas sociedades de economia mista é o **celetista**, de forma semelhante ao que ocorre, por exemplo, na iniciativa privada.

**Letra e.**

---

**056.** (FGV/TEC LEG/ALETO/ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA/2024) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Administração Pública pode ser organizada de forma direta e indireta. A Administração Pública direta compreende os órgãos e entidades que integram a estrutura do Estado, como ministérios, secretarias e autarquias, que atuam de forma centralizada, sob a supervisão direta do governo. Já a Administração Pública indireta é constituída por entidades com personalidade jurídica própria, como empresas estatais, fundações públicas e empresas de economia mista, que operam de forma descentralizada, embora ainda estejam sujeitas ao controle do Estado.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a entidade da administração indireta que se caracteriza pelo serviço autônomo, criado por lei, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

- a) Autarquia.
- b) Empresa pública.
- c) Fundação pública.
- d) Sociedade de economia mista.
- e) Organização da Sociedade Civil.



O serviço autônomo, criado por lei, para executar **atividades típicas da Administração Pública** que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, é a perfeita definição acerca das **autarquias**, pessoas jurídicas de direito público.

**Letra a.**

**057.** (FUNDATEC/AFRM/PREF CRICIÚMA/2024) É o compartimento na estrutura estatal a que são cometidas funções determinadas, sendo integrado por agentes que, quando as executam, manifestam a própria vontade do Estado. O trecho se refere ao(à):

- a) Poder Executivo.
- b) Senado Federal.
- c) Presidência da República.
- d) Órgão Público.
- e) Sociedade de Economia Mista.



O compartimento na estrutura estatal nada mais é do que o **órgão público**, ou seja, uma repartição interna de competências integrada por agentes públicos. Quando os agentes desempenham suas atribuições, o fazem em nome do órgão ou da entidade, manifestando, com isso, a vontade do Estado.

**Letra d.**

**058.** (SELECON/ANA ADM/CRC SE/2024) O elemento despersonalizado da administração pública caracterizado como um centro de competência instituído para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem, refere-se ao conceito de:

- a) autarquia.
- b) órgão público.
- c) entidade estatal.
- d) ente de cooperação.



O elemento despersonalizado da administração pública, caracterizado como um centro de competência, é, em outras palavras, **o órgão público**. O órgão é instituído para o desempenho de funções estatais, que são executadas pelos mais diversos agentes públicos.

**Letra b.**

---

**059.** (INSTITUTO VERBENA/AJ/TJ AC/OFICIAL DE JUSTIÇA/2024) De acordo com o Direito Administrativo brasileiro, os órgãos públicos:

- a) possuem personalidade jurídica própria.
- b) possuem patrimônio próprio.
- c) são criados por lei.
- d) são destinados a prestação de serviços mistos.



Os órgãos públicos nada mais são do que repartições internas de competência. Por isso mesmo, não possuem personalidade jurídica própria, tampouco patrimônio próprio (erro das Letras A e B).

**Os órgãos são criados por meio de lei (Letra C)**, sendo destinados à prestação de serviços públicos e não de serviços mistos (Erro da Letra D).

**Letra c.**

---

**060.** (IADES/TEC AP/CENSIPAM/2024) Assinale a alternativa que indica um órgão da administração pública direta.

- a) Ministério de Minas e Energia.
- b) Agência Nacional de Vigilância Sanitária — Anvisa.
- c) Caixa Econômica Federal.
- d) Petrobrás.
- e) Fundação Oswaldo Cruz — Fiocruz.



Toda questão que exigir qual é o órgão público e mencionar um ministério ou secretaria deve ser assinalada como correta. No caso apresentado, **apenas a letra A (Ministério de Minas e Energia) é um órgão público.**

Na letra B, estamos diante de uma agência reguladora que, em última análise, é uma autarquia. Na letra C, a CEF é uma empresa pública. Na letra D, a Petrobras é uma sociedade de economia mista. Na letra E, a Fiocruz é um exemplo de fundação.

**Letra a.**

**061.** (FCC/TEC ADM/CETESB/2024) A Administração Pública, responsável pelo desempenho das funções executivas do Estado, tem estrutura hierarquizada, organizada

- a) por órgãos, na Administração Pública Direta, aos quais podem estar subordinados outros órgãos da mesma estrutura.
- b) entre pessoas jurídicas, subordinadas umas às outras ou não e todas integrantes da Administração Pública Indireta.
- c) por órgãos com personalidade jurídica própria, como ministérios ou secretarias de estado, conforme o ente federativo de que se trate.
- d) entre Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta, esta última composta pelos ministérios, autarquias e fundações.
- e) por órgãos e pessoas jurídicas, estas que não contam com órgãos em suas estruturas, porque têm personalidade jurídica própria.



Observe que o enunciado menciona que a Administração Pública “tem estrutura hierarquizada”. Neste caso, apenas há hierarquia no âmbito de uma mesma pessoa jurídica e não, por exemplo, entre a Administração Direta e a Administração Indireta.

- a) Certa. Os órgãos são repartições internas de competência, integrando uma mesma pessoa jurídica e estando hierarquicamente estruturados.
- b) Errada. Não há hierarquia entre as pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta.
- c) Errada. Os Ministérios e as Secretarias de Estado não possuem personalidade jurídica própria, uma vez que são órgãos integrantes de uma pessoa jurídica maior.
- d) Errada. Não há hierarquia entre a Administração Pública Direta e a Administração Pública Indireta.
- e) Errada. As pessoas jurídicas, ainda que tenham personalidade jurídica própria, contam com repartições internas para o melhor desempenho de suas atribuições. Tais repartições são denominadas órgãos públicos.

**Letra a.**

**062.** (QUADRIX/ANA ADM JR/CRN 8/2024) Acerca das autarquias, assinale a alternativa correta.

- a) São criadas por lei.
- b) Possuem personalidade jurídica de direito privado.
- c) Não dispõem de capacidade de autoadministração.
- d) Exercem atividades gerais e sem especialização.
- e) São imunes aos mecanismos de controle da Administração Pública.



a) Certa. As autarquias são criadas diretamente por lei, que deve ser específica.

**Art. 37, XIX** – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

- b) Errada. As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público e não de direito privado.
- c) Errada. Uma das características das autarquias é justamente o fato de contarem com a capacidade de autoadministração.
- d) Errada. Todas as entidades da Administração Indireta possuem a característica da especialização. Dito de outra forma, cada uma das entidades (dentre as quais as autarquias) foi constituída para o desempenho de atividades específicas.
- e) Errada. Nenhuma das entidades da Administração Indireta está imune ao controle da Administração Pública.

**Letra a.**

**063.** (IDECAN/ALEPI/DIREITO/2024) Pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar função própria e típica do Estado. O seu melhor funcionamento reclama gestão administrativa e financeira descentralizada, motivo pelo qual possui patrimônio e receitas próprias, para execução de suas atividades. A organização de tal pessoa jurídica é realizada por ato administrativo no qual são estabelecidas as regras atinentes ao seu funcionamento, seus respectivos órgãos e a atribuição de competência de cada um deles. A extinção dessa pessoa jurídica também ocorre por meio de lei.

A entidade da Administração Pública descrita corresponde à

- a) Autarquia.
- b) Empresa Pública.
- c) Fundação Pública.
- d) Sociedade de Economia Mista.
- e) Organização de Sociedade Civil de Interesse Público.



O enunciado estabelece uma **pessoa jurídica de direito público**, integrante da Administração Indireta, criada por lei para **desempenhar função própria e típica do Estado**. Logo, só podemos estar diante de uma autarquia.

**Letra a.**

**064.** (VUNESP/TEC/SPTRANS/PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JÚNIOR/2024) No que se refere à Administração Pública, é correto afirmar que as Sociedades de Economia Mista são

a) as “organizações que compõem a administração indireta, dotadas de personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, criadas para um fim específico de interesse público.”

b) os “órgãos governamentais que exercem o papel de fiscalização, regulamentação e controle de produtos e serviços de interesse público e devem garantir a participação do consumidor nas decisões pertinentes do setor regulado.”

c) as “entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.”

d) os “serviços autônomos, criados por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.”

e) as “entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da Administração Indireta.”



As Sociedades de Economia Mista são entidades **dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas por lei**, sob a forma de **sociedade anônima**, cujas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidades da Administração Indireta. Logo, a letra E é o gabarito da questão.

**Letra e.**

**065.** (UNIVIDA/REC/PREF FLORAÍ/2024) Leia o trecho e responda:

“É a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta”. (Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm#:~:text=Art.%204%C2%BA%20Sociedade%20de%20economia,ou%20a%20entidade%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm#:~:text=Art.%204%C2%BA%20Sociedade%20de%20economia,ou%20a%20entidade%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o))

O trecho acima faz referência a uma das entidades da Administração Indireta. Sendo assim, é correto afirmar que o trecho faz referência a:

- a) Autarquia.
- b) Empresa Pública.
- c) Fundação Pública de Direito Privado.
- d) Empresa Privada.
- e) Sociedade de Economia Mista.



O enunciado nos informa que estamos diante de uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com **criação autorizada por lei**, sob a forma de **sociedade anônima**, cujas **ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, ao Poder Público**. A descrição mencionada refere-se a uma **sociedade de economia mista**.

**Letra e.**

**066.** (FCC/ASSISTENTE GMQI/IPEM-PE/AGENTE ADMINISTRATIVO/2026) Sabe-se que o Instituto de Pesos e Medidas do Pernambuco (IPEM/PE) desenvolve atividade de suma importância para a confiança das relações de consumo, utilizando a metrologia e a qualidade nas fiscalizações de instrumentos, produtos e serviços como modo de assegurar à sociedade uma melhor qualidade de vida. No desempenho desta sua missão institucional, o apoio do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) faz-se fundamental. No âmbito da organização da administração pública, o IPEM é

- a) entidade dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada a uma Secretaria de Estado.
- b) órgão delegado do INMETRO, subordinado administrativamente e financeiramente a este.
- c) órgão subordinado tecnicamente ao INMETRO e financeiramente a uma Secretaria de Estado.
- d) entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao INMETRO.
- e) entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, subordinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.



O Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco (IPEM/PE) é uma autarquia integrante da Administração Pública Indireta Estadual. Logo, o IPEM é uma entidade administrativa que, diferente do que ocorre com os órgãos públicos, possui personalidade jurídica de direito público.

É justamente por ser uma autarquia que o IPEM goza de autonomia administrativa e financeira, estando vinculado (mas não subordinado) a uma Secretaria de Estado.



Com base nisso, verificamos que o IPEM não é um órgão público (**erro das Letras B e C**), não possui personalidade jurídica de direito privado (**erro da Letra D**) e não é subordinado a nenhum órgão da Administração Direta; é, sim, vinculado (**erro da Letra E**).

**Letra a.**

-----

**067.** (FCC/GESTOR GOVERNAMENTAL/SAD-PE/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2026) Integram a Administração Pública indireta entidades com personalidade jurídica própria, distinta do ente instituidor, sendo que:

- a) as organizações sociais que celebram contratos de gestão passam a integrar a Administração Indireta, com personalidade pública, mediante vínculo de colaboração.
- b) autarquias são instituídas por lei e possuem prerrogativas próprias do regime de direito público, entre as quais a impenhorabilidade de seus bens.
- c) as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público somente possuem personalidade jurídica distinta do ente instituidor se submetidas ao regime de direito privado.
- d) sociedades de economia mista são criadas mediante autorização legislativa, para atuar exclusivamente no domínio econômico em atividades de interesse público.
- e) empresas públicas possuem personalidade de direito público e são constituídas para desempenho de atividades sujeitas a monopólio ou que envolvam segurança nacional.



- a) Errada. As organizações sociais não integram a Administração Pública, fazendo parte, na verdade, do denominado terceiro setor.
- b) Certa. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, instituídas por lei e com prerrogativas próprias desse regime jurídico. Uma das prerrogativas conferidas às autarquias é a impenhorabilidade de seus bens, que são afetados a uma atividade destinada à coletividade.
- c) Errada. Todas as fundações públicas possuem personalidade jurídica própria, independentemente de estarem submetidas ao regime de direito público ou ao regime de direito privado.
- d) Errada. As sociedades de economia mista realmente são criadas mediante autorização legislativa. No entanto, as entidades podem atuar tanto como exploradoras de atividades econômicas quanto na prestação de serviços públicos.
- e) Errada. As empresas públicas possuem personalidade de direito privado, e não de direito público.

**Letra b.**

-----

**068.** (FCC/GESTOR GOVERNAMENTAL/SAD-PE/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2026)

O Governador do Estado X pretende encaminhar à Assembleia Legislativa um projeto de lei com a seguinte disposição normativa:

"Art. 1º Fica criada por meio desta lei a Empresa Estadual de Progresso e Desenvolvimento, sociedade de economia mista, com personalidade de direito privado, adotando a forma de sociedade anônima.

Parágrafo único: os funcionários da Empresa referida no caput serão admitidos por meio de concurso público e regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado".

Ao analisar tal enunciado normativo, conclui-se que

- a) é válida a adoção de regime estatutário para os funcionários da empresa, visto que superada a regra que impunha regime jurídico único na Administração Pública.
- b) as sociedades de economia mista são dotadas de personalidade de direito privado, mas devem ser constituídas como sociedades limitadas, para preservação do patrimônio estatal nelas investido.
- c) é inválida a exigência de concurso público para servidores da empresa pública, sendo que esses devem ser regidos obrigatoriamente pelo regime celetista.
- d) é correta a forma societária ali adotada, porém não cabe à lei criar diretamente a empresa estatal em referência.
- e) é válida a criação da empresa pública, porém deve possuir personalidade de direito público.



- a) Errada. O regime estatutário não pode ser aplicado aos agentes das sociedades de economia mista, que, por serem empregados públicos, devem estar regidos pelas disposições da CLT.
- b) Errada. As sociedades de economia mista são dotadas de personalidade de direito privado e devem ser constituídas como sociedades anônimas, e não como sociedades limitadas.
- c) Errada. A admissão de pessoal das sociedades de economia mista depende da realização de concurso público. Após a aprovação, os agentes serão denominados empregados públicos.
- d) Certa. No caso, foi adotada a forma de sociedade anônima, que é a que deve ser utilizada nas sociedades de economia mista. Contudo, as sociedades de economia mista não devem ser criadas diretamente por lei, mas sim apenas autorizadas. Após a autorização, a entidade deve proceder ao registro dos seus atos constitutivos na junta comercial.
- e) Errada. As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito privado e não de direito público.

**Letra d.**

-----

**069.** (FCC/AFRE/SEFAZ-SP/GESTÃO TRIBUTÁRIA/2026) No que concerne à descentralização administrativa, representada pela criação de entidades dotadas de personalidade jurídica própria e que integram a Administração Indireta, tem-se que

- a) sociedades de economia mista submetem-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, inclusive no que concerne à contratação de pessoal e aquisições de bens e serviços.
- b) autarquias são instituídas por lei e possuem as mesmas prerrogativas do ente instituidor no que concerne ao regime de seus bens e forma de execução de suas dívidas.
- c) consórcios públicos são constituídos mediante ratificação, por lei de todos os entes consorciados, do Contrato de Consórcio, integrando a Administração Indireta apenas do líder do Consórcio.
- d) entidades qualificadas como organizações sociais e que celebrem contrato de gestão com o Poder Público passam a integrar a estrutura da Administração Indireta.
- e) empresas públicas são instituídas para atuar junto à iniciativa privada, sendo dotadas de personalidade de direito público, salvo quando atuam em regime de competição no mercado.



- a) Errada. O regime de admissão de pessoal das sociedades de economia mista é diferente do adotado pelas sociedades privadas. Nas SEMs, há a obrigatoriedade de realização de concurso público, algo que não ocorre com as sociedades privadas.
- b) Certa. As autarquias são instituídas diretamente por lei e possuem as mesmas prerrogativas do ente instituidor no que concerne, dentre outros aspectos, ao regime de seus bens e forma de execução de suas dívidas. Com as autarquias, é como se o próprio Estado estivesse desempenhando as atribuições.
- c) Errada. O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados. E isso ocorre na medida em que o consórcio público nada mais é do que uma espécie do gênero autarquia.
- d) Errada. As organizações sociais jamais passarão a integrar a Administração Pública, atuando, em sentido diverso, no denominado terceiro setor.
- e) Errada. Empresas públicas são dotadas de personalidade de direito privado, e não de direito público.

**Letra b.**

---

**070.** (FCC/AMCI/CGM-SP/PREF. SP/CORREIÇÃO/2025) A instituição das entidades que integram a Administração Pública Indireta respondem a diferentes necessidades e objetivos públicos, sendo que

- a) autarquias de regime especial prestam-se a atividades de apoio a órgãos da Administração Pública Direta, sendo instituídas por lei com personalidade de direito privado.

- b) fundações possuem personalidade de direito privado e são instituídas por lei para finalidade de interesse social mediante exploração econômica.
- c) sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado e exercem atividade econômica, somente podendo prestar serviços públicos mediante outorga de permissão ou concessão.
- d) empresas públicas, quando criadas por lei, possuem personalidade de direito público e atuam preferencialmente em setores monopolistas, podendo também prestar serviços públicos essenciais.
- e) autarquias mostram-se adequadas ao exercício do poder de polícia, dada a sua personalidade de direito público, sendo dotadas de prerrogativas de Fazenda Pública, como execução pelo regime de precatórios.



- a) Errada. Toda e qualquer autarquia apenas poderá ter personalidade jurídica de direito público, e não de direito privado.
- b) Errada. As fundações podem possuir personalidade de direito privado ou de direito público. Em todo caso, tais entidades não são destinadas à exploração de atividades econômicas.
- c) Errada. As sociedades de economia mista realmente possuem personalidade jurídica de direito privado. Contudo, tais entidades podem exercer atividade econômica ou, ainda, prestar serviços públicos. Não há necessidade de outorga de permissão ou concessão.
- d) Errada. As empresas públicas possuem personalidade de direito privado, e não de direito público.
- e) Certa. As autarquias são entidades com personalidade jurídica de direito público. Logo, tais entidades mostram-se adequadas ao exercício do poder de polícia. Além disso, as autarquias são dotadas de prerrogativas de Fazenda Pública, sendo um dos exemplos a execução pelo regime de precatórios, de forma semelhante ao que ocorre com o próprio Estado.

**Letra e.**

---

**071.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRF-4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2025) Lei do Estado X autoriza a instituição de fundação voltada à proteção e defesa do consumidor, com poderes para exercício do poder de polícia relativo ao tema. O Governador do Estado, por meio de Decreto, aprova o Estatuto da referida fundação, que é instituída por meio de escritura pública, registrada no cartório competente. Na situação narrada.

- a) trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, razão pela qual era desnecessário o registro dos atos constitutivos.
- b) o Governador extrapolou o poder regulamentar, pois o Estatuto deveria ser aprovado por Decreto legislativo.

- c) embora seja pessoa jurídica de direito privado, é lícita a delegação legal do exercício de poder de polícia.
- d) somente a União poderia ter tomado tal iniciativa, visto de que se trata de matéria de sua competência exclusiva.
- e) era desnecessária a lei autorizativa, pois se trata de matéria que pode ser regulada por decreto autônomo.



No caso, estamos diante de uma **fundação pública de direito privado**. Isso ocorre na medida em que a constituição da entidade foi autorizada por lei. Posteriormente, a autoridade competente promoveu a instituição da fundação por meio de escritura pública, que foi registrada no cartório competente.

Ainda que seja uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, a fundação é integrante da Administração Indireta. Logo, o STF entende que é lícita a delegação do poder de polícia, **desde que atendidos os requisitos exigidos, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta**.

**STF. Plenário. RE 633782/MG.** É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

#### Letra c.

---

- 072.** (FCC/ATE/SEFAZ-PI/GERAL/2025) A pretensão de criação de uma pessoa jurídica de direito público, com atribuições de formular, executar e disciplinar a política pública ambiental em um estado da federação, podendo, ainda, exercer fiscalização e autuação de infrações em razão de descumprimento da correspondente legislação, permite concluir que:
- a) será necessária edição de lei para criação e disciplina do escopo institucional do ente, cuja natureza jurídica é de autarquia.
  - b) poderá ser escolhido entre uma autarquia de fiscalização e uma empresa pública, ambas que dependem de autorização legislativa para sua instituição.
  - c) deverá ser encaminhada, pelo Executivo, proposta de edição de lei para criação de uma sociedade de economia mista com autonomia funcional, orçamentária e financeira.
  - d) poderá ser instituída uma fundação, única espécie de pessoa jurídica integrante da Administração Pública Indireta para a qual pode ser outorgada titularidade de serviços públicos e delegado poder de polícia.
  - e) poderá ser criada, por lei, uma fundação autárquica, mantendo-se o controle acionário sob a titularidade do ente federado.



No caso, estamos diante da pretensão de criação de uma pessoa jurídica de direito público, com atribuições de formular, executar e disciplinar a política pública ambiental, podendo, ainda, exercer fiscalização e autuação de infrações em razão do descumprimento da correspondente legislação.

Em razão da natureza jurídica de direito público, bem como das atribuições que a entidade desempenhará, estamos diante de uma **autarquia, mais precisamente de uma agência reguladora**. Consequentemente, será necessária a edição de lei para a criação e disciplina do escopo institucional do ente. Logo, está correta a letra a.

Além disso, não poderão ser utilizadas, para o desempenho das atribuições mencionadas, entidades como as empresas públicas e sociedades de economia mista, que possuem personalidade jurídica de direito privado.

De igual forma, não poderá ser utilizada uma fundação autárquica (fundação pública de direito público), haja vista que as fundações não possuem atribuições relacionadas à fiscalização e autuação de infrações em razão do descumprimento da correspondente legislação. Além disso, as fundações não possuem controle acionário, tendo em vista que não são divididas em ações.

**Letra a.**

**073.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-2/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2025) Dada a natureza pública dos seus bens, aplica-se o regime de precatório à generalidade

- a) das organizações sociais.
- b) das associações públicas.
- c) das sociedades de economia mista.
- d) das empresas públicas.
- e) dos conselhos profissionais.



O regime dos precatórios é aplicado à denominada Fazenda Pública, conceito que abrange os entes federativos e as pessoas jurídicas de direito público (autarquias).

Com isso, eliminamos as letras A, C e D, uma vez que as organizações sociais não integram a Administração Pública e as empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.

Ficamos entre as letras B e E, sendo que ambas as alternativas refletem espécies do gênero autarquia.

Contudo, o STF decidiu:

### **JURISPRUDÊNCIA**

**RE 938837/SP.** Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização (exs: CREA, CRM, COREN, CRO) não se submetem ao regime de precatórios.

Sendo assim, os Conselhos Profissionais não estão sujeitos ao regime de precatórios. Com isso, a resposta é a letra b.

**Letra b.**

---

**074.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-1/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2025) Constitui expressão da organização da Administração Pública por meio de descentralização,

- a) a criação, por lei, de autarquia, esta que, dada sua natureza de pessoa jurídica de direito público, goza da prerrogativa de impenhorabilidade de seus bens.
- b) a instituição, por lei, de sociedade de economia mista ou fundação, ambas de direito privado e autorizadas a atuar no domínio econômico com base no princípio da subsidiariedade.
- c) a instituição, mediante autorização legislativa, de empresa pública, dotada de personalidade de direito público e sujeita ao regime de execução mediante precatório.
- d) a criação, por decreto do Chefe do Executivo, de órgãos públicos e do seu quadro de pessoal, dotados de autonomia para o exercício das competências que lhe sejam conferidas.
- e) a outorga, por lei, de permissão ou autorização para o exercício de serviço público, com a transferência da titularidade do serviço ao particular ou entidade da Administração Indireta.



A descentralização, basicamente, implica a criação de uma nova pessoa jurídica, que poderá ser de direito público ou de direito privado e integrará a Administração Pública Indireta.

- a) Certa. A autarquia realmente possui natureza de pessoa jurídica de direito público, além de gozar da prerrogativa de impenhorabilidade de seus bens.
- b) Errada. Apenas as autarquias são instituídas por lei. As demais entidades, por sua vez, são autorizadas por lei específica.
- c) Errada. A empresa pública é dotada de personalidade de direito privado, não estando sujeita ao regime dos precatórios.
- d) Errada. Os órgãos públicos são criados por lei, e não por decreto do Chefe do Poder Executivo.
- e) Errada. A permissão ou a autorização para o exercício de serviço público não implica na transferência da titularidade, mas sim apenas do exercício do serviço público objeto de delegação.

**Letra a.**

---

**075.** (FCC/AGENTE TRIBUTÁRIO/SEFAZ-PI/GERAL/2025) Constituem exemplos de desconcentração e descentralização no âmbito da Administração Pública estadual, respectivamente,

- a) criação de pessoas jurídicas de direito público; criação de pessoas jurídicas com natureza de direito privado, em qualquer dos casos, destinadas ao desempenho das atribuições constitucionais do ente.
- b) criação de órgãos públicos com a correspondente criação de cargos para desempenho das atribuições por servidores; criação de órgãos públicos que prescindam da criação de cargos e empregos para desempenho das atribuições do ente.
- c) instituição de pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública indireta; contratação de prestadores de serviço diretamente pelos órgãos públicos.
- d) organização da Administração em órgãos públicos, hierarquicamente vinculados; criação de órgãos públicos por setor de atuação, sem vinculação hierárquica entre as unidades administrativas que os integram.
- e) criação de secretarias, com natureza jurídica de órgãos públicos, para desempenho das atribuições do ente público; instituição de entidades, com personalidade jurídica própria, às quais será delegado um feixe de atribuições próprio.



Na desconcentração, temos a repartição interna de competências, resultando na criação de órgãos públicos dentro de uma mesma pessoa jurídica.

Na descentralização, temos a criação de novas entidades, que serão pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria (de direito público ou privado) e integrantes da Administração Pública Indireta.

- a) Errada. Ambas as medidas são resultado da descentralização.
- b) Errada. Aqui, as duas medidas são fruto da desconcentração.
- c) Errada. As situações elencadas são exemplos de descentralização.
- d) Errada. Ambas as situações implicam a criação de órgãos públicos, ou seja, na desconcentração.
- e) Certa. A criação de secretarias, com natureza jurídica de órgãos públicos, resulta da desconcentração. Já a instituição de entidades, com personalidade jurídica própria, é fruto da descentralização.

**Letra e.**

---

**076.** (FCC/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/CETESB/2024) A Administração Pública, responsável pelo desempenho das funções executivas do Estado, tem estrutura hierarquizada, organizada



- a) por órgãos, na Administração Pública Direta, aos quais podem estar subordinados outros órgãos da mesma estrutura.
- b) entre pessoas jurídicas, subordinadas umas às outras ou não e todas integrantes da Administração Pública Indireta.
- c) por órgãos com personalidade jurídica própria, como ministérios ou secretarias de estado, conforme o ente federativo de que se trate.
- d) entre Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta, esta última composta pelos ministérios, autarquias e fundações.
- e) por órgãos e pessoas jurídicas, estas que não contam com órgãos em suas estruturas, porque têm personalidade jurídica própria.



Observe que o enunciado menciona que a Administração Pública “tem estrutura hierarquizada”. Neste caso, há hierarquia apenas no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, e não, por exemplo, entre a Administração Direta e a Administração Indireta.

- a) Certa. Os órgãos são repartições internas de competência, integrando uma mesma pessoa jurídica e estando hierarquicamente estruturados.
- b) Errada. Não há hierarquia entre as pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta.
- c) Errada. Os Ministérios e as Secretarias de Estado não possuem personalidade jurídica própria, uma vez que são órgãos integrantes de uma pessoa jurídica maior.
- d) Errada. Não há hierarquia entre a Administração Pública Direta e a Administração Pública Indireta.
- e) Errada. As pessoas jurídicas, ainda que tenham personalidade jurídica própria, contam com repartições internas para o melhor desempenho de suas atribuições. Tais repartições são denominadas órgãos públicos.

**Letra a.**

---

**077.** (FCC/AGENTE DE APOIO/MPE-AM/ADMINISTRATIVO/2024) A autarquia pertence à Administração Pública

- a) central, executando serviços básicos à população.
- b) independente, relacionada ao terceiro setor.
- c) direta e designa uma espécie de desconcentração por serviços.
- d) indireta e designa uma espécie de descentralização por serviços.
- e) fundacional, exigindo-se criação por lei.



A autarquia é uma entidade administrativa que pertence à Administração Pública Indireta e designa uma espécie de descentralização por serviços. Com a descentralização, temos a criação de entidades da Administração Indireta.

**Letra d.**

---

**078.** (FCC/AGENTE DE APOIO/MPE-AM/ADMINISTRATIVO/2024) Acerca da organização da Administração Pública, são pessoas jurídicas de direito público da Administração Indireta

- a) os serviços sociais autônomos.
- b) as agências reguladoras.
- c) as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público.
- d) a União, Estados e Municípios.
- e) as empresas públicas e as sociedades de economia mista.



Dentre as opções elencadas, apenas a Letra B reflete um exemplo de pessoa jurídica de direito público da Administração Indireta. As agências reguladoras são, na verdade, **autarquias de regime especial**. E as autarquias, como é sabido, são pessoas jurídicas de direito público. Os serviços sociais autônomos (Letra A), as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público (Letra C) não integram a Administração Pública. As empresas públicas e as sociedades de economia mista (Letra E) são pessoas jurídicas de direito privado.

A União, os Estados e os Municípios (Letra D), por sua vez, são entes da Administração Direta.

**Letra b.**

---

**079.** (FCC/AGENTE TÉCNICO/MPE-AM/ADMINISTRADOR/2024) Um dos principais objetivos do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) é a execução das políticas públicas de educação profissional. Como forma de descentralização da Administração Pública, este órgão caracteriza-se por ser um serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, voltado para executar funções típicas do Estado. Sendo assim, o CETAM enquadra-se na Administração Pública Indireta como

- a) Sociedade de economia mista.
- b) Fundação privada.
- c) Empresa pública.
- d) Autarquia.
- e) Fundação pública.



Com base no enunciado, conseguimos verificar que estamos diante de um serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, voltado para **executar funções típicas do Estado**. Logo, a descrição pode estar relacionada apenas a uma **autarquia**.

**Letra d.**

---

**080.** (FCC/TÉCNICO JUDICIÁRIO/TRT-18/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023)

A criação de empresa pública para atuar em regime de competição no mercado com empresas privadas

- a) não encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico, admitindo-se, em tais casos, a criação de sociedade de economia mista com participação pública minoritária.
- b) pressupõe imperativo de segurança nacional ou relevante interesse coletivo e demanda prévia autorização legislativa.
- c) é inconstitucional, somente sendo autorizada a atuação empresária do Estado para prestação de serviços públicos.
- d) somente é viável em caráter excepcional, sendo a empresa criada por lei específica, derogatória do regime de direito privado.
- e) não é juridicamente viável, eis que a intervenção direta do Estado no domínio econômico somente é admissível em regime de monopólio ou em setores regulados.



Conforme previsão constitucional, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado (que ocorrerá por meio das empresas estatais) pressupõe imperativo de segurança nacional ou relevante interesse coletivo. Tal situação demanda a prévia autorização legislativa.

**Art. 173.** Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

**Letra b.**

---

**081.** (FCC/ASSISTENTE TD/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022)

Considerando a organização administrativa de um ente federativo, no contexto da Administração indireta, a distribuição de competências de uma para outra pessoa física ou jurídica corresponde à

- a) divisão organizacional.
- b) desconcentração.

- c) concentração.
- d) centralização.
- e) descentralização.



A distribuição de competências de uma pessoa física ou jurídica para outra corresponde à descentralização, dando ensejo, a depender da modalidade, à criação das entidades da Administração Indireta.

**Letra e.**

**082.** (FCC/ASSISTENTE LEGISLATIVO/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2020) A amplitude da Administração pública considera dois grupos de instituições, que são classificados em Administração direta e indireta. Considera-se Administração Direta,

- a) as Fundações públicas.
- b) as Autarquias.
- c) as Empresas públicas.
- d) as Sociedades de Economia mista.
- e) a Casa Civil.



Apenas a letra E retrata um exemplo de órgão que faz parte da Administração Direta. Nas demais alternativas, estamos diante de entidades da Administração Indireta.

**Letra e.**

**083.** (FCC/ANALISTA LEGISLATIVO/ALAP/ATIVIDADE LEGISLATIVA/ASSESSOR JURÍDICO LEGISLATIVO/2020) A organização administrativa pode implicar desconcentração e descentralização. A criação de empresas estatais

- a) indica a desconcentração da organização administrativa, que se caracteriza pela criação de pessoas jurídicas com competências próprias.
- b) é expressão da descentralização administrativa, que implica a criação de pessoas jurídicas com atribuições previstas em lei e em seus atos constitutivos.
- c) e de outras pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito público configura forma híbrida de organização administrativa.
- d) depende da edição de lei instituidora dos entes, da qual também deverão constar as competências próprias atribuídas a essas pessoas jurídicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado ou de direito público.
- e) difere da instituição de autarquias e fundações, pessoas jurídicas que expressam a desconcentração da Administração pública.



- a) Errada. A criação de entidades da Administração Indireta é resultado do processo de descentralização, e não de desconcentração.
- b) Certa. Com a descentralização, temos a possibilidade de criação das entidades da Administração Indireta. As empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista) são exemplos dessas entidades.
- c) Errada. A natureza híbrida ocorre apenas em relação a algumas empresas estatais, ou seja, pessoas jurídicas de direito privado. No caso das pessoas jurídicas de direito público (como as autarquias), a natureza híbrida não existe.
- d) Errada. As empresas estatais são criadas mediante autorização em lei específica. No caso das autarquias (pessoas jurídicas de direito público), a criação ocorre diretamente com a edição da lei.
- e) Errada. As autarquias e as fundações, por integrarem a Administração Indireta, são resultado da descentralização (e não da desconcentração) administrativa.

**Letra b.**

---

**084.** (FCC/TM/MPE-PB/SEM ESPECIALIDADE/2023) Integra a Administração indireta, no direito positivo brasileiro,

- a) organização da sociedade civil de interesse público, que é a pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão para desempenhar serviço público de natureza social.
- b) empresa pública, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- c) fundação instituída pelo Poder Público, que é o patrimônio exclusivamente público, dotado de personalidade jurídica de direito privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades na ordem social, com capacidade de autoadministração, e mediante controle da Administração Pública.
- d) serviço social autônomo, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com criação autorizada por lei, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sendo mantido por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.
- e) sociedade de economia mista, que é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria a qualquer ente federado ou à entidade da Administração indireta.



- a) Errada. As OSCIPs não integram a Administração Pública Indireta, fazendo parte do denominado terceiro setor.
- b) Errada. A empresa pública é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado.
- c) Errada. A questão não menciona se estamos diante de uma fundação pública de direito público ou privado. Logo, é incorreto afirmar, de forma genérica, que o patrimônio será exclusivamente público. A professora Di Pietro, por exemplo, afirma que *"pode-se definir a fundação instituída pelo poder público como o patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado na ordem social, com capacidade de autoadministração e mediante controle da administração pública, nos limites da lei."*
- d) Errada. O serviço social autônomo integra o terceiro setor, e não a estrutura da Administração Pública.
- e) Certa. Aqui, temos a perfeita definição acerca da sociedade de economia mista, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, e cujas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, ao Poder Público (qualquer ente federado ou entidade da Administração Indireta).

**Letra e.**

**085.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-14/ADMINISTRATIVA/2022) Os Ministérios são exemplos de órgãos públicos

- a) detentores de autonomia administrativa e técnica, exceto financeira.
- b) com personalidade jurídica própria.
- c) integrantes da cúpula da Administração Federal, subordinados diretamente à Chefia do Poder Executivo.
- d) que, quanto à posição estatal, classificam-se em órgãos públicos independentes.
- e) denominados entidades da estrutura da Administração pública indireta.



Os ministérios são órgãos públicos integrantes da cúpula da Administração Federal, diretamente subordinados, por consequência, à chefia do Poder Executivo. Por isso mesmo, a letra C é a resposta da questão.

- a) Errada. Por integrarem a cúpula da Administração Pública, os Ministérios possuem ampla autonomia administrativa, técnica e financeira.
- b) Errada. Os Ministérios são órgãos públicos, fruto da desconcentração. Logo, tais órgãos não possuem personalidade jurídica própria, integrando a estrutura do ente federativo ao qual pertencem (no caso, a União).

d) Errada. Quanto à posição estatal, os Ministérios estão classificados como órgãos públicos autônomos.

e) Errada. No caso, os Ministérios são parte da estrutura da Administração Direta. A Administração Indireta é taxativamente composta pelas seguintes entidades: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.

**Letra c.**

---

**086.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-5/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022) São exemplos de integrantes da Administração direta e da Administração indireta, respectivamente:

- a) o Gabinete da Casa Civil e a Defensoria Pública da União.
- b) os Correios e o Banco do Brasil.
- c) o Ministério da Economia e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
- d) o Tribunal Superior do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- e) a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) e o Ministério do Trabalho e Previdência.



A única alternativa que apresenta, respectivamente, um órgão da Administração Direta e uma entidade da Administração Indireta é a letra c. Assim, ao passo que o Ministério da Economia é um órgão público (integrante da Administração Direta da União), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é uma fundação pública integrante da Administração Indireta.

**Letra c.**

---

**087.** (FCC/ANALISTA/DETRAN-AP/GESTÃO EM TRÂNSITO/2022) Acerca da organização do Estado, integra a Administração Pública Direta a

- a) secretaria Estadual.
- b) empresa Pública.
- c) sociedade de Economia Mista.
- d) autarquia.
- e) fundação Pública.



Somente na Letra A não temos uma entidade integrante da Administração Indireta, que é formada pelas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações. Na Letra A, por outro lado, estamos diante de um órgão público integrante da Administração Direta do Estado.

**Letra a.**

---

**088.** (FCC/TÉCNICO GP/PGE-AM/CONTABILIDADE/2022) No processo de modernização do Estado, uma das medidas preconizadas pelo Governo foi a da criação de um grupo especial de....I.... a que se convencionou denominar de agências, cujo objetivo institucional consiste na função de controle de pessoas privadas incumbidas da prestação de serviços públicos, em regra sob a forma de concessão ou permissão, e também na de intervenção estatal no domínio econômico, quando necessário para evitar abusos nesse campo, perpetrados por pessoas da iniciativa privada.

(CARVALHO FILHO. Manual de Direito Administrativo, 34. ed., item 8.1)

Preenche corretamente a lacuna I:

- a) empresas
- b) órgãos
- c) fundações
- d) paraestatais
- e) autarquias



A lacuna deve ser preenchida com a letra E (autarquias). Isso ocorre na medida em que a definição da questão é a de agências reguladoras, ou seja, autarquias em regime especial constituídas com a finalidade de regular e controlar determinados setores da economia.

**Letra e.**

-----

**089.** (FCC/AJ/TRT-4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022) Sobre a organização administrativa do Estado, é correto afirmar:

- a) Empresa pública é uma pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração indireta, instituída pelo poder público, mediante autorização de lei específica, sob a forma de sociedade anônima, com participação obrigatória de capital privado e público.
- b) As autarquias são entidades administrativas autônomas, criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e atribuições estatais determinadas.
- c) Sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração indireta, instituída pelo poder público, mediante autorização de lei específica, sob qualquer forma jurídica e com capital exclusivamente público.
- d) Fundação pública é uma pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica.



e) Agências executivas são autarquias sob regime especial, com alto grau de especialização técnica, integrantes da estrutura formal da Administração pública, com a função de regular um setor específico de atividade econômica ou um determinado serviço público, ou de intervir em certas relações jurídicas decorrentes dessas atividades.



- a) Errada. Na empresa pública, o capital é totalmente público. Além disso, a entidade pode ser constituída sob qualquer forma jurídica admitida pelo direito, e não necessariamente sob a forma de sociedade anônima.
- b) Certa. Assim como afirmado, as autarquias são entidades administrativas autônomas, criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e atribuições estatais determinadas. Com as autarquias, a atuação ocorre de forma semelhante à atuação do Estado.
- c) Errada. A sociedade de economia mista deve obrigatoriamente ser constituída sob a forma de sociedade anônima (S/A). Além disso, o capital da entidade deve, obrigatoriamente, ser público e privado.
- d) Errada. A definição apresentada não é a de fundação pública, mas sim a de consórcios públicos.
- e) Errada. A alternativa apresenta a definição de agências reguladoras, e não de agências executivas.

**Letra b.**

-----

**090.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TJ-CE/CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO/INFRAESTRUTURA DE TI/2022) A questão a seguir refere-se ao Conteúdo Programático de Noções de Direito Administrativo.

A constituição, por um ente da federação, de uma pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviços públicos, cujos funcionários estão sujeitos ao regime de trabalho celetista, contratados mediante prévio concurso público, consubstancia-se em uma

- a) sociedade de economia mista, cuja criação é autorizada por lei, da qual devem constar os objetivos de atuação da pessoa jurídica, o que não dispensa o procedimento regular de instituição das sociedades por ações.
- b) autarquia prestadora de serviços públicos, hipótese em que, embora sujeita ao regime jurídico de direito privado, sofre inferências dos princípios de direito público.
- c) empresa pública, que admite a composição entre capital público e privado, mas não prescinde de manter o controle acionário sob poder do ente público que a criou por meio da edição de lei.

- d) fundação pública, na qual, embora o capital social seja majoritariamente público, apresenta relevante participação privada na gestão do escopo da pessoa jurídica.
- e) autarquia fundacional, única pessoa jurídica de direito privado à qual pode ser transferida a titularidade do serviço público que presta.



A pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviços públicos, cujos funcionários estão sujeitos ao regime de trabalho celetista e foram contratados mediante prévio concurso público, refere-se à definição de empresa pública ou de sociedade de economia mista. Com isso, ficamos entre as Letras A e C.

Na Letra C, o erro está em afirmar que, na composição das empresas estatais, o capital deve ser público e privado. Em sentido oposto, o capital das empresas públicas deve ser totalmente público.

A Letra A, por sua vez, apresenta a definição correta de sociedade de economia mista.

**Letra a.**

**091.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TJ-CE/CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO/SISTEMAS DA INFORMAÇÃO/2022) A questão a seguir refere-se ao conteúdo Programático de Noções de Direito Administrativo.

No que concerne à organização administrativa, tem-se que a denominada Administração Pública Indireta

- a) é formada pelas autarquias, fundações de direito público e empresas públicas, todas sujeitas ao regime publicístico, não englobando entidades governamentais de direito privado, como fundações de apoio e sociedades de economia mista.
- b) é expressão da distribuição de competências entre órgãos, decorrente do fenômeno da desconcentração.
- c) constitui uma forma de especialização da atuação da Administração, com a criação de entes dotados de relativa autonomia, porém destituídos de personalidade jurídica própria.
- d) corresponde à estrutura resultante da transferência de atribuições originárias da Administração pública para o setor privado, mediante convênios, contratos de gestão ou outros vínculos de colaboração.
- e) é integrada por entidades com personalidade jurídica própria, que pode ser de direito público ou privado, distintas do ente central, sendo expressão da descentralização administrativa.



- a) Errada. As sociedades de economia mista integram, diferentemente do que afirmado, a Administração Pública Indireta.

- b) Errada. A Administração Indireta é formada por entidades administrativas que são resultantes do processo de descentralização.
- c) Errada. Todas as entidades da Administração Indireta possuem personalidade jurídica própria.
- d) Errada. O contrato de gestão e demais vínculos de colaboração são utilizados entre o Poder Público e as entidades não integrantes da Administração Pública.
- e) Certa. A Administração Indireta é integrada por entidades com personalidade jurídica própria, que pode ser de direito público ou de direito privado. Tais entidades são as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista. A constituição de tais entidades é expressão da descentralização administrativa.

**Letra e.**

-----

**092.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-5/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022) É exemplo de Autarquia Federal

- a) o Tribunal Regional do Trabalho da 5a Região (TRT-5).
- b) o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- c) o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).
- d) a Controladoria-Geral da União (CGU).
- e) o Departamento de Polícia Federal.



Dentre as opções elencadas, apenas a letra B (INSS) refere-se a uma autarquia integrante da Administração Pública Federal. Nas letras A, D e E, estamos diante de órgãos públicos integrantes da Administração Direta. Na letra C, por sua vez, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é uma empresa pública.

**Letra b.**

-----

**093.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-5/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022) Considere:

- I – Empresa Pública é pessoa jurídica de direito público e sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado na qual há participação do Poder Público na sua gestão e organização.
- II – As fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público integram a Administração Pública Indireta, seja federal, estadual ou municipal.
- III – A autarquia é pessoa jurídica de direito privado; a fundação pode ser de direito público ou privado.

Com relação às entidades da Administração Indireta, é correto o que se afirma APENAS em

- a) III.
- b) I e II.
- c) I.
- d) II.
- e) II e III.



I – Errada. Tanto a empresa pública quanto a sociedade de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, e não de direito público.

II – Certa. As fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, independentemente do ente que as constituiu, integram, conforme afirmado, a respectiva Administração Pública Indireta.

III – Errada. A autarquia é pessoa jurídica de direito público, e não de direito privado.

**Letra d.**

**094.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT-5/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022) Suponha que o Estado pretenda atuar diretamente em determinado setor da economia, em regime de competição, mediante a criação de uma nova entidade integrante da Administração indireta. Considerando o regime estabelecido na Constituição Federal, para atingir os fins colimados poderá instituir

- a) sociedade de economia mista, mediante prévia autorização legislativa, desde que identificado relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional que justifique a instituição da referida pessoa jurídica de direito privado.
- b) empresa pública, criada por lei como expressão de desconcentração administrativa, desde que tal atividade seja considerada serviço público ou de interesse público.
- c) autarquia, sujeita a regime privado, à qual poderá ser delegada atividade de titularidade ou interesse do ente instituidor, com base no princípio da especialização.
- d) consórcio de direito privado, mediante lei específica, com o qual poderá ser celebrado contrato de concessão para atuação em atividade econômica de interesse público comum.
- e) organização social, mediante procedimento de qualificação e subsequente celebração de contrato de gestão, a partir do qual referida entidade do terceiro setor passa a integrar a administração indireta.



Caso o Estado pretenda atuar diretamente em determinado setor da economia, em regime de competição, mediante a criação de uma nova entidade integrante da Administração Indireta, deverá ocorrer a constituição de uma empresa pública ou de uma sociedade de economia mista. Assim, ficamos entre as letras A e B.

Na Letra B, a empresa pública é criada por meio da descentralização administrativa e não da desconcentração, que é responsável pela criação dos órgãos públicos.

Na Letra A, temos a correta definição da sociedade de economia mista. Além disso, a alternativa apresenta os requisitos necessários para que o Estado possa explorar diretamente a atividade econômica, conforme previsão da Constituição Federal.

**Art. 173.** Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

#### Letra a.

---

**095.** (FCC/ANA JD/DPE-AM/CIÊNCIAS JURÍDICAS/2022) A autarquia é

- a) pessoa jurídica de direito público interno, pertencente à Administração Pública Indireta.
- b) pessoa jurídica de direito privado, pertencente à Administração Pública Indireta.
- c) pessoa jurídica de direito público interno, pertencente à Administração Pública Direta.
- d) órgão desconcentrado da Administração Pública Direta.
- e) órgão desconcentrado da Administração Pública Indireta.



A autarquia não é um órgão público, mas sim uma entidade administrativa integrante da Administração Indireta. Além disso, devemos saber que a autarquia é uma pessoa jurídica de direito público interno.

Com tais informações, é possível inferir que a Letra A é a alternativa que apresenta corretamente as características da autarquia.

#### Letra a.

---

**096.** (FCC/ASSISTENTE TD/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022) São características das autarquias, a

- a) criação por lei, capacidade de autoadministração e especialização dos fins ou atividades.
- b) personalidade jurídica privada, capacidade de autodeterminação e não sujeição a controle ou tutela.
- c) criação por lei, não sujeição a controle ou tutela e personalidade jurídica de direito privado.
- d) especialização dos fins e atividades, sem capacidade de autodeterminação e sujeição a tutela e controle.
- e) sujeição a controle e tutela, criação independente de lei, personalidade jurídica de direito público.



- a) Certa. As autarquias são criadas por meio de lei, possuem capacidade de autoadministração e especialização dos fins ou atividades desempenhadas.
- b) Errada. As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público, e não de direito privado.
- c) Errada. Além de possuírem personalidade jurídica de direito público, as autarquias, assim como as demais entidades da Administração Indireta, estão sujeitas ao controle ou à tutela.
- d) Errada. As autarquias possuem capacidade de autodeterminação, estando sujeitas, diferente do que foi afirmado, à tutela e ao controle finalístico.
- e) Errada. A criação das autarquias ocorre por meio da edição de uma lei específica.

**Letra a.**

---

**097.** (FCC/ASSISTENTE TD/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022) Considere que o Estado do Amazonas repartiu suas atribuições de fiscalização sanitária entre diversos órgãos públicos pertencentes à mesma pessoa jurídica, mantendo a vinculação hierárquica àquela unidade federativa estadual. No presente caso, trata-se de um exemplo de

- a) avocação administrativa.
- b) descentralização administrativa.
- c) centralização administrativa.
- d) concentração administrativa.
- e) desconcentração administrativa.



A repartição interna de atribuições ou competências entre diversos órgãos públicos pertencentes à mesma pessoa jurídica, mantendo, com isso, a vinculação hierárquica à unidade federativa estadual, implica a criação de um novo órgão público. Neste contexto, o processo utilizado é o da desconcentração administrativa.

**Letra e.**

---

**098.** (FCC/AUXILIAR FISCAL AG/AGED-MA/2018) Suponha que o Estado do Maranhão pretenda criar uma entidade integrante da Administração pública indireta, com personalidade jurídica própria, sujeita ao regime jurídico de direito público, para atuar no setor do agronegócio. Para atingir tal escopo, poderá se valer da instituição de

- a) um conselho consultivo.
- b) uma empresa pública.
- c) uma autarquia.
- d) uma organização social.
- e) uma sociedade de economia mista.



Dentre as alternativas, a organização social (Letra D) e o conselho consultivo (Letra A) não fazem parte da Administração Pública. As empresas públicas (Letra B) e as sociedades de economia mista (Letra E) são pessoas jurídicas de direito privado.

Assim, a única entidade que atende aos requisitos informados na questão é a autarquia (Letra C).

**Letra c.**

---

**099.** (FCC/TÉCNICO LEGISLATIVO/ALESE/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2018) Considere:

I – Desempenham serviço público descentralizado.

II – Sujeitam-se a controle administrativo exercido nos limites da lei.

III – Respondem diretamente pelos seus atos, ou seja, apenas no caso de exaustão de seus recursos é que irromperá responsabilidade do Estado.

IV – Não detêm capacidade de autoadministração, haja vista que tal função é considerada exclusiva do Estado.

No que concerne às características das autarquias, está correto o que consta em

a) I, II, III e IV.

b) I, II e IV, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III, apenas.

e) III e IV, apenas.



I – Certa. As autarquias desempenham um serviço público descentralizado, passando, com a descentralização, a integrar a Administração Indireta.

II – Certa. Assim como ocorre com as demais entidades da Administração Indireta, as autarquias estão sujeitas ao controle administrativo da Administração Pública, que deve, por sua vez, ser exercido dentro dos limites legais.

III – Certa. As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público, sendo responsáveis diretamente pelos atos que cometerem. Logo, em caso de dano, caberá à autarquia indenizar o particular lesado. No entanto, na específica situação em que a autarquia não possuir condições de arcar com a responsabilidade, deverá o Estado responder, subsidiariamente, pelos danos causados.

IV – Errada. As autarquias possuem, ao contrário do que foi afirmado, capacidade de autoadministração.

**Letra d.**

---

**100.** (FCC/TÉCNICO LEGISLATIVO/ALESE/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2018) Considere: Y é empresa pública federal e Z é sociedade de economia mista, também de âmbito federal. Levando em conta as características de tais entidades,

- a) ambas poderão revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- b) Y deve, obrigatoriamente, estar estruturada sob a forma de sociedade anônima.
- c) ambas admitem a presença de pessoas da iniciativa privada em seu capital.
- d) apenas a empresa Y apresenta a característica da vinculação aos fins definidos na lei instituidora.
- e) o capital de Z poderá ser formado da conjugação de recursos oriundos das pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas, de um lado, e de recursos da iniciativa privada, de outro.



As principais diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista podem ser visualizadas de forma mais clara por meio do gráfico a seguir:

| <b>Empresa pública</b>                                   | <b>Sociedade de Economia Mista</b>                        |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| Totalidade do capital público                            | Capital público e privado                                 |
| Qualquer forma de organização societária                 | Obrigatoriamente S/A                                      |
| Causas de entidades federais julgadas na Justiça Federal | Causas de entidades federais julgadas na Justiça estadual |

- a) Errada. Apenas as empresas públicas podem se revestir de todas as formas admitidas em direito. As sociedades de economia mista, diversamente, devem adotar a forma de sociedade anônima (S/A).
- b) Errada. A empresa pública em questão não necessita, obrigatoriamente, adotar a forma de sociedade anônima, podendo, conforme já afirmado, fazer uso de qualquer forma de organização societária.
- c) Errada. Nas empresas públicas, o capital é totalmente público, sem a possibilidade de capital privado.
- d) Errada. Como ambas as entidades integram a Administração Pública, são elas fruto da especialização, estando, assim, vinculadas aos fins definidos na lei instituidora.
- e) Certa. As sociedades de economia mista, diferente do que ocorre com as empresas públicas, têm o seu capital formado por recursos públicos e privados. Logo, o capital poderá ser formado pela conjugação de recursos oriundos das pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas, desde que tenhamos, também, capital privado na formação.

**Letra e.**



- 101.** (FCC/TÉCNICO LEGISLATIVO/ALESE/TAQUIGRAFIA/2018) Integram a Administração pública indireta, dentre outros, as empresas públicas e sociedades de economia mista que
- a) são criadas por lei, sob regime de direito privado, para explorar atividade econômica de produção ou comercialização de bens, não para exploração de serviços públicos, pois estes exigem regime jurídico administrativo.
  - b) têm a criação autorizada por lei específica, personalidade jurídica de direito privado, podendo ambas explorar atividade econômica ou prestar serviços públicos.
  - c) têm a criação autorizada por lei, sendo a empresa pública instituída para exploração de serviços públicos e a sociedade de economia mista para exploração de atividade econômica.
  - d) são criadas por lei, sob o regime de direito administrativo, pois ambas podem prestar serviço público em regime de exclusividade ou não.
  - e) são criadas por seus estatutos jurídicos, independentemente de lei autorizativa, para explorar atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou prestação de serviços, ainda que o exercício econômico esteja sujeito ao regime de monopólio da União.



As empresas públicas e as sociedades de economia mista não são criadas diretamente por lei, mas sim autorizadas por meio de lei específica (com isso, eliminamos as Letras A e D). Para a criação, há a necessidade de uma lei autorizativa, ao contrário do que informa a Letra e. Ambas as entidades (EP e SEM) têm a sua criação autorizada por lei, sendo que, após a criação, as entidades poderão explorar a atividade econômica ou serem prestadoras de serviços públicos (Letra B).

O erro da Letra C está em afirmar que cada uma das entidades apenas poderá desempenhar a exploração de atividade econômica ou a prestação de serviços públicos.

#### **Letra b.**

---

- 102.** (FCC/PROCURADOR/PGE-AP/2018) No tocante às regras típicas do regime jurídico administrativo, é sabido que nem todas se aplicam às empresas estatais – assim consideradas as empresas públicas e as sociedades de economia mista –, em vista da natureza jurídica de direito privado que tais entidades ostentam. Todavia, toda empresa estatal deve observar
- a) o regime de precatórios para pagamento de suas dívidas.
  - b) a necessidade de autorização legislativa para alienação de bens imóveis de seu patrimônio.
  - c) os limites constantes do art. 37, XI, da Constituição Federal, no pagamento da remuneração de seus empregados.
  - d) a vedação constitucional à acumulação de cargos, empregos e funções públicas.
  - e) o regime de licitações da Lei n. 8.666/1993.



- a) Errada. O entendimento majoritário é de que apenas as empresas públicas prestadoras de serviços públicos que não estejam sob o regime da concorrência poderão fazer uso do regime dos precatórios.
- b) Errada. Os bens das empresas públicas são considerados bens privados, com a ressalva de que, quando estiverem sendo utilizados em uma atividade considerada essencial à coletividade, passarão a ter prerrogativas atribuídas aos bens públicos. Logo, a regra geral é a desnecessidade de autorização legislativa para a alienação dos seus bens.
- c) Errada. O dever de observar o teto remuneratório para a remuneração dos seus empregados apenas ocorre com relação às empresas públicas que recebam recursos do Poder Público para o pagamento de suas despesas de pessoal ou custeio em geral.
- d) Certa. Ainda que sejam pessoas jurídicas de direito privado, devem as empresas públicas, assim como acontece com as demais entidades da Administração Indireta, observar a regra da vedação constitucional à acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

e) Errada. As empresas públicas devem obedecer as normas de licitação e contrato administrativo no que se refere às suas atividades meio. No entanto, com a entrada em vigor da Lei n. 13.303/2016 (Lei das Estatais), esta passou a ser a norma a ser observada, de forma preponderante, nas licitações e contratos destas entidades.

**Letra d.**

---

**103.** (FCC/ANALISTA JUDICIÁRIO/TRE-SP/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017) A Administração pública, quando se organiza de forma descentralizada, contempla a criação de pessoas jurídicas, com competências próprias, que desempenham funções originariamente de atribuição da Administração direta. Essas pessoas jurídicas,

- a) quando constituídas sob a forma de autarquias, podem ter natureza jurídica de direito público ou privado, podendo prestar serviços públicos com os mesmos poderes e prerrogativas que a Administração direta.
- b) podem ter natureza jurídica de direito privado ou público, mas não estão habilitadas a desempenhar os poderes típicos da Administração direta.

- c) desempenham todos os poderes atribuídos à Administração direta, à exceção do poder de polícia, em qualquer de suas vertentes, privativo da Administração direta, por envolver limitação de direitos individuais.
- d) quando constituídas sob a forma de autarquias, possuem natureza jurídica de direito público, podendo exercer poder de polícia na forma e limites que lhe tiverem sido atribuídos pela lei de criação.
- e) terão natureza jurídica de direito privado quando se tratar de empresas estatais, mas seus bens estão sujeitos a regime jurídico de direito público, o que também se aplica no que concerne aos poderes da Administração, que desempenham integralmente, especialmente poder de polícia.



- a) Errada. Quando constituídas sob a forma de autarquias, as entidades apenas poderão ter natureza jurídica de direito público.
- b) Errada. As entidades que integram a Administração Indireta podem, conforme afirmado, ter natureza jurídica de direito privado (como uma empresa pública) ou pública (autarquia). No entanto, algumas entidades podem, sim, desempenhar poderes típicos da Administração Direta, como o poder de polícia. Dentre essas entidades, podemos citar as autarquias.
- c) Errada. O poder de polícia não é privativo da Administração Direta, podendo ser exercido, por exemplo, pelas autarquias.
- d) Certa. As autarquias, por possuírem personalidade jurídica de direito público, podem exercer o poder de polícia. Tal poder deve ser exercido dentro dos limites estabelecidos na lei de criação da entidade.
- e) Errada. O entendimento majoritário é de que as entidades de direito privado da Administração Indireta não podem fazer uso do poder de polícia.

**Letra d.**

---

**104.** (FCC/TRT-MT/ANALISTA JUDICIÁRIO/2016) Determinada autarquia do Estado do Mato Grosso foi condenada a pagar indenização a um de seus servidores. Após a condenação, utilizou-se do prazo em quádruplo para recorrer, e, na fase de execução da condenação, alegou a impossibilidade de arcar com a indenização por não ter patrimônio próprio. A propósito dos fatos,

- a) incorreto o prazo recursal, que é em dobro para recorrer, bem como o fundamento do patrimônio, pois a autarquia tem patrimônio próprio.
- b) correto tanto o prazo recursal, como o argumento relativo ao patrimônio.
- c) correto o prazo recursal, mas incorreto o fundamento do patrimônio, pois a autarquia tem patrimônio próprio.

d) incorreto o prazo recursal, que, na hipótese, é prazo simples, mas correto o fundamento do patrimônio.

e) incorreto o prazo recursal, que, na hipótese, é em dobro, mas correto o fundamento do patrimônio.



As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, consideradas uma extensão do Estado e possuindo as mesmas prerrogativas processuais que a Fazenda Pública.

Por possuir personalidade jurídica, as autarquias têm patrimônio próprio. Como são uma extensão do Estado, possuem prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais. Logo, estão errados os argumentos utilizados pela autarquia (ausência de patrimônio próprio e prazo para recorrer).

**Letra a.**

---

**105.** (FCC/AFPE/SEFAZ-PI/2015) Considere as seguintes afirmações sobre Administração Direta e Indireta:

I – Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, que desempenham serviço público descentralizado, com capacidade de autoadministração.

II – Sociedades de economia mista submetem-se ao regime jurídico de direito público e têm por objeto, exclusivamente, o exercício de atividade econômica em regime de competição no mercado.

III – Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado que podem desempenhar apenas serviços públicos ou atividade econômica em regime de monopólio.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III.

b) II e III.

c) III.

d) II.

e) I.



I – Certa. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, sendo consideradas uma extensão das atividades do próprio Estado. Como consequência, possuem capacidade de autoadministração.

II – Errada. As sociedades de economia mista podem tanto ser prestadoras de serviços públicos (sendo regidas pelo direito público) quanto exploradoras de atividades econômicas (sendo regidas pelo direito privado).

III – Errada. As empresas públicas, assim como as sociedades de economia mista, podem desempenhar atividades ligadas aos serviços públicos ou à exploração de atividades econômicas. Embora possam exercer o monopólio (tal como ocorre com os Correios), elas ainda podem disputar o mercado com as demais empresas privadas.

**Letra e.**

---

**106.** (FCC/PROCURADOR/PREF. TERESINA/2022) Considere o seguinte enunciado, referente a decisão do STF em regime de repercussão geral:

A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica privada prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima passiva o autor do ato.

*(RE 1.027.633, voto do rel. min. Marco Aurélio, j. 14-8-2019, P, DJE de 6-12-2019, Tema n. 940)*

Tal decisão é calcada em explicação teórica sobre a relação entre o Estado e seus agentes, qual seja, a teoria

- a) do mandato.
- b) da representação.
- c) do funcionário de fato.
- d) do órgão.
- e) da interposta pessoa.



Na medida em que o julgado determina que a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica privada prestadora de serviço público, e não contra o servidor público responsável pelo ato causador do dano, o que se evidencia é a teoria do órgão. De acordo com essa teoria, que é a utilizada em nosso ordenamento jurídico, as ações do agente público devem ser consideradas como praticadas pelo órgão no qual o particular está inserido.

**Letra d.**

---

**107.** (FCC/AGAAS/PREF. RECIFE/2022) As principais diferenças entre as sociedades de economia mista e as empresas públicas são

- a) a forma de organização e a composição do capital.
- b) criação e extinção autorizadas por lei.
- c) personalidade jurídica de direito privado e sujeição ao controle estatal.
- d) desempenho de atividade jurídica de natureza econômica e personalidade jurídica de direito privado.
- e) sujeição ao controle estatal e criação autorizadas por lei.



Duas das principais diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista são a forma de organização e a composição do capital.

Em relação à forma de organização, as sociedades de economia mista podem ser constituídas apenas sob a forma de sociedade anônima. As empresas públicas, por sua vez, podem adotar todas as formas jurídicas admitidas pelo direito.

No que se refere à composição do capital, as empresas públicas possuem capital totalmente público. As sociedades de economia mista, por sua vez, possuem capital público e privado, sendo a maioria do capital público.

**Letra a.**

---

**108.** (FCC/TÉCNICO GP/PGE-AM/ADMINISTRAÇÃO/2022) No que concerne à organização da Administração Pública, tem-se que as entidades integrantes da denominada Administração indireta

- a) são instituídas como forma de descentralização administrativa, caracterizando-se como pessoas jurídicas de direito privado ou de direito público, neste último caso, a exemplo das autarquias.
- b) possuem personalidade jurídica própria, sempre de direito privado, sendo instituídas como forma de especialização da atuação estatal.
- c) são criadas por lei, com personalidade de direito público, como as empresas públicas, ou de direito privado, como as sociedades de economia mista.
- d) não possuem personalidade jurídica distinta do ente instituidor, sendo geradas como forma de desconcentração administrativa.
- e) podem ser criadas com personalidade própria, como as empresas estatais, ou destituídas de tal atributo, como as autarquias e os serviços sociais.



a) Certa. As entidades integrantes da denominada Administração Indireta são instituídas como forma de descentralização administrativa. Tais entidades podem ter personalidade jurídica de direito público (como as autarquias) ou de direito privado (como as empresas públicas e as sociedades de economia mista).

b) Errada. As entidades administrativas podem ter personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.

c) Errada. As empresas públicas possuem, diferente do que foi afirmado, personalidade jurídica de direito privado.

d) Errada. As entidades da Administração Indireta são fruto da descentralização, e não da desconcentração administrativa.

e) Errada. Todas as entidades da Administração Indireta possuem personalidade jurídica, que pode ser de direito público ou privado.

**Letra a.**

---

**109.** (FCC/TÉCNICO GP/PGE-AM/CONTABILIDADE/2022) No processo de modernização do Estado, uma das medidas preconizadas pelo Governo foi a da criação de um grupo especial de....I.... a que se convencionou denominar de agências, cujo objetivo institucional consiste na função de controle de pessoas privadas incumbidas da prestação de serviços públicos, em regra sob a forma de concessão ou permissão, e também na de intervenção estatal no domínio econômico, quando necessário para evitar abusos nesse campo, perpetrados por pessoas da iniciativa privada. (CARVALHO FILHO. Manual de Direito Administrativo, 34. ed., item 8.1)

Preenche corretamente a lacuna I:

- a) empresas
- b) órgãos
- c) fundações
- d) paraestatais
- e) autarquias



A definição apresentada pelo enunciado refere-se às agências reguladoras, que, de acordo com a doutrina, são uma espécie do gênero autarquia.

**Letra e.**

---

**110.** (FCC/ASSISTENTE TD/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022) Suponha que o Estado do Amazonas tenha criado, por lei específica, pessoa jurídica de direito público dotada de autonomia gerencial, orçamentária e patrimonial, com personalidade jurídica própria, para o exercício de atividades típicas da Administração pública. A natureza jurídica da referida entidade é de

- a) empresa pública.
- b) autarquia.
- c) sociedade de economia mista.
- d) órgão público.
- e) empresa subsidiária.



Na medida em que o Estado criou uma entidade com personalidade jurídica própria e destinada ao exercício de atividades típicas da Administração Pública, estamos diante de

uma autarquia. Nas autarquias, que possuem personalidade jurídica de direito público, é como se o Poder Público estivesse desempenhando suas atribuições.

**Letra b.**

---

- 111.** (FCC/TÉCNICO JUDICIÁRIO/TRT-14/ADMINISTRATIVA/2022) A entidade AB é uma autarquia federal e a entidade BC é uma empresa pública federal. Nesse caso,
- a) AB foi criada por lei específica e, a instituição de BC foi autorizada por lei específica.
  - b) ambas têm personalidade jurídica de direito público.
  - c) AB integra a Administração pública direta e BC integra a Administração pública indireta.
  - d) ambas admitem organização sob quaisquer das formas admitidas em direito.
  - e) ambas possuem capital inteiramente público, com possibilidade de participação das entidades da Administração indireta.

Comentário

- a) Certa. Na medida em que a autarquia AB foi criada por lei específica, a instituição da empresa pública BC foi autorizada por lei específica, conforme previsão da Constituição Federal.

**Art. 37, XIX** – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

- b) Errada. A autarquia possui personalidade jurídica de direito público. A empresa pública, por sua vez, possui personalidade jurídica de direito privado.
- c) Errada. Ambas as entidades (autarquia e empresa pública) integram a Administração Indireta.
- d) Errada. A autarquia é constituída, sempre, como pessoa jurídica de direito público. A empresa pública, por sua vez, ainda que tenha personalidade jurídica de direito privado, pode se organizar sob qualquer forma admitida no direito.
- e) Errada. A autarquia não possui um capital social, sendo que o seu patrimônio é constituído de recursos oriundos do ente federativo que a instituiu. Já a empresa pública possui o capital integralmente público.

**Letra a.**

---



Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

